



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

DÉBORA APARECIDA CORDEIRO

**O CORREIO DA MANHÃ:
MEDIÇÃO ENTRE OS
HABITANTES DA CIDADE E OS
PODERES CONSTITUÍDOS
(1901 – 1906)**

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Débora Aparecida Cordeiro

**O CORREIO DA MANHÃ: MEDIAÇÃO ENTRE OS HABITANTES DA
CIDADE E OS PODERES CONSTITUÍDOS (1901 – 1906)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Catalográfica

C794 Cordeiro, Débora Aparecida
O Correio da Manhã: mediação entre os habitantes
da cidade e os poderes constituídos (1901-1906) /
Débora Aparecida Cordeiro. -- Rio de Janeiro,
2019.
135

Orientador: Marcelo de Souza Magalhães.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em História, 2019.

1. Periódicos. 2. Correio da Manhã. 3. Cidadania.
4. Reforma Urbana. 5. Mediação. I. Souza Magalhães,
Marcelo de , orient. II. Título.

Débora Aparecida Cordeiro

O CORREIO DA MANHÃ: MEDIAÇÃO ENTRE OS HABITANTES DA
CIDADE E OS PODERES CONSTITUÍDOS (1901 – 1906)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Curso de Mestrado do Programa de
Pós-Graduação em História como
requisito necessário para obtenção do
título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães – Orientador,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Andrade dos Santos,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra,
Universidade Federal Fluminense - UFF

Aprendi pelo exemplo o valor da educação, o que vocês me ensinaram está para além de quaisquer títulos, mas também me mostraram que eles são importantes, pois simbolizam a caminhada contínua e que sempre podemos aprender. Dedico a vocês, amados pais, essa conquista. Por tantas vezes os ouvi repetir que o conhecimento é o caminho e o quanto lamentavam não ter tido oportunidades, todavia, saibam, vocês sempre foram verdadeiros mestres e motivadores e essa realização que se apresenta é fruto de vossos ensinamentos. Dedico a vocês o presente e os horizontes futuros, pois como bem me disseram ao longo da vida, com educação nossos caminhos tornam-se ilimitados.

Agradecimentos

Ao longo do processo de composição deste trabalho, algumas pessoas foram imprescindíveis para essa realização. Agradeço primeiramente aos meus pais, Leonilto Cordeiro e Dercila Cordeiro, por terem me ensinado a sonhar e me acompanhar em cada sonho que tem se tornado realidade, graças ao incentivo e as falas que tanto me acalantam. Obrigada por todas as vezes em que disseram “vai dar certo”, mesmo quando tudo parecia o contrário. A confiança de vocês fez de mim o que eu sou hoje.

Agradeço profundamente ao meu marido, Ronison Penha de Paula, por tudo. Faltam palavras para agradecer e dizer o quanto você foi fundamental neste processo. É um privilégio muito grande dividir a vida com outro historiador que me acompanha nas leituras e discussões que acontecem sem hora marcada. Obrigada pela paciência com minhas múltiplas mudanças diárias de humor. Agradeço por me acompanhar na difícil trajetória que foi deixar a nossa tão amada Minas Gerais, fazendo dos meus sonhos os seus.

Ao meu orientador, Marcelo de Souza Magalhães, agradeço pela paciência e atenção dedicada ao longo dos últimos anos, seus ensinamentos, profissionalismo e benevolência colaboraram sobremaneira para a minha formação. Obrigada pela sua disponibilidade e pelas palavras reconfortantes nos momentos de maior tensão, acreditando e confiando neste trabalho.

Agradeço a Raphael Nunes Nicoletti Sebrian por ter me guiado desde a graduação até o ingresso no mestrado. Suas orientações e conversas constantes aguçaram em mim o prazer pela pesquisa e a paixão pelos periódicos. Obrigada por todas as chamadas de atenção, pelas críticas, por ter viabilizado o meu contato com a UniRio e especialmente por ter me amparado durante o processo seletivo.

O primeiro ano do mestrado em que era necessário cumprir algumas disciplinas obrigatórias foi, de fato, o mais difícil de todos. As viagens semanais entre São Paulo e Rio de Janeiro, chegando em casa de madrugada e tendo que lecionar algumas horas depois, fizeram com que eu duvidasse muitas vezes desta realização. Além de todas as pessoas citadas acima que estiveram ao meu lado para que eu não desistisse, agradeço à professora Christina Helena da Motta Barboza, primeiramente pelas prazerosas aulas e debates realizados no MAST, tê-la como guia naquele espaço o fez ainda mais incrível.

E por fim, agradeço por ter sido tão compreensiva ao me liberar alguns minutos mais cedo para não perder o ônibus para São Paulo e por entender algumas ausências.

Agradeço à professora Cláudia Regina Andrade dos Santos e ao professor Paulo Cruz Terra por terem dedicado o escasso tempo à leitura de meu trabalho. Suas contribuições foram muito valiosas e colaboraram sobremaneira ao clarear muitas de nossas ideias. Agradeço-os ainda pela atenção e o compartilhamento de seus conhecimentos que nos somaram muito.

Um jornal está adstrito às vinte e quatro horas de sua existência diária. Cada dia o jornal nasce e fenece, para renascer no dia seguinte. É uma metamorfose consecutiva. O jornal de ontem é já um documento fora de circulação: um documento de arquivo e de biblioteca. O jornal dura um dia. Essa existência tão intensa como breve, dificulta os grandes percursos. É um voo célere e curto. O jornal é a própria vida.

O Cruzeiro, 10 de novembro de 1928.

RESUMO

O estudo tem por objetivo compreender os periódicos como agentes políticos capazes de mediar as relações entre diferentes grupos sociais. Utilizando o jornal *Correio da Manhã* como fonte para a pesquisa, a análise se concentra nas edições diárias do periódico entre os anos de 1901 e 1906. Inicialmente, discute-se a relevância e o uso dos periódicos enquanto fonte história e em seguida, analisa-se as características estruturais do *Correio da Manhã*, distinguindo-o e relacionando-o com os demais jornais de relevante circulação nacional do período. Visando compreender a relação entre o jornal, seus leitores e o poder público, o foco da análise encontra-se na seção *Reclamações*, destinada às queixas e demandas do público e nas seções, matérias e notícias contidas na primeira página do jornal, local em que é possível verificar as respostas dadas pelos poderes constituídos ao que era publicado na seção *Reclamações* como também verificar o próprio posicionamento do jornal em relação aos acontecimentos diários da cidade do Rio de Janeiro, e sobre o evento da Reforma Urbana, presente no período analisado.

Palavras-chave: Periódicos, Correio da Manhã, Cidadania, Reforma Urbana, Mediação.

ABSTRACT

This study aims to understand newspapers as political agents capable of mediating relations between different social groups. Using the newspaper *Correio da Manhã* as a source for research, the study focuses on daily issues of newspaper between 1901 and 1906. Firstly the relevance and use of newspaper as a source of history is studied, secondly the structural characteristics of the newspaper *Correio da Manhã* are analyzed. The study correlates the *Correio da Manhã* with other important national newspaper from the same time. The study was done in the *Reclamações* and news and articles newspaper parts to understand the relationship between the newspaper, the newspaper readers and the State. The *Reclamações* newspaper parts is a part of the newspaper where are the complains and requests. The news and articles its the front page of the newspaper and there are the State's answers, the position for the newspaper about the daily events in Rio de Janeiro and the Urban Reform in Rio de Janeiro.

Key-words: Newspaper, *Correio da Manhã*, Citizenship, Urban Reform, Mediation.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	12
<i>Capítulo 1 – O jornal como agente político</i>	17
1.1. A utilização dos periódicos como fonte para a pesquisa histórica.....	18
1.2. Periódicos contemporâneos ao Correio da Manhã: concorrência por leitores.....	23
1.3. O Correio da Manhã: materialidade.....	25
1.4. Jogo de interesses.....	30
1.5. A “leitura” do jornal entre letrados e iletrados.....	40
1.6. Ideias políticas.....	44
1.7. Opinião pública.....	46
1.8. O exercício da cidadania: o jornal e os outros meios de acesso.....	49
<i>Capítulo 2 - O espaço público no jornal Correio da Manhã: análise da seção Reclamações</i>	56
2.1. O Correio da Manhã: forma de análise.....	61
2.2. Pluralidade de leitores e pedidos.....	78
2.3. As reclamações no contexto da reforma urbana.....	82
<i>Capítulo 3 – Ação do jornal e a efetiva resposta política</i>	89
3.1. A função de jornalista.....	89
3.2. A construção de notícias.....	94
3.3. O atendimento às demandas e reclamações.....	99
<i>Considerações finais</i>	129
<i>Referências Bibliográficas</i>	134

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é o resultado de duas paixões adquiridas ao longo dos anos e aprofundadas durante os estudos na graduação e pós-graduação. A primeira, a paixão pela História do Brasil, surgiu antes mesmo da escolha do curso e da universidade que iria frequentar; a segunda, a paixão pelos periódicos, que iniciou ainda nos primeiros períodos do curso de História na Universidade Federal de Alfenas.

As leituras realizadas sobre o uso de periódicos como fonte histórica e as discussões desenvolvidas em congressos, passando ainda pela intensificação dos estudos na pesquisa de iniciação científica e o trabalho de conclusão de curso, mostraram-me uma possibilidade infinita de olhares sobre os jornais e as revistas, resultando no processo que chega agora na realização desta pesquisa de mestrado.

Tanto o projeto de iniciação científica, quanto o trabalho de conclusão de curso tiveram o evento da Reforma Urbana como tema e recorte temporal para as análises realizadas¹. Parte da bibliografia utilizada para fundamentar esses trabalhos serviu para evidenciar que as transformações culturais, econômicas, sociais e políticas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, no início do século XX, tinham se convertido em um dos temas mais debatidos na imprensa daquele período.

A partir de verificações como essa, o objetivo foi analisar, então, como o processo da Reforma Urbana havia sido noticiado nos principais periódicos que circulavam no país naquela época. Entre os jornais de relevante circulação nacional, que eram publicados na cidade do Rio de Janeiro, destacavam-se a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio* e *O Paíz*, mas foi o *Correio da Manhã*, também compreendido como tal, a fonte histórica escolhida para os trabalhos realizados anteriormente, escolha que se manteve na pesquisa atual.

A opção pelo *Correio da Manhã* levou em consideração, inicialmente, a viabilidade de acesso, pelo fato de suas edições estarem digitalizadas e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para uma estudante de graduação que estudava e morava em Alfenas, cidade do estado de Minas Gerais, o acesso digital facilitou muito o trabalho. A partir do tema definido, a Reforma Urbana, o recorte

¹ CORDEIRO, D. A. *As representações da reforma urbana do Rio de Janeiro no jornal Correio da Manhã e na revista Tagarela entre 1903 e 1906*. A monografia resulta do trabalho de iniciação científica financiado pelo PROBIC/UNIFAL-MG entre 2014 e 2015 e orientado pelo Prof. Dr. Raphael Nunes Nicoletti Sebrian.

temporal centralizou-se entre os anos de 1903 e 1906, durante o governo do presidente Rodrigues Alves e do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos.

Por meio das análises realizadas no jornal entre os anos de 1903 e 1906, considerando todas as edições diárias e as seções presentes neste periódico, foi possível observar que o *Correio da Manhã* destinava em suas páginas uma seção específica para a apresentação de demandas e reclamações por parte de seus leitores, intitulada *Reclamações*. Isso não era uma exclusividade do *Correio*, estando, por exemplo, presente no *Jornal do Brasil*, que possuía a seção *Queixas do povo* e na *Gazeta de Notícias*, com a seção *Publicações a pedido*. Foi então, a partir dessa seção do *Correio da Manhã*, que surgiu o interesse em verificar qual era de fato a participação dos leitores no periódico, quais eram os interesses que o jornal tinha ao abrir espaço para esses leitores e se as demandas e reclamações eram solucionadas a partir da exposição realizada no jornal ou impulsionadas por elas.

Partindo dessas indagações foi que decidimos desenvolver o atual trabalho de pesquisa. Lemos todas as edições do *Correio da Manhã* entre os anos de 1901 e 1906, foi um trabalho árduo, no entanto, necessário para os objetivos propostos. A atenção foi centralizada na análise da seção *Reclamações* e da primeira página do jornal. O referido espaço, a primeira página com diversas notícias, matérias e seções, teve nossa atenção porque foi ali que pudemos verificar as respostas dadas às demandas e reclamações dos leitores. Portanto, esta pesquisa analisa a participação dos leitores do jornal sobre os múltiplos acontecimentos do dia a dia da cidade e também sobre o evento da Reforma Urbana.

Ao longo dos três capítulos que compõem o trabalho, indicamos a compreensão de que o jornal é um agente político capaz de mediar as relações entre os diferentes grupos de interesses presentes na cidade e os poderes constituídos. A consulta detalhada de cada edição do *Correio da Manhã* para verificar como o jornal apresentava o cotidiano da cidade e como atuava politicamente, fornece-nos a possibilidade de análise acerca de como os jornais tratavam os poderes constituídos e se relacionavam com eles.

O recorte temporal desta pesquisa, que abarca desde o surgimento do jornal até o final do governo de Rodrigues Alves e Pereira Passos busca justamente a percepção das transformações da cidade expostas no periódico, tal como a percepção das relações entre os diferentes grupos sociais com o periódico. Buscamos evidenciar que as publicações dos jornais interferem na sociedade na medida em que alcançam o público que, de alguma

maneira, se faz presente nesses meios de informação, como é o caso da seção *Reclamações* e das publicações presentes na primeira página do *Correio da Manhã*.

Procuramos pensar, nesta pesquisa, na forma como os periódicos incidem sobre a opinião de seus leitores e, em contrapartida, como os leitores podem interferir sobre os representantes políticos responsáveis, muitas vezes, pelas demandas e reclamações da população. O processo de transformações da cidade do Rio de Janeiro e o seu cotidiano no início do século XX conviveram com veiculações e manifestações evidenciando indícios de como os periódicos possuem um papel mediador, tanto em relação ao seu público, quanto aos acontecimentos, na medida em que a opinião dos leitores causava impacto nas decisões dos poderes constituídos.

O primeiro capítulo, *O jornal como agente político*, tem como objetivo evidenciar a relação existente entre o jornal, o público leitor e os poderes constituídos, analisando a ação política existente dentro do próprio *Correio*, que se estabelece como representante de múltiplos interesses presentes na sociedade. Essa representação de variados interesses e grupos sociais, torna-se presente em toda a pesquisa, já que o *Correio da Manhã* foi de fato um periódico diversificado, que abarcava os mais variados discursos em relação ao cotidiano da cidade. Por isso mesmo, é que neste capítulo analisaremos também os aspectos gerais do jornal, a sua materialidade e os diferentes posicionamentos políticos existentes dentro dele.

Ainda no primeiro capítulo, abordaremos como os periódicos são utilizados como fonte para a pesquisa histórica, compreendendo que o jornal não é visto enquanto transmissor imparcial de notícias, mas como veículo que representa interesses e interfere socialmente por sua difusão e muitas vezes persuasão. Ao representar os diferentes interesses de seu público leitor, dos colaboradores, dos repórteres, dos redatores e dos editores, o jornal evidencia as estratégias exercidas para conquistar seu espaço e seu público.

Diante disso, apresentaremos neste capítulo os periódicos contemporâneos ao *Correio da Manhã*, para conhecer as estratégias utilizadas por eles para conquistar seus possíveis leitores, que encontravam, muitas vezes, a mesma temática sendo abordada em vários jornais de forma simultânea. Então, o que levava um indivíduo ler o *Correio da Manhã* e não o *Jornal do Brasil* ou a *Gazeta de Notícias*? São os meios utilizados por cada jornal que explicam essa concorrência, ocasionada por um amplo jogo de interesses entre os veículos de informação e seus leitores.

Mas de fato quem eram esses leitores? Antes de tentar perceber quais eram os grupos sociais que recorriam ao *Correio da Manhã* para utilizar a seção *Reclamações*, encontra-se na vasta bibliografia sobre a História do Brasil o conhecimento de que no período o número de alfabetizados no país era muito pequeno, por isso, uma das questões que consideramos necessária abordar neste capítulo é a das formas como letrados e iletrados se apropriavam do jornal.

A partir dessa apropriação dedicamo-nos a verificar quais eram as ideias políticas presentes no imaginário dos leitores e quais os entendimentos que esse público carregava daquilo que era função dos poderes constituídos, e a função do indivíduo enquanto um cidadão participante da vida política e cotidiana de sua cidade, levando-nos a analisar os diferentes meios utilizados por esses leitores no exercício da cidadania.

O segundo capítulo, *O espaço público no jornal Correio da Manhã: análise da seção reclamações*, tem como objetivo aprofundar a análise sobre o jornal como um meio utilizado para o exercício da cidadania. Neste capítulo, o foco central está na seção *Reclamações*, abordando, primeiramente, o diferencial da referida seção, em comparação com as demais seções destinadas aos leitores dos outros jornais².

Iniciada em outubro de 1901, a seção *Reclamações* era destinada a demandas e reclamações de temas ordinários da cidade como: iluminação, segurança pública, transporte, relações de trabalho, abastecimento de água, higiene, saúde pública e obras, temas esses que, com o passar dos anos e com o evento da Reforma Urbana, aumentaram os pedidos de providências.

Neste capítulo exporemos esses temas primeiramente em forma de tabela, quantificando cada um deles e depois analisaremos como eles foram solicitados ou reclamados pelos leitores. Outras duas tabelas foram produzidas, uma que diz respeito a forma de apresentar as reclamações: coletivas e individuais e sobre como as demandas e reclamações chegavam ao jornal: cartas, ida à redação e sem identificação. Por meio dessa análise, consegue-se verificar de onde surgiam os pedidos e os diferentes grupos sociais que utilizavam essa seção para reclamar e/ou demandar sobre os mais diversos temas.

No terceiro capítulo, *Ação do jornal e a efetiva resposta política*, o objetivo será verificar se este espaço destinado aos leitores do *Correio da Manhã* conseguia se destacar a ponto das demandas e reclamações serem atendidas pelos poderes constituídos. Ao analisarmos as edições do jornal entre 1901 e 1906, levando em consideração todos os

² Como a seção “Publicações a pedido”, da *Gazeta de Notícias* e a seção “Queixas do povo”, do *Jornal do Brasil*.

temas presentes na seção *Reclamações*, observamos que alguns desses temas eram discutidos além desta seção, chegando a ocupar matérias publicadas na primeira página do periódico.

Quais eram as demandas e reclamações que mereciam destaque na primeira página? Por que mereciam esse destaque? Para responder essas indagações foi necessário retomar o estudo a respeito da materialidade e do ambiente redacional iniciado no primeiro capítulo. Os pedidos e reclamações que chegavam até a redação por meio de cartas ou por meio dos próprios leitores para que fossem publicados na seção *Reclamações* não carregavam, a princípio, nenhum posicionamento de repórter, redator, colaborador ou editor. Era o posicionamento daquele leitor que estava ali pessoalmente ou por meio de sua escrita.

Quando essas reclamações e demandas eram publicadas na primeira página do jornal, já não era apenas o posicionamento do leitor que estava ali, agora a matéria estava carregada com o posicionamento e intenções de quem a escreveu para chegar na primeira página. Por isso, o capítulo aborda quem eram essas pessoas que escreviam nos jornais, quem eram os jornalistas da época que carregavam o desejo de se destacar entre seus pares por meio das notícias publicadas e como essas notícias eram produzidas com a intenção de ocupar os principais postos no jornal.

Por fim, analisaremos, entre os temas expostos na seção *Reclamações*, aqueles que obtiveram respostas do poder público, justamente os que foram merecedores de ocupar as outras seções e matérias presentes na primeira página, evidenciando os jogos de interesses e poder aos quais os periódicos se inserem.

CAPÍTULO 1 - O JORNAL COMO AGENTE POLÍTICO

Os jornais serão entendidos como veículos de ação política no momento em que analisarmos os papéis desempenhados por seus colaboradores nas diversas formas de mediação entre grupos sociais e poderes constituídos. Essa mediação se fundamenta no fato de que os periódicos podem representar múltiplos interesses presentes em uma sociedade, no caso em análise, na cidade do Rio de Janeiro do início do regime republicano.

A organização da cidade enquanto um espaço social é moldado, dentre outros elementos, conforme menciona Karina Kuschnir, no exercício da política.³ Por meio dos periódicos é possível observar a circulação de ideias e informações sobre esse espaço e seus grupos de interesse, que se apresentam de formas diversas e, no cotidiano, constroem alianças e antagonismos. Dessa forma, os contatos realizados entre os poderes públicos e os grupos sociais que vivem nas cidades, que se apresentam de forma organizada ou não, são muitas vezes mediados pelos jornais.

Assim, o jornal, enquanto veículo de uma ação política, por meio das relações e interesses que possuem seus colaboradores (donos da empresa, jornalistas, colaboradores eventuais etc.), veicula as notícias utilizando formas e mecanismos que atendem às demandas de um público em questão, um público que pode ser, em alguma medida, variável, tornando possível a observação de vários posicionamentos acerca de certos acontecimentos.

Tânia Regina de Luca colabora para a compreensão dos periódicos no sentido mencionado, ao indicar que os posicionamentos adotados pelo veículo de imprensa e as vinculações políticas de cada órgão empresarial levam em consideração as especificidades históricas, políticas, econômicas e sociais.⁴ Ao publicar uma determinada notícia, que significa escolher um fato digno de atenção e análise por parte do veículo de informação, pode-se dizer que há um investimento na construção de uma narrativa por parte do jornal que envolve a eleição de um fato que supostamente é digno para chegar ao seu público leitor e da forma mais adequada para o mesmo. Robert Darnton, ao analisar

³ KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

⁴ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

a forma como se produz uma notícia, a partir de sua experiência como jornalista no *New York Times*, na década de 1950, concluiu algo similar ao defendido por de Luca. Em *Toda notícia que couber a gente publica*, Darnton apresenta a complexidade que envolve a construção de uma notícia lançando um olhar específico sobre a sala de redação.⁵

Ao tomar o *Correio da Manhã*, um órgão de imprensa, como um veículo de ação política, consideramos as formas de atuação desse jornal enquanto mediador entre determinados grupos sociais que viviam na cidade do Rio de Janeiro e os poderes constituídos. Não ignoramos a importância de observar, na medida do possível, a origem social de tais grupos e os diálogos que os mesmos estabeleciam com o jornal.

1.1 A utilização dos periódicos como fonte para a pesquisa histórica

Possuindo a capacidade de testemunhar, registrar e veicular fatos do cotidiano, os periódicos interferem em diversos setores da sociedade, articulam e disseminam valores, ideias, referências e tornam-se assim, fontes de informações ricas para os mais diversos estudos.

Na década de 1970 os periódicos começaram a surgir como fontes para a pesquisa histórica, mesmo que no Brasil isso tenha se dado de forma muito restrita. Ressalta-se que, no início dessa década, as pesquisas utilizando os periódicos retratavam, em sua maioria, a história da imprensa e não por meio da imprensa. A partir de então, essa segunda possibilidade começou a se difundir e foi se afirmando com força.

A restrita utilização não era motivada pelo desconhecimento dos periódicos existentes e a possível falta de catálogos e instrumentos de consulta. Como afirma de Luca⁶, a importância dos periódicos era reconhecida, no entanto, havia uma relutância por parte dos pesquisadores em escrever história por meio dos periódicos.

O fato de os periódicos apresentarem, por vezes, relações políticas, econômicas e socioculturais com pessoas e instituições de poder acabava por serem entendidos como documentos manipulados, portadores de alto grau de subjetividade. No caso, o periódico era visto como uma “instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”.⁷

⁵ DARNTON, Robert. *Toda notícia que couber a gente publica*. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

⁶ LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

⁷ *Ibid.*, p. 116.

A negação do uso dos periódicos não era uma exclusividade de pesquisadores brasileiros, a tradição dominante entre o século XIX e início do século XX, na busca do estabelecimento de uma verdade dos fatos, valorizava a construção do conhecimento histórico por meio da análise privilegiada de documentos compreendidos como oficiais. Como menciona Maria Helena Rolim Capelato,

Até a primeira metade deste século [XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade.⁸

Assim, para essa tradição, o historiador deveria buscar fontes objetivas, neutras, que transmitissem credibilidade. Com essa visão, os jornais não pareciam fontes capazes de retratar o passado, pois continham fragmentos do presente, eram subjetivos, poderiam distorcer a realidade, eram parciais.

A crítica em relação ao uso de fontes oficiais conforme o suposto tradicionalismo do século XIX e início do XX surge, no caso francês, com a Escola dos *Annales*, por volta da década de 1930, que acabou, posteriormente, incorporando a imprensa como fonte para o historiador. Tal incorporação ocorreu mais significativamente na chamada terceira geração dos *Annales*, na segunda metade do século XX, que propunha uma história aberta aos “novos objetos, problemas e abordagens”. Neste contexto, o historiador era forçado a refletir até onde iria sua disciplina, cada vez mais difícil de saber pela interdisciplinaridade vinda dos aportes analíticos de outras ciências humanas. Os *Annales* promoveram uma aproximação muito forte da História com as Ciências Sociais.

Começa neste momento, no caso francês, o que se convencionou chamar de História Nova, que promoveu o alargamento do campo de trabalho dos historiadores. O fato de a renovação temática ter ampliado o campo de interesse dos historiadores permitiu que a própria concepção de documento se modificasse, alargando de forma significativa o seu sentido, indo muito além dos documentos ditos oficiais, produzidos pelo Estado. Com isso, os periódicos passam a ser mais visitados como documentos nas pesquisas históricas.

Neste momento de alteração do sentido de documento para o historiador, já era

⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

compreensível o papel da imprensa ao participar, registrar e comentar a história na mesma medida em que procurava conquistar seu espaço entre os leitores. Desde essa mudança na concepção do uso dos periódicos por parte dos historiadores, inúmeras pesquisas passaram a fazer uso desse veículo de informação como fonte de análise. O periódico passou a ser visto como “fonte de sua própria história e (...) meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas”.⁹

Temáticas políticas, econômicas, culturais, sociais e religiosas passaram a ser analisadas por meios dos mais diversos periódicos: revistas de variedades, culturais, especializadas, militantes, jornais locais, regionais, grandes jornais nacionais, entre outros. Estes diversos periódicos passam a ser estudados tendo em vista o interesse por suas seções: noticiários, editoriais, classificados, charges, crônicas etc.

Os periódicos possibilitam, como menciona Tania Bessone Ferreira, “a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos”.¹⁰ No entanto, como qualquer outro documento que sirva como fonte histórica, deve-se ter o cuidado em sua análise, como observado por Jacques Le Goff:

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.¹¹

No momento em que a imprensa passou a ser uma fonte histórica, Nelson Werneck Sodré publicou seu trabalho sobre a história da imprensa brasileira. Foi nesse momento, na década de 1970, que ao lado da história da imprensa e por meio dela, que o próprio jornal se tornou objeto de pesquisa histórica. Para Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado,

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas

⁹ *Ibid.*, p. 20.

¹⁰ FERREIRA, Tania Bessone. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 10.

¹¹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994, p. 548.

perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”.¹²

Assim, há um cuidado extremo ao utilizar o jornal enquanto fonte e entendê-lo apenas como um lugar de representação da realidade. Algumas das críticas feitas em relação ao uso dos periódicos vinha de historiadores que acreditavam que estes eram meros receptáculos de informação. Ana Maria de Almeida Camargo alerta para o “risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade”.¹³

É necessário ficar claro que dentro das relações que existem entre história e imprensa há duas perspectivas. A primeira pode ser considerada como a história da imprensa, que engloba trabalhos sobre a evolução histórica e características dos órgãos de imprensa de um determinado período. E a segunda perspectiva que é a história por meio da imprensa, onde se enquadram trabalhos como este que temos realizado.

Vale ressaltar que esta pesquisa acaba realizando também uma análise das características do jornal, neste caso, o *Correio da Manhã*, considerando suas dimensões políticas, históricas e sociológicas. Assim como menciona Renée Zicman,

(...) toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. Mesmo quando não se faz História da Imprensa propriamente dita - mas antes o que chamamos História Através da Imprensa - está-se sempre “esbarrando” nela, pela necessidade de historicizar os jornais.¹⁴

Como toda fonte histórica possui suas particularidades e métodos de análise, ao utilizar periódicos devem ser considerados três aspectos como propõe Pierre Albert:

(...) “atrás”, “dentro” e “em frente” do jornal. O “atrás” do jornal é tudo aquilo que contribui à sua realização e intervém no seu controle - sociedade proprietária, empresa editora e corpo de redatores e jornalistas. Por “dentro” do jornal entende-se as características formais da publicação, o estilo de apresentação dos artigos e notícias, o quadro

¹² CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 19.

¹³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. p. 226.

¹⁴ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n. 4. São Paulo: PUC, 1981, p. 90.

redacional (distribuição dos artigos pelas várias colunas e seções do jornal), a publicidade, a parte redacional (colunas e seções mais importantes) e as principais tendências da publicação. Por fim, o “em frente” diz respeito à audiência da publicação, ou ainda seu público-leitor alvo.¹⁵

A análise do jornal enquanto fonte histórica deve considerar que os conteúdos que se pretende analisar não podem ser dissociados do lugar em que e da forma como aparecem na publicação. Tudo deve ser considerado, tais como: o tamanho da fonte, a página em que foi publicado, quem escreve, quais as motivações de se ter publicado tal conteúdo, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.¹⁶

As publicações dos jornais podem denotar muitas das atitudes próprias dos colaboradores de cada periódico. Os discursos, a tipografia e a ilustração são exemplos de como o conteúdo pode associar-se ao seu grupo de redatores, jornalistas e editores e ao público que o periódico pretende atingir. Por se tratar de um projeto coletivo, a análise do jornal deve considerar o grupo editorial e seus colaboradores enquanto pessoas de ideias, valores e crenças diversas, e considerar também, a relação que se pode ter com diferentes poderes e instituições.

Tratando-se, portanto, de um coletivo que reúne diferentes visões políticas, econômicas, sociais e culturais, o periódico passa a abranger um público leitor bastante diverso, que é mobilizado e se mobiliza pela própria leitura do órgão de imprensa. Logo, este não transmite os acontecimentos de forma imparcial e neutra como expõe Maria Helena Capelato:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.¹⁷

A falta de parcialidade e neutralidade do documento exige que, em uma pesquisa, se relacione com cuidado o periódico com o contexto de produção e com demais referências por meio de procedimentos teóricos e metodológicos aprofundados que

¹⁵ *Ibid.*, p. 91.

¹⁶ LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos... *op. cit.*, p. 239.

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil... op. cit.*, p. 21.

sustentem a importância da imprensa enquanto uma fonte histórica.

1.2 Periódicos contemporâneos ao *Correio da Manhã*: concorrência por leitores

O Rio de Janeiro, capital federal e cidade mais importante do Brasil no início do século XX, apresentava significativa diversidade no âmbito da imprensa. Com o intuito de caracterizar o desenvolvimento do periodismo na cidade, opta-se por dedicar atenção ressaltar a alguns jornais contemporâneos ao *Correio da Manhã*, alvo de nossa pesquisa, todos com corte empresarial e de grande circulação, são eles: a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio* e *O Paíz*. Vale tecer breves menções a esses veículos de informação, justamente para demonstrar o ambiente de circulação do jornal de nosso interesse, seus concorrentes e como se dava essa disputa no intuito de conquistar o público leitor, grande objetivo de uma empresa desse tipo.

Cada um dos jornais mencionados se destinava a um público específico, o que fazia com que toda estrutura dos periódicos fosse diversificada, no intuito de adaptar as características próprias para seus leitores. O *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, por exemplo, preocupavam-se com a valorização da informação, destacando seções como entrevistas e reportagens policiais que prendessem a atenção dos leitores, muitas vezes utilizando o sensacionalismo.

A *Gazeta de Notícias*, no entanto, disputava a atenção do público valorizando as matérias literárias. Fundada em 2 de agosto de 1875, por José Ferreira de Sousa Araújo, apresentava-se como um periódico de ampla informação, barato e liberal. Sua característica literária decorre de redatores como Olavo Bilac, Coelho Netto, Alberto de Oliveira, Aluísio Azevedo e Julia Lopes de Almeida.

No início do século XX, Carlo Parlagreco, Afonso de Montauray e João Lopes Chaves marcaram o período de transição da gazeta de folhetim, que se estabelecia desde 1880, por reportagem. Neste mesmo momento, as entrevistas, histórias policiais e notícias esportivas passavam a ter mais lugar no jornal do que os artigos políticos. Estas modificações representavam as mudanças sociais do período e coube ao jornal acompanhar os interesses do público.

Algumas características da *Gazeta de Notícias*, durante os primeiros anos do século XX, mostram a sua vontade de estar e fazer-se próxima do cotidiano de seus leitores, por exemplo, ao trazer para as suas capas ilustrações diárias como charges sobre alguns personagens da cidade.

O *Jornal do Comércio*, fundado no dia 1 de outubro de 1827, é o periódico, entre os que usamos de referência nesta pesquisa, mais antigo. Contando logo no seu início com cerca de 400 assinaturas e apresentando uma defesa de interesses conservadores, suas publicações traziam conteúdos referentes ao Brasil e a Europa. Sua tiragem começou a aumentar quando o jornal passou a publicar em suas edições romances-folhetins.

No início do século XX, o jornal apresentava a capacidade de impressão de 10 mil exemplares contendo de oito a dezesseis páginas por hora, isso devido a três máquinas rotativas.¹⁸ Até a segunda década do século XX, o *Jornal do Comércio* apresentava os equipamentos gráficos mais modernos e numerosos. Com tamanha produção, grande era também o número de funcionários estabelecidos em diversas funções, caracterizando o posicionamento industrial deste jornal.

Menor em estrutura e tiragem, mas não menos importante e influente, o jornal *O Paíz*, fundado em outubro de 1884 por João José dos Reis Junior, destacou-se por sua participação política nas campanhas abolicionista e republicana. Seu posicionamento partidário carregou em sua reputação, ainda nos anos iniciais, a imagem de publicar apenas matérias a favor do governo.

No início do século XX, com sua sede estabelecida na nova Avenida Central, sua tiragem não passava os 12 mil exemplares, mas a frase contida na primeira capa de todas as edições era: “O Paíz é a folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul”. Diferente do *Jornal do Comércio*, nesse período, *O Paíz* não apresentava grandes recursos gráficos, por isso investia nas publicações com destaque à literatura.

Com o tempo as suas edições aumentaram, assim como os anúncios e as publicações dos atos oficiais da prefeitura, o que revela o seu constante posicionamento partidário, o mesmo que o levou a fortes embates ideológicos com outros jornais do período, como o *Correio da Manhã*.

Fundado em 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil*, assim como o *Correio da Manhã*, apresentava-se como um periódico de oposição, mas uma oposição moderada. Suas publicações traziam as grandes questões e causas nacionais, mas em especial, o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

A imagem de um jornal popular e defensor dos “pobres e oprimidos” surgiu com uma nova direção em 1894, alterando o posicionamento político do periódico. Essa nova direção focou nas publicações que representavam questões locais e populares, mudanças

¹⁸ Máquinas de impressão.

que aumentaram as tiragens e a circulação do jornal em outros estados.

Esses quatro jornais, todos empresariais, com grande equipe de jornalista e colaboradores eventuais, com tiragens significativas, vendas por assinatura e nas ruas, cobertura de fatos ocorridos na capital federal, no país e no mundo, concorriam entre si em busca de leitores no início da República.

1.3 O *Correio da Manhã*: materialidade

Inaugurado num sábado, no dia 15 de junho de 1901, pelo advogado e ex-colaborador de Rui Barbosa no jornal *A Imprensa*, Edmundo Bittencourt contava com sua redação instalada na Rua Moreira César 117, atual Rua do Ouvidor 162, no centro do Rio de Janeiro. Mesmo endereço que funcionava anteriormente o periódico dirigido por Rui Barbosa, assim como as mesmas máquinas que foram adquiridas por Bittencourt.

Entre os principais colaboradores que fizeram parte da construção inicial do jornal, encontra-se Medeiros e Albuquerque¹⁹, Carlos de Laet²⁰, José Veríssimo²¹, Alberto de Oliveira²², Leão Veloso²³, Afonso Celso²⁴, Coelho Neto²⁵, Evaristo de Moraes²⁶, Artur Azevedo²⁷.

Anunciado aos gritos por pequenos jornaleiros e vendido nos bondes, trens, bares, restaurantes, ruas e bancas, o *Correio da Manhã* tornou-se, junto com o *Jornal do Brasil*, o mais popular nos vinte primeiros anos do século XX. Surgiu herdando características da *Gazeta de Notícias* em sua formação textual, valorizando a informação em detrimento da opinião. Logo de início, temas como notícias policiais, o cotidiano dos grupos

¹⁹ Jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta, memorialista e autor da letra do Hino da República. Dirigiu o jornal *O Fígaro*, redator da *Revista*, colaborador da *Gazeta de São Paulo* e do jornal *Novidades*.

²⁰ Jornalista, professor e poeta. Além do *Correio da Manhã*, foi colaborador dos jornais: *Diário do Rio*, *Jornal do Comércio*, *Tribuna Liberal*, *Jornal do Brasil*, *Comércio* (SP) e *Jornal* (SP).

²¹ Jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário. Colaborador do jornal *Liberal do Pará*, fundador e dirigente da *Revista Amazônica*, dirigiu a terceira fase da *Revista Brasileira*.

²² Farmacêutico, professor e poeta. Colaborou nos jornais: *Gazetinha*, *A Semana*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Mequetrefe*, *Combate*, *Gazeta da Noite*, *Tribuna de Petrópolis*, *Revista Brasileira*, *Correio da Manhã*, *Revista do Brasil*, *Revista de Portugal* e *Revista de Língua Portuguesa*.

²³ Advogado, jornalista e político. Foi o primeiro editor-chefe do *Correio da Manhã*.

²⁴ Político, professor e jornalista. Colaborou durante mais de 30 anos no *Jornal do Brasil* e em outros órgãos da imprensa: *A Tribuna Liberal*, *A Semana*, *Renascença*, *Correio da Manhã* e o *Almanaque Garnier*.

²⁵ Romancista, político, crítico e teatrólogo. Colaborou nos jornais: *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio*.

²⁶ Jurista, professor, político, fundador do Partido Socialista Brasileiro e um dos fundadores do Partido Democrático do Rio de Janeiro. Colaborou nos jornais: *Gazeta Nacional*, *Correio do Povo*.

²⁷ Jornalista e teatrólogo. Fundou: *A Gazetinha*, *Vida Moderna* e *O Álbum*. Colaborou nos jornais: *Novidades*, *A Estação*, *O Paíz*, *Diário de Notícias* e *A Notícia*.

populares, as entrevistas, reportagens e as crônicas ganharam lugar de importante destaque.

Sua primeira edição apresentava seis páginas, dentre elas três eram de anúncios comerciais. As páginas eram divididas em oito colunas. Na primeira coluna da primeira página, a mais importante, o jornal apresentava um artigo opinativo que variava entre os temas: política, economia ou literatura. As demais colunas ficavam divididas em: “A Política”, escrita pelo advogado Leão Velloso Filho, utilizando o pseudônimo Gil Vidal. Velloso foi redator do *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã* iniciou como redator chefe. A coluna “Hontem” tratava de reportagens-denúncias e retratava o cotidiano do presidente da República. Outra coluna apresentava os artigos policiais e os telegramas contendo o noticiário internacional.²⁸ “Correio do Theatro” era a coluna responsável por anunciar as peças teatrais em cartaz na cidade e noticiar os comentários do público sobre as exposições. Além dessas colunas, havia também a “Vida Acadêmica”, relacionada a diversos conteúdos educacionais e destaque de personalidades do meio acadêmico. Por fim, temas como informações sociais, militares, comércio, finanças e esporte circulavam com frequência pelas páginas do jornal, mas nem sempre possuindo uma coluna específica.

Temas como economia, política e literatura ganhavam destaque especial nas páginas do *Correio da Manhã*. Questões relacionadas à política eram o que norteava e movia o jornal, junto com a literatura, como crônicas e poesias, que podiam ser encontradas estampando algumas vezes a primeira página do periódico e, frequentemente, ocupando o rodapé da terceira página. Em 1905, as edições de domingo se tornaram precisamente literárias, enquanto nos outros dias o caráter informativo permanecia.

Os jornais da primeira década do século XX passaram a criar meios para que se estabelecessem entre seus leitores – buscavam fidelidade – e fossem caracterizados como periódicos populares. O *Correio da Manhã* foi pensado e criado com estratégias administrativas, editoriais e redacionais que conseguiram promover um *status* de jornal popular. A proximidade com o público leitor, no caso, era o mais diversificado possível, se estabeleceu quando esse público encontrou seu espaço nas colunas dedicadas a próprio.

As estratégias criadas na produção do jornal eram constantes, existia o nítido interesse em lucrar com cada leitor que achasse seu espaço naquele jornal e permanecesse como assíduo. Assim, junto com as demais colunas expostas acima, surgiram também,

²⁸ Essa coluna foi dividida em duas no final de 1901. “Pelo Telegrafo” contendo as notícias do restante do país e notícias internacionais e “Na Polícia e nas Ruas” contendo os artigos policiais.

ainda no ano de inauguração do jornal, outras como: a “Vida Operária”, dedicada as associações dos trabalhadores; “Pelos Subúrbios”, que noticiava as diversas questões relativas aos bairros que utilizavam a Estrada de Ferro Central do Brasil, já apresentando reclamações e demandas dos moradores, o que levou posteriormente ao surgimento da coluna “Reclamações”.

As festividades ocorridas na cidade do Rio de Janeiro não ficavam de fora do jornal. Dividindo espaço com as colunas e com as notícias policiais e políticas, durante o ano, alguns meses eram dedicados às celebrações, como é o caso do mês de fevereiro, em que todas as edições traziam a seção “Momo” divulgando os acontecimentos do carnaval na cidade. Em outubro era a Festa da Penha que se destacava nas páginas do periódico e em novembro, as celebrações do Dia de Finados estampavam as duas primeiras páginas.

Com essa estrutura informativa relacionada ao caráter opinativo, o *Correio da Manhã* apresentava os acontecimentos do dia-a-dia de seus leitores que passavam a interagir com os temas mais diversos. Pequenos e grandes acontecimentos na cidade, problemas como as inundações recorrentes em determinadas épocas do ano, tudo era motivo para a interação entre a notícia e o leitor. O que era noticiado passava a ser comentado pelos espaços da cidade carregando além da própria notícia argumentos e opiniões que iam se fazendo e refazendo pelo caminho.

Além dos acontecimentos da capital, em dezembro de 1901, o jornal iniciou a coluna “Pelo Telégrafo” que contava com as notícias, principalmente de caráter político, do restante do país e de outros países, correspondidas por jornalistas e até pelo próprio Edmundo Bittencourt, quando estava fora do Brasil.

Na segunda edição do ano de 1902, o jornal anunciou as inovações materiais que melhorariam cada vez mais o aspecto do periódico: “O material tipográfico será completamente transformado a fim de que o *Correio da Manhã* em todos os pontos corresponda às exigências de um jornal moderno, cuidando também com apuro da parte estética”.²⁹

As mudanças tipográficas e as mudanças redacionais, como a constante criação de colunas e seções sobre os mais variados temas, evidenciam a preocupação com a produção do jornal a fim de que estivesse sempre no mesmo nível ou além de seus concorrentes, conquistando novos leitores e mantendo suas parcerias comerciais com os espaços destinados à publicidade.

²⁹ *Correio da Manhã*, 02/01/1902, p. 1.

No intuito de trazer um novo conceito tipográfico para a imprensa brasileira, Edmundo Bittencourt em suas viagens internacionais, ocupando seu papel também como correspondente do jornal, enviava informações referentes às novas mudanças que estariam por vir:

Recentemente nosso diretor esteve na Europa estudando os progressos da imprensa do velho continente (...) recebemos material tipográfico, artístico completo, que rivaliza com o das melhores folhas parisienses (...) e assim vai o público pela primeira vez no Rio de Janeiro ver na imprensa diária, os mais lindos espécimes de caracteres “art nouveau”, a última palavra em material tipográfico europeu.³⁰

A primeira mudança elaborada pelo jornal foi a utilização de fotos³¹ na capa e nas demais páginas, no entanto, ainda que este recurso tenha iniciado em 1902, não o encontramos com frequência nas edições analisadas neste trabalho, portanto, as modificações aconteciam lenta e gradativamente. Relacionada à publicidade, em 1903 o jornal inaugurou a seção “Roda da Fortuna” que anunciava os resultados do jogo do bicho ao mesmo tempo em que começou a publicar charges, como uma estratégia visual, sobre os principais temas que, em seguida, eram discutidos no decorrer das colunas e seções.

Além das charges que anunciavam o teor das notícias, os títulos das matérias passaram a ganhar destaque sensacionalista, principalmente aos acontecimentos relacionados à violência e ao policiamento sobre crimes e tragédias. O objetivo era “chocar” os leitores que responderam positivamente levando o jornal, já no seu segundo ano de existência, a dedicar duas colunas das primeiras páginas exclusivamente a categoria “Na Polícia e nas ruas”.

Para aproximar os leitores do fato ocorrido, as notícias policiais passaram a contar, além dos relatos, também com o uso da fotografia. Não era mais suficiente apenas o nome da vítima ou do infrator, os leitores precisavam conhecer e ver o acontecido como se estivessem presentes no momento da cena. Essa estratégia de colocar os leitores mais próximos daquilo que era noticiado no jornal, não se restringiu apenas aos atos policiais. As fotografias acompanhavam as notícias dos grandes acontecimentos que ocorriam na cidade e apresentavam as personalidades políticas e intelectuais.

No ano de 1905 os relatos passaram a ser mais detalhados quando as entrevistas ganharam espaço no jornal para além da seção policial. Políticos e intelectuais se

³⁰ *Correio da Manhã*, 14/06/1901, p. 1.

³¹ A primeira fotografia foi publicada no dia 30 de novembro de 1902 na coluna “Correio do Theatro”.

destacavam no periódico com as respostas dadas aos jornalistas, que levavam os leitores, por meio da escrita minuciosa dos detalhes, ao espaço e instante da entrevista.

A proximidade com o leitor correspondia à necessidade, sobretudo mercadológica, de obter lucro conquistando um público cada vez maior. Os recursos empresariais e administrativos do *Correio da Manhã* contavam com as estratégias editoriais e redacionais para chegar ao objetivo de ser um jornal popular e sem depender de empréstimos ou negociações com o governo para a sua produção, como acontecia com alguns periódicos da época denunciado pelo próprio *Correio da Manhã*.

Para ser popular, primeiramente, era necessário que a população tivesse acesso, por isso, a venda deveria ser fácil e intensa. Com esse objetivo, como menciona Marialva Barbosa³², o jornal ficou marcado por ser um dos mais baratos da cidade. Avulso, custava 100 réis, a assinatura anual desde 1901 até o início de 1904 custava 30.000 réis, enquanto a assinatura semestral custava 19.000 réis. A partir de 1904, a assinatura anual passou para 25.000 e a semestral para 16.000 réis.

Comparando com os demais jornais do mesmo período, entre 1900 e 1906, recorte deste trabalho, o *Jornal do Brasil* custava, avulso, 200 réis no domingo e 100 nos demais dias. A assinatura anual apresentava o valor de 30.000 e a semestral 16.000 réis. Assim, como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, a *Gazeta de Notícias* possuía os melhores valores.

A questão do custo do jornal leva ao entendimento de que para os leitores o que os levaria optar por um desses periódicos poderia ser, então, a identificação com a forma que os acontecimentos eram noticiados e o espaço dado a população nesses meios. O jornal, por exemplo, que conseguisse atender as demandas solicitadas de seus leitores, manteria seu público.

Para se manter no mercado com uma grande circulação, o *Correio da Manhã* surgia com estratégias constantes, como a criação de seções destinadas a anúncios menores do que aqueles que já ocupavam as últimas páginas. Anúncios de aluguéis, demanda e oferta de empregos começaram a fazer parte de um novo meio de obter lucro para o jornal.

Desde o surgimento do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt fazia textos de valorização dos comerciantes que eram parte do público leitor. Ao começar a destinar mais espaço a esse público, por meio dos anúncios, o diretor, em 1902, defendeu os

³² BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público* (Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920). Tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 1996.

comerciantes que estavam sofrendo com medidas³³ impostas pelo governo, ao mesmo tempo em que denunciava o descaso do *Jornal do Comércio* com essa classe:

Indignado diante de tantas baixezas e tamanhas traições, o comércio do Rio de Janeiro começou a desprezar, a abandonar o *Jornal do Comércio*, que recebia e ainda hoje recebe só pela verba secreta da polícia vinte contos por mês! Os anúncios foram desaparecendo. A circulação foi baixando e baixou tanto que o *Jornal do Comércio* hoje vende apenas mil e quinhentos a dois mil números, ao passo que os outros vendem oito, dez e vinte mil exemplares por dia! Desde que um jornal perde a circulação, perde os anúncios. O negociante paga o seu anúncio para que ele seja lido. Ora, os negociantes desta praça sabem que o *Jornal do Comércio* perdeu a sua circulação, naturalmente deixaram de levar-lhe os seus anúncios.³⁴

O *Correio da Manhã* entendia que os anúncios em suas páginas eram necessários e por apresentar um caráter popular, entendia também que os valores para publicar esses anúncios deveriam corresponder à realidade de seu público. Por isso, anúncios de pedidos e ofertas de empregos, assim como os anúncios de aluguéis, custavam 200 réis a publicação.

O efeito dessa facilidade de circulação e proximidade com seus leitores é evidenciado quando se analisa e verifica que sua primeira edição, que contou com a tiragem de três mil exemplares, havia passado, já em 1903, para trinta mil exemplares que circulavam por todo o país. Logo, o *Correio da Manhã* tinha uma tiragem e um alcance bastante significativo em comparação aos seus concorrentes na capital federal, considerando que era lido não somente na cidade, mas em outros estados do Brasil.

1.4 Jogo de interesses

O *Correio da Manhã* se propôs, desde sua fundação, a ser um órgão de colaboração, enfatizando essa afirmação tanto em suas colunas que, contavam com diversos colaboradores e também nas seções destinadas aos interesses de seu variado público, como as seções “Classe acadêmica”, “Vida operária” e “Pelos subúrbios”.

A diversidade política dos colaboradores do *Correio da Manhã* foi apresentada, desde a sua primeira edição, como um diferencial em relação aos demais jornais: “Há

³³ Aumento do imposto sobre a farinha de trigo; falência do Banco Rural e Hipotecário; regulamento expedido pelo governo para arrecadação dos impostos de consumo.

³⁴ *Correio da Manhã*, 24/05/1902, p. 1.

nesta casa elementos muito diversos e temperamentos muito diferentes; todos eles, porém, se ajustam e se completam”.³⁵

O primeiro editorial do jornal garantia que uma das preocupações que se teria com as notícias informadas seria a imparcialidade. No entanto, como bem reconhece o próprio jornal, um ano após o seu surgimento, a diversidade de ideias políticas de seus colaboradores era nítida, por isso era difícil permanecer com o discurso de imparcialidade. O que se entende assim é que o jornal não serviria a um governo específico, trazendo então, entre seus colaboradores, aqueles que apoiariam e desaprovavam determinadas medidas políticas sempre que achassem necessário.

Para promover esse debate político dentro do próprio jornal foi criada uma coluna específica dos “colaboradores mais ilustres”, em que se apresentavam diferentes posicionamentos que, de acordo com o próprio *Correio da Manhã*, nada impedia que o jornalista trouxesse sua opinião naquilo que informava.

O cunho pessoal que o temperamento do escritor possa dar ao seu trabalho não o prejudica, se ele tem realmente originalidade e mérito. Os maiores artistas do mundo meteram-se dentro dos seus mais belos quadros, sem lhes diminuir absolutamente o valor.³⁶

Portanto, a imparcialidade e neutralidade do jornal foram características variáveis que dependeram de amplos fatores como: a seção, a edição, o contexto político, o público a quem determinada notícia era destinada, o redator e os colaboradores.

Formulado como um jornal que pretendia apresentar uma moralização na imprensa com sua postura crítica aos poderes públicos e aos jornais que se beneficiavam com verbas recebidas do governo³⁷, o *Correio da Manhã* apresentava constantemente discursos sobre a importância de ser um jornal independente:

A imprensa que, para viver, precisa do apoio e subsídios dos governos não tem a confiança de ninguém; nem daqueles que a auxiliam, que nesse mesmo auxílio dão a prova mais evidente de que nela não confiam... O fenômeno mais característico da confiança que inspira um jornal está na segurança que tem os seus leitores da sua atitude através das vicissitudes e alternativas da vida política dos povos. A

³⁵ *Correio da Manhã*, 15/06/1902, p. 1.

³⁶ *Correio da Manhã*, 15/06/1902, p. 1.

³⁷ O crítico literário Medeiros e Albuquerque expõe que: “Campos Sales saiu desse regime relativamente honesto e começou a subvencionar os jornais que o defendiam. E que subvenções! Ele confessou ter gasto com isso 4 mil contos, mas na realidade gastou mais de 7 mil. De ano para ano as verbas cresciam porque a oposição popular contra o governo também foi crescendo em proporções formidáveis”. ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Quando eu era vivo*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 20.

independência de um jornal é o único meio de lhes garantir esta segurança.³⁸

Quando na inauguração do jornal Edmundo Bittencourt defendia a existência de um jornal independente, deixava claro a sua crítica a imprensa da época,³⁹ que tendia a favorecer o governo:

Há no periodismo de hoje um como constrangimento diante da verdade e, diante dos fatos do governo, um temor que não se justifica, porque a justiça manda que se diga que o governo do honrado sr. dr. Campos Salles tem sido paternal e bom para a nossa imprensa.⁴⁰

Essa crítica evidenciava o caráter do jornal enquanto opositor do governo federal da época. Ainda que aqui se mencione o jornal como um todo enquanto oposição, no decorrer de sua existência, o *Correio da Manhã*, por meio de seus interesses, soube se posicionar enquanto opositor e apoiador. Sucessor do presidente Campos Salles, o governo de Rodrigues Alves também não encontrou apoio do jornal, no entanto, o periódico apresentou uma abertura ao admitir que o novo governo contava com uma incontestável superioridade em relação ao anterior.

A confiança dada pelo jornal ao governo de Rodrigues Alves não permaneceu por muito tempo, em 1903, um ano após a posse do presidente, o editorial trazia críticas aos erros políticos e administrativos comparando-os aos mesmos erros do governo de Campos Salles. Como menciona Leriche de Castro Garzoni,⁴¹ o posicionamento do *Correio da Manhã* era o de oposição à política dos governadores, que deveria ser combatida por meio da revisão da Constituição.

O coeditor do jornal, Leão Velloso Filho, com o pseudônimo de Gil Vidal, ao escrever sobre o 12º aniversário da Constituição de 1891, evidenciou a necessidade de uma revisão deste documento para que o mesmo fizesse sentido a população:

Mas, ainda que o povo não estivesse engolfado nas loucas alegrias que precedem a quaresma, não comemoraria festivamente os anos da Constituição que, malgrado as excelentes intenções dos constituintes,

³⁸ *Correio da Manhã*, 15/06/1902, p. 1.

³⁹ Nas publicações do *Correio da Manhã* era possível encontrar denúncias como a que foi realizada em 1902, afirmando que o *Jornal do Comércio* recebia mensalmente 20 contos da “verba secreta da polícia”. Outra denúncia realizada foi contra a *Gazeta de Notícias* que era acusada de receber do governo 1 mil réis por linha das matérias que defendiam o presidente Campos Sales.

⁴⁰ *Correio da Manhã*, 15/06/1901, p. 1.

⁴¹ GARZONI, Leriche de Castro. Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901). *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 158-177.

não obstante a sabedoria de muitas de suas disposições, deu azo ao que vemos figurando de federação, mas que, na realidade, é a liga das oligarquias que antepõe os seus interesses aos da Nação, e por toda a parte oprimem a liberdade dos brasileiros. (...) Se vive assim desprotegido o cidadão, convertida a própria justiça em instrumento de domínio, o governo nacional sente-se despojado de força precisa para, no desempenho de sua elevada missão, assegurar a defesa externa e resguardar a união e a integridade da pátria.⁴²

Esses diferentes posicionamentos encontrados dentro do jornal correspondem a um jogo de interesses em torno da sua produção. Com o discurso de ser um representante do povo e para o povo, o *Correio da Manhã*, procurava, como no exemplo acima, acerca da revisão da Constituição, defender os direitos, conquistar o seu espaço enquanto representante dessa população e adquirir a confiança de seu público. Para isso, utilizava dos mais diversos artifícios que fossem capazes de prender a atenção de seus leitores.

Edmundo Bittencourt conseguia diferenciar o *Correio da Manhã* dos demais jornais do período sobre um mesmo fato. Enquanto questões como a campanha das carnes verdes era debatida no *Jornal do Brasil* e no jornal *A Imprensa* com caráter informativo e explicativo, como relata Garzoni, prezando por “uma discussão fundamentada em argumentos sólidos e exemplos históricos”,⁴³ o *Correio da Manhã* tratava do tema com textos críticos, bombásticos e indignantes que permeavam o fato e a ficção, contando com uma escrita clara que permitia o entendimento de seu diversificado público.

Outro artifício utilizado por Bittencourt para atrair cada vez mais os leitores do *Correio da Manhã* diz respeito a forma como notícias sobre o cotidiano, principalmente relacionadas a crimes, eram publicadas em suas páginas. As notícias eram detalhadas de maneira sensacionalista e, como ressalta Garzoni, apresentavam um culto ao escândalo.

Visando atingir um público diverso, a imprensa, desde o final do século XIX, começou a apresentar um caráter mais empresarial, por meio da aproximação com seus leitores, que faziam deste espaço um lugar de amplas discussões sociais, alimentadas pelo interesse das vendas e dos lucros dos jornais.

Portanto, a produção do jornal era definida segundo os interesses de seu público, ainda que isso apresente claramente uma estratégia empresarial do jornal, entre os redatores e colaboradores essa estratégia era disfarçada no discurso da função da instituição, enquanto um prestador de serviços em prol de seus leitores:

⁴² *Correio da Manhã*, 24/02/1903, p. 1.

⁴³ GARZONI, Leric de Castro. Disputas políticas e disputas por leitores... *op. cit.*, p. 171.

Atendendo à situação difícil que atravessa o país, trazendo a falta de colocação, onde honestamente se possa ganhar os meios de subsistência, e desejando o Correio da Manhã ir em auxílio dos mais necessitados, proporcionando-lhes a ocasião de facilmente adquirir empregos, resolvemos estabelecer para os pequenos anúncios uma tabela de preços que esteja ao alcance dos menos favorecidos pela fortuna. Assim, os anúncios de letras, pedindo emprego ou empregados, custarão de agora em diante a insignificante quantia de 200 réis. Tendo em vista o fator de ser o Correio da Manhã o jornal mais lido, é fácil compreender a extraordinária circulação do anúncio podendo-se com aquela quantia, em poucos dias, conseguir um lugar para proporcionar o necessário à subsistência.⁴⁴

Aqui, o jornal menciona sobre a nova coluna “Pedidos e Ofertas de Empregos”, criada, entre tantas outras, com a finalidade de aumentar seu público. Não eram somente os anúncios com preços reduzidos e o baixo valor que era vendido o jornal o que moviam a construção dessa conquista de público. Em datas especiais, o *Correio da Manhã* oferecia brindes e cupons de descontos⁴⁵ em diversos estabelecimentos aos seus leitores que adquirissem o exemplar.

Parecer aos seus leitores enquanto um prestador de serviços, fazia do jornal um meio de amplas funções. Não cabia apenas informar, divulgar e opinar, era necessário, também, tornar público, como ressalta Barbosa:

Aquinhoodos com o capital indispensável para exercer esse papel (...) as suas relações com o poder vão, portanto, além dos limites das relações explícitas com o Estado e com os grupos que detinham o poder político num determinado momento. O que os jornais pretendiam era não apenas atuar no campo político, lugar onde se geram problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os “consumidores” deviam escolher, mas sobretudo conseguir a mobilização cada vez maior desse público consumidor. Quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação e maior a lógica da conquista do próprio poder.⁴⁶

Independia por onde o jornal iria conquistar o seu público, fosse pelo acesso dado à população para demandar ou ofertar, pelas crônicas e charges que serviam, muitas vezes, como entretenimento, pelas manchetes e notícias sensacionalistas, pelo preço que garantia a popularidade. Tudo era construído na lógica do lucro e no jogo de interesses que dariam ao jornal a segurança da continuidade e a sua devida importância na

⁴⁴ *Correio da Manhã*, 24/05/1902, p. 1.

⁴⁵ Brindes como livros no final do ano e cupons de descontos em farmácias, por exemplo.

⁴⁶ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 242.

sociedade:

Não basta, porém, que ele (jornal) tenha a admiração dos que o leem, é preciso ainda que possua a confiança daqueles que o procuram. O jornal é mais dos seus leitores, do que dos redatores ou do proprietário, desde que ele criou e quer manter a sua clientela. O seu público não é o governo que passa, não é o partido que se dissolve, não é o grupo de amigos que o cerca hoje, porém que amanhã desaparece; o que constitui a massa dos que o leem é essa infinidade desconhecida que nunca teve oportunidade de ver sequer qualquer daqueles que diariamente lhe transmitem impressões, ideias, resoluções, ânimo, conforto, esperança ou coragem.⁴⁷

O reconhecimento do próprio *Correio da Manhã* de que sua existência era fruto mais do seu público que o mantinha do que daqueles que o construía diariamente, justifica os meios utilizados em sua produção. As mudanças configuradas nos editoriais e o posicionamento político faziam parte do jogo de poder e prestígio entre os jornais e a sociedade.

A produção artesanal dos impressos, graças à incorporação dos avanços técnicos, começou a ser substituída por processos de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e a consequente diminuição da dependência de habilidades manuais. (...) As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor, que antes, não raro, concentravam-se num único indivíduo, separaram-se e especializaram-se.⁴⁸

Essas mudanças, caracterizadas aqui também como as inovações técnicas do jornal, tornaram-se possíveis de serem observadas a partir de 1880, quando os jornais passaram a ter moldes empresariais e industriais, ultrapassando os jornais que antes eram caracterizados como empresas familiares e artesanais. Os periódicos seguiram assim como empresas jornalísticas que dependem do mercado, por isso, visam o lucro, a concorrência e o poder.

Em 1890 os jornais começaram a importar as primeiras linotipos que resultaram em um aumento de impressão de exemplares em um tempo bem menor do que existia anteriormente. O *Correio da Manhã* em 1901 começou a produzir seus exemplares com uma máquina rotativa Marinoni que era capaz de imprimir 10.000 exemplares por hora,

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 15/06/1902, p. 1.

⁴⁸ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX... *op. cit.*, p. 103.

necessitando apenas de três operários.⁴⁹

Edmundo Bittencourt comprou a máquina de uma empresa que pertencia ao senador Francisco Glicério.⁵⁰ Posteriormente, a rotativa Marinoni foi substituída por uma rotativa Walter Scott, que imprimia também em cores. As instalações também fizeram parte das mudanças, a ideia de modernização presente na cidade do Rio de Janeiro fez com que as empresas jornalísticas, enquanto indústrias, acompanhassem essa transformação estética.

O Paiz, em 1905, mudou suas instalações para a Avenida Rio Branco, assim como no mesmo período o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Comércio* também fizeram. O *Correio da Manhã*, depois de deixar suas instalações na rua Moreira César, mudou-se para o Largo da Carioca e depois para a rua Gomes Freire.

Na produção do jornal, além das características técnicas com as inovações das rotativas, a formação do editorial e a relação existente entre os jornalistas, redatores e literatos era de fundamental importância para que todos os interesses que moviam o periódico fossem correspondidos. Os acordos que eram realizados entre alguns grupos e o próprio jornal serviam para mantê-lo.

Sendo uma grande empresa, aumentando o número de páginas das edições e o número de tiragens por meio dos modernos equipamentos que haviam sido importados, os anúncios comerciais e particulares, assim como as realizações de políticos e de relevantes nomes da sociedade ganharam espaço nos jornais que se transformavam em porta vozes não só da população que demandava inúmeras questões, mas também porta voz do próprio poder público.

O *Correio da Manhã*, nesse jogo de interesses, criou a seção “Hontem”, que noticiava todos os atos do prefeito, em tom de prestígio e de críticas, esse espaço colocava o jornal ainda mais por dentro das negociações políticas. Como menciona Marialva Barbosa, “participando de uma articulação mais ampla, aliam-se à sociedade política, referendado o papel dos grupos dominantes, conquistando, em contrapartida, benesses e reverências e aumentando, ao mesmo tempo, a sua participação”.⁵¹

A participação do jornal com as instâncias do poder público já era possível de se observar desde o Império, por meio das alianças estabelecidas entre a imprensa e os

⁴⁹ Museu da Imprensa. Disponível em: <http://www.museudaimpresa.pt/museuvirtpress/port/hist/1800/1800.html>

⁵⁰ Francisco Glicério foi um dos fundadores do semanário *Radical Republicano*, jornalista da *Gazeta de Campinas* e colaborador do *Jornal do Comércio*.

⁵¹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 222.

grupos dominantes daquele período. O caráter empresarial que os jornais passaram a ter não modificou essas relações, continuaram envolvidos com os interesses da sociedade política. Para alguns jornais, não havia problema que as suas relações com o poder público fossem explícitas. Durante os primeiros anos do século XX, o *Jornal do Comércio* foi o que mais manteve esse elo com os poderes públicos e sua importância com a sociedade política. O *Paiz* também usufruía de benefícios destinados a ele por meio de favores realizados.

Os poderes públicos necessitavam do apoio do *Jornal do Brasil* devido à sua popularidade e o jornal respondia mantendo as boas relações com essa sociedade. Já o *Correio da Manhã*, na contramão dos demais, mantinha seu oposicionismo à frente de qualquer relação, e esse comportamento pode ser entendido por:

A frequente reafirmação da independência dessas publicações, fazia parte de uma estratégia para que fossem reconhecidas pelo público como uma verdadeira força dirigente, superior mesmo aos partidos e às facções políticas. Como um estado maior intelectual do partido orgânico, supostamente apolíticos e reafirmando sua própria independência, os jornais diários atuavam como uma força dirigente superior, mesmo que em função de objetivos específicos se ligassem a um ou a outro grupo.⁵²

O *Correio da Manhã*, ao se posicionar criticamente aos partidos políticos e aos governos municipal e federal, criava para seus leitores um espaço de representatividade. Se a população não conseguia ter uma boa relação com os poderes públicos, na medida que esses, muitas vezes, não atendiam as demandas gerais, então seria no próprio jornal,positor desses poderes, que essa população se encontraria.

Assim, o jornal passaria a ser como um outro “partido” diferente daqueles dos quais a população não obtinha a atenção desejada. O *Correio da Manhã* exerceria, portanto, o seu papel de comunicador, mas também teria funções sociais envolvendo questões políticas, culturais, econômicas, de segurança e moral.

Os serviços de um jornal só podem ser devidamente apreciados se houvesse meio de observar simultaneamente os efeitos da sua existência e os que produzissem a sua falta. Era o caso, por exemplo, de perguntar que se teria feito com relação a muitos dos negócios públicos, se acaso não existisse esta folha?⁵³

⁵² *Ibid.*, p. 227.

⁵³ *Correio da Manhã*, 15/06/1902, p. 1.

Se apresentando como um dos meios destinado a população para se obter resoluções em diversas causas, o discurso de “o que seria daquela sociedade sem o jornal?” evidencia os diferentes jogos de interesses que o *Correio da Manhã* cruzava para estabelecer o seu poder e se consolidar cada vez mais. Ainda que negasse qualquer ligação com políticos ou que dependesse de verbas públicas ou de relações particulares, deixava claro que se acaso o fizesse seria sempre em benefício do povo.

Garzoni⁵⁴ alerta para essa questão quando a independência financeira do jornal é colocada em discussão. Não havia, na época da criação do *Correio da Manhã*, evidências de como se obteve verbas para criar e manter o jornal⁵⁵. Em sua primeira campanha oposicionista sobre a qualidade e os preços das carnes que eram vendidas na cidade do Rio de Janeiro, Edmundo Bittencourt acusava de corrupção os donos das empresas que detinham o monopólio da venda das carnes.

Essas acusações voltaram-se contra o próprio diretor do jornal, que passou a ser acusado de dever dinheiro a esses empresários que haviam realizado empréstimos à Bittencourt e que seria por isso que ele estava usando o jornal para desmoralizar seus credores. Em meio a todas as acusações e discussões, Edmundo Bittencourt reconheceu a realização dos empréstimos, mas garantiu que esse ato jamais influenciou ou influenciaria os posicionamentos do jornal que serviria exclusivamente ao povo, por isso a campanha sobre as carnes continuaria para defender os que mais necessitavam.

As funções sociais do jornal se estabeleciam por meio do discurso formulado por todo o “corpo” editorial, aquilo que os jornalistas escreviam, enquanto intelectuais, carregava ideias deles mesmos ou de um grupo específico que eram repassadas para o público leitor. Portanto, se uma das funções do jornal, por exemplo, era moralizar a sociedade, o discurso apresentado objetivava um consenso da população reafirmando a imprensa como uma instituição de poder.

Esse poder, muitas vezes, era disputado entre os jornais, por isso, a ideia de união da imprensa não existia entre todas as folhas. Era comum as críticas, os debates, as tentativas de desmoralização entre as folhas. O *Correio da Manhã*, no período estudado, foi o que mais causou desavenças, principalmente quando denunciava as relações

⁵⁴ GARZONI, Leric de Castro. Disputas políticas e disputas por leitores... *op. cit.*, p. 53.

⁵⁵ Em 1902, o Jornal do Comércio denunciou que o *Correio da Manhã* havia sido subvencionado pela Companhia de Loterias Nacionais, para obter de graça o papel de imprensa. Marialva Barbosa lembra que: “Apesar de negar veementemente essa acusação, no jornal (...) são diários os anúncios da Cia. de Loterias Nacionais ocupando uma página do diário”. BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 226.

financeiras dos demais jornais.

Esses confrontos cabem no entendimento de que a concorrência existia e era clara na medida que se procurava ser o detentor das informações, opiniões e visões que norteariam a sociedade e se buscava legitimar a própria identidade do jornal. É assim que os jornais podem ser entendidos como um partido. As disputas existem entre eles como existem entre os partidos políticos, se nestes teoricamente quanto as ideias, naqueles não só referente a elas como também ao domínio de um mercado.

Não era uma disputa entre o jornal e um partido político, as relações conflitantes entre esses meios jornalísticos se davam por meio das críticas, dos diferentes posicionamentos. As disputas aconteciam no mesmo campo, jornal contra jornal, que objetivavam atrair a atenção dos leitores para esse embate, “os donos dos jornais polemizavam com os olhos voltados para as reações do público e para a forma como o debate seria recebido. O locutor não se dirigia apenas ao adversário. O seu objetivo era atingir o leitor”.⁵⁶

Isso faz parte da conquista de um público leitor, do sensacionalismo, daquele que mais defende as causas de seu público, o que melhor sobressai em seus argumentos conseguindo estimular o consenso da população por meio das opiniões. O jornal, havendo conquistado seus leitores e sabendo que essa conquista deveria ser constante, se propõe cada vez mais a assumir sua “missão” na sociedade.

A missão tratada aqui é uma característica não apenas do *Correio da Manhã*, mas dos demais jornais da época que tomavam para si o papel de intermediário entre as demandas e reclamações dos leitores e os poderes públicos. Esse papel somente se cumpria a partir do momento em que o jornal se popularizava por meio das estratégias já tratadas aqui.

Transformando em texto os problemas do povo e as questões cotidianas da cidade, parecia para os leitores que o jornal era mais um deles, vivendo os mesmos problemas e necessitando das mesmas melhorias. Tecnicamente isso passou a ser mais fácil de se observar quando o jornal se preocupou com a forma de expressar as notícias, deixando a escrita de fácil compreensão a todos.

Quanto mais fácil de entender, maior seria o número de leitores e quanto maior o público, maior seria o jogo que poderia ter com os poderes públicos. Como afirma Barbosa, “a sociedade política depende das instituições da sociedade civil, onde os jornais

⁵⁶ *Ibid.*, p. 262.

se incluem”.⁵⁷

Quanto ao fator compreensão, agora outro debate é colocado: afinal, quem lê? Qual era a representatividade do considerado público leitor? E a outra parte da população, sabidamente a massa iletrada, como se informava ou era inserido nos debates e notícias aguçadas pelas publicações? Essa também é uma reflexão necessária para a compreensão dessa outra dimensão do periódico, que é justamente sua proficuidade.

1.5 A “leitura” do jornal entre letrados e iletrados

Em uma história recente do Brasil, a discussão política envolveu a relevância da ação da imprensa, do mesmo modo, pode-se dizer que houve algo similar no início do século XX. Primeiro, a imprensa desempenhou um papel justamente ao colaborar para que indivíduos se apropriassem de discussões caras envolvendo a política, tanto aqueles que possuíam letramento, neste caso, com acesso mais direto aos jornais, quanto os outros que não possuíam, parcela muito significativa que se informava dos fatos em circulação no próprio cotidiano.

De qualquer forma essa é uma questão que se deve debater. O fato de haver no Brasil do final do século XIX e início do XX uma população majoritariamente iletrada pode nos fazer indagar: qual seria de fato o alcance do jornal a ponto de evidenciar nos dias atuais que naquele período ele tenha sido um meio capaz de causar reflexões na sociedade tão variadas como se tem apontado em pesquisas? Essa questão pode ser endossada com a reflexão de Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque Franco ao inferir que:

(...) temos em grande parte de nossa História o letramento como excludente social, não obstante os dados de redução do analfabetismo na atualidade (e sem adentrarmos nas polêmicas sobre analfabetos funcionais). Esse debate sobre representatividade da maior parte da população nos jornais escritos se intensifica ao usarmos de um recorte de tempo mais longínquo da contemporaneidade.⁵⁸

Os estudos acerca da imprensa vêm evidenciando que apesar desse questionamento é necessário vê-la a partir de outra ótica, daquela que colabora cumprindo

⁵⁷ *Ibid.*, p. 222.

⁵⁸ ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros de. *História e Jornais*: diálogos sobre a produção historiográfica. Trabalho apresentado ao GT História do Jornalismo do IV Encontro Regional Norte de História da Mídia, 2016, p. 5.

responsabilidades na sociedade ao inserir o debate e torná-lo passível de propagação. A autora complementa afirmando que há uma “função social da imprensa” em que se compreende a imprensa escrita enquanto “prática social”. Ratifica, portanto, que a ação não precisa ser direta entre instituição jornalística e público, o meio social se encarrega de outros meios de difusão.

Marialva Barbosa, por exemplo, aponta que “as repetidas referências a leituras nos transportes coletivos faz supor um hábito comum nas cidades, como também o de ler em voz alta, após o jantar, em torno da família, ou no trabalho, nas poucas horas vagas”.⁵⁹ Além disso, a autora indica ainda a oralidade como forma de apreensão do conteúdo desses jornais. E para concluir suas observações preliminares acerca do tema, lança a discussão de que a prática da leitura coletiva era comum em finais do século XIX e início do século XX e, por consequência, levava as variadas informações aos que não dominavam o saber ler. Como no caso de senhoras, por exemplo, que tinham o hábito de “lerem em voz alta um romance folhetinesco para o entretenimento e a exaltação sentimental de um público caseiro predominantemente composto por mulheres”.⁶⁰

A mesma autora apresenta os números acerca do analfabetismo no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX:

O fato de existir em 1890, na cidade, 40, 2% de analfabetos numa população de 522.651 habitantes, ou de apenas 59,8% de alfabetizados numa população de 818.113 habitantes, em 1906, não faz supor, por antecipação, o pouco poder de difusão e de penetração desses periódicos junto a esta população. As tiragens dos jornais revelam de antemão a sua importância, ainda mais quando se sabe que essas mensagens multiplicam-se pela difusão oral.⁶¹

No tocante aos jornais especificamente, sua leitura coletiva era o aspecto mais relevante de sociabilidade, num meio em que a quantidade de iletrados era abundante, predominava o caráter de compartilhamento. Barbosa apresenta-o como meio de informação que, embora impresso, tinha mais ouvintes do que leitores, mas o seu conteúdo, recebido de forma

(...) coletiva, permite supor uma forma peculiar de apropriação de textos, comentados, a partir de uma experiência coletiva e não individual, os textos sofriam reelaborações não de segunda, mas de

⁵⁹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 311.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ *Ibid.*, p. 330.

terceira, de quarta, de quinta ordem. A mensagem que divulgava suscitava dúvidas, comentários, discussões, controvérsias, favorecendo a apreensão de sentidos distintos e diferenciados (...).⁶²

De forma complementar, Albuquerque Franco aponta para uma gama de respostas àquela problematização inicial de que o jornal impresso, afinal, seria ou não capaz de deter alcance social indicando que “quanto maiores são as confirmações do analfabetismo, tanto mais diversos são os autores que nos apontam estratégias para o acesso à informação pela leitura coletiva da imprensa escrita nos fins do Império e início da República no Brasil”.⁶³ E dentre esses autores, destaca-se Mary Del Priore, que voltando ainda mais no tempo em relação a Marialva Barbosa, apresentou dados conforme se pode observar:

Em 1871, apenas 29 por cento da população era alfabetizada. Porém, as notícias circulavam por toda a cidade. Tanto entre a elite como entre as classes mais baixas, livres ou cativas, por meio de conversas informais. Nas ruas e praças, zungus e botequins, cafés e teatros, tudo se sabia. As sessões de “a pedidos” escoavam também críticas. Podiam ser expressas opiniões ousadas, pois tais cartas eram anônimas.⁶⁴

Da mesma forma que na segunda metade do século XIX, no início do século XX essas formas de circulação das notícias continuavam na capital federal. A leitura coletiva era uma prática prevalecte, inclusive em logradouros públicos. Ou ainda, retomando Barbosa, no texto *História Cultural da Imprensa*:

Em torno dos ambientes de trabalho, nas horas vagas do dia, leitores anônimos leem, em voz alta, “a fúria informativa” dos periódicos. [...] Às vezes, a leitura no trabalho traz transtornos, à medida que rouba o trabalhador da sua atividade profissional ou porque o jornal é visto com reservas.⁶⁵

A notícia circulava e causava consequências como as observadas acima, sinal de que não só notícias, como também ideias políticas, encontravam-se em circulação e envolvendo diversos cidadãos. Outro aspecto relevante é que o jornal ser visto com reservas, o que indica a existência de um ambiente pluralizado e o reconhecimento do

⁶² *Ibid.*

⁶³ ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros de. *História e Jornais... op. cit.*, p. 5.

⁶⁴ DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'EU*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p. 167.

⁶⁵ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 217.

potencial de atuação de um órgão de imprensa. Outrossim, mais explícito, é que nos variados meios de trabalho haviam trabalhadores não letrados que compartilhavam dessas informações difundidas, logo, componente também do público que os periódicos alcançavam.

Essa relação com o público iletrado é tão intrínseca que os próprios periódicos destinavam espaço a ele, ouvindo-o, relatando seus ditos e publicando, como fazia o próprio *Correio da Manhã* em seções como a intitulada *Reclamações*. Albuquerque Franco evidencia de forma mais ampla essa relação:

As pessoas que não sabiam ler eram também consideradas como público alvo dos jornais, de forma que alguns dos principais periódicos da capital federal brasileira na primeira década do XX tinham pessoas destinadas a atender e anotar as reclamações e pedidos de publicações dos iletrados. O que nos faz compreender a possibilidade de visualização dos diferentes segmentos do público dos periódicos não apenas nos artigos que circulavam por aquelas folhas, mas ainda nas campanhas promovidas pelos periódicos, em seções de cartas e “a pedidos”, em colunas de reclamações ou mesmo em segmentos destinados a abordar a vida cotidiana “Pelos Subúrbios” (...).⁶⁶

Um dos aspectos mais relevantes desse trecho é a relação estabelecida não apenas na participação ou não dos iletrados, fato consumado. Para além de participar e se informar por meio das notícias veiculadas, havia a ação de levar uma demanda até o periódico na expectativa de vê-la publicada, indicando a consciência de que existia um espaço nas folhas do jornal para ser ocupado. No momento em que se manifesta, o demandante colabora para a ampliação do debate político e social, pois em grande medida, denuncia as desigualdades de tratamento entre as diversas partes da cidade.

Para além disso, Barbosa indica aspectos um tanto quanto significativos para o olhar do historiador que utiliza periódicos como fontes, pois ao promover essas relações, o periódico acaba possibilitando conhecer um pouco mais desses sujeitos geralmente relegados da história:

Os jornais não são apenas os “intermediários dos egoísmos”. São também os intermediários das queixas e das reclamações. Uma estratégia de poder e editorial que se reflete na conquista de mais leitores. A visualização desses leitores não se faz somente pelas cartas que encaminham ou que ditavam aos redatores especialmente designados para redigirem suas reclamações. Também pelos textos que despertam a maior atenção do público, é possível descortinar a face

⁶⁶ ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros de. *História e Jornais... op. cit.*, p. 6.

oculta desse leitor e, sobretudo, as apropriações plurais que realiza.⁶⁷

Essa relação entre jornal e público desperta outro aspecto relevante, que é a ideia de deslocamento no processo de obtenção e averiguação da informação, neste caso não só do leitor, como também do iletrado, que aqui ganha a alcunha de ouvidor, no entanto, capaz o suficiente de compreender os caminhos para efetivar a sua participação, o que demonstra que ele era, de fato, partícipe ativo dos debates que envolvia a vida política e social da cidade.

1.6 Ideias políticas

A participação política dessa população, que lê, ouve, narra, discute, enfim, pode ser entendida quando analisamos o contexto e o ambiente em que estava inserida. Moradores da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, esse era o espaço onde circulavam os principais debates econômicos, sociais, culturais e políticos que serviriam para definir uma imagem do que era a sociedade brasileira.

Com a passagem da monarquia para a república uma nova cultura política começou a ser entendida e estabelecida nessa sociedade. Os debates políticos agora não existiam apenas em locais específicos e fechados, a política era tema para ser discutido em qualquer espaço, inclusive nas ruas. Não há dúvidas de que os jornais contribuíram para que esse debate fosse expandido entre os diversos ambientes e pessoas, como ressalta Marco Morel ao expor sobre a relação dos jornais, desde seu surgimento, com a sociedade:

O surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras - faladas, manuscritas ou impressas - não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.⁶⁸

⁶⁷ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa... op. cit.*, p. 220-221.

⁶⁸ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 18.

A figura daquele que falava sobre política havia mudado, acessando os jornais, principalmente os mais populares, vários segmentos da sociedade encontravam referência para começar a entrar no assunto, não era mais um tema apenas de uma elite intelectualizada, era a construção de uma cidade e de uma sociedade política, “a vitória de um certo cosmopolitismo cultural, consolidou o Rio de Janeiro também como centro político. E o eco de ressonância dessas discussões encontraria nos jornais um lugar natural para a sua divulgação”.⁶⁹

Em uma sociedade propícia aos debates e discussões, os indivíduos começaram a elaborar suas ideias sobre a política pelo meio que eles tinham mais acesso, nesse caso, os discursos jornalísticos. Michel Winock ressalta que “o jornal passou a ser (...) o pão de cada dia da política”.⁷⁰ Por meio dos jornais as relações sociais e políticas eram refletidas tanto por aqueles que faziam a política de fato, como por aqueles que necessitavam dela.

O *Correio da Manhã*, ao defender que sua função era garantir que os interesses populares fossem atendidos e que para isso ser feito era necessário ser crítico em relação às autoridades públicas, trazia discursos e abria espaço para seus leitores questionarem sobre as execuções políticas. O “pão de cada dia da política” poderia ser também os posicionamentos oposicionistas que colocavam a política em destaque por meio dos debates na sociedade.

Para se entender quais eram as ideias políticas que essa sociedade carregava, é preciso entender de onde elas vinham e pensar além de uma possível manipulação de pensamento por meio da imprensa. É preciso “conhecer melhor os sistemas de representações das sociedades, o estudo desses sistemas tornou-se inseparável do dos aparelhos de produção e de mediação: não é apenas a ideia que age, é também o lugar de onde ela vem”.⁷¹

Neste caso é necessário pensar para além da ideia de que os jornais simplesmente possam manipular, mas, embora use de seu poder na veiculação das informações abarcando também seus possíveis objetivos corporativos, ele lida com ideias que de certa forma chegam formadas até si, ou seja, se se admite um diálogo com seu público, logo

⁶⁹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 27

⁷⁰ WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 282.

⁷¹ *Ibid.*, p. 285.

ele também se relaciona com ideias advindas de formulações próprias de seu interlocutor.

1.7 Opinião pública

Quando a opinião pública surgiu e começou a ser realizada principalmente nos periódicos, ela seguia em dois sentidos, como analisa Marco Morel:

Era vista como “rainha do mundo”, fruto da elaboração dos sábios ilustrados e enciclopedistas, como sinônimo da soberania da razão, isto é, uma simbiose entre o reino da opinião e a república das letras. Ou então, num sentido mais jacobino ou revolucionário, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava através da participação de setores da sociedade em agremiações e organizações políticas, ou seja, vinculada à ideia de democracia direta.⁷²

É necessário compreender que esses dois sentidos em que a opinião pública poderia seguir dentro dos periódicos correspondem a análise de uma imprensa artesanal, diferente do modelo empresarial abordado neste trabalho. Seguindo a análise de Morel, a opinião pública ganhou destaque no Brasil na primeira metade do século XIX, por volta de 1820 e 1821, e “remete a um vocabulário político que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais”.⁷³

Para Morel, a partir do surgimento da opinião pública é que se desenvolveria uma consciência política, pois a opinião seria um recurso usado para legitimar os posicionamentos políticos e um instrumento que tinha por objetivo transformar as demandas de um determinado setor em uma vontade geral.

Quando analisamos a formação das ideias políticas na sociedade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX observamos que podemos relacioná-la ao debate acerca da opinião pública. Para começar, deve-se deixar claro como entendemos o termo opinião pública nesse trabalho: ele não é singular, não mencionamos, por exemplo, “a opinião pública deseja isso” ou “a opinião pública influenciou os rumos da política”, utilizamos considerando a pluralidade de opiniões de um público que participava politicamente e trazia suas opiniões particulares para serem discutidas no coletivo.

Esse entendimento só é possível de ser realizado na medida em que se analisa o

⁷² *Ibid.* 2012, p. 24

⁷³ *Ibid.* p. 23

comportamento da população relacionado ao papel da imprensa que abria espaço para que as pessoas pudessem expor as suas ideias sobre o entendimento do que é a política e como fazer, por meio de opiniões, para garantir que seus direitos fossem atendidos pelo poder público.

Também é necessário compreender que opinião pública é uma construção histórica, não há um modelo a ser seguido quando se pretende analisá-la, trata-se de considerar os diversos contextos e temporalidades em que esse termo aparece. Explorando o trabalho de Jean Jacques Becker e como este analisa as formas que Wilhelm Bauer retrata uma divisão da opinião pública em estática e dinâmica, temos que:

A primeira era constituída pelo costume, os hábitos, os usos, era o resultado das tradições, das estruturas da sociedade, da formação moral e intelectual que as crianças receberam e, antes delas, aqueles que as educaram (...) A segunda forma (...) a reação da opinião diante do acontecimento. A confrontação, por exemplo, com uma guerra, com uma revolução. A primeira se inscreve no tempo longo, a segunda no tempo curto.⁷⁴

Quando analisamos as demandas e reclamações da população expostas no *Correio da Manhã*, observamos que há, a partir do momento em que elas são feitas, um entendimento desses demandantes de como os poderes públicos estavam agindo na cidade e esse entendimento da população pode ser caracterizado relacionando às opiniões estáticas e dinâmicas.

Ao recorrer ao jornal, por exemplo, para reclamarem de carregadores e vendedores ambulantes que ficavam pelas ruas falando palavrões enquanto mulheres e crianças circulavam pelos mesmos espaços, os leitores do jornal expunham características de opinião estática, aquela que ia de encontro aos princípios morais existentes no âmbito privado e que se desejava que existisse também no público.

Casos como pedidos de serviços públicos, como abastecimento de água e iluminação e melhorias nas ruas e calçamentos, que aumentaram significativamente no período da reforma urbana ocorrida na gestão do prefeito Pereira Passos, caracterizam opiniões dinâmicas quando observamos que a maioria desses pedidos era de moradores dos subúrbios, que a partir do momento que a reforma começou a ser anunciada, reconhecem que as melhorias também devem chegar até eles, ou seja, essas opiniões

⁷⁴ BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 188.

surtem diante do acontecimento.

As reações de um grupo num momento dado prestam contas do meio mental no qual elas se manifestam, pois não existem limites visíveis e claros entre a história das mentalidades e a da opinião pública, já que o andamento das duas é o mesmo: um vaivém constante do coletivo ao pessoal.⁷⁵

Considerando que tratamos as opiniões em suas pluralidades dentro do *Correio da Manhã*, é necessário expor como o próprio jornal respondia a questionamentos de que ele não deveria opinar sobre questões políticas ou sobre as demandas e reclamações de seus leitores quando os redatores, colaboradores, jornalistas e o diretor colocavam as suas próprias opiniões no jornal:

No mais recente dos congressos da imprensa e em país vizinho acaba de ser votada a seguinte proposição: “que a imprensa deve dirigir e não refletir a opinião”. Não me parece nem verdadeira, nem justa, nem vantajosa, essa distinção. O jornalismo deve tanto dirigir quanto refletir a opinião. O que ele dirige nela é a vontade, a resolução, os atos; o que reflete é a impressão, o sentimento, as emoções; o que ele dirige é o protesto, a reclamação, a queixa; o que ele reflete é a agressão, a injúria, o sofrimento; o que ele dirige é a iniciativa, o movimento, a liberdade; o que reflete é a ameaça, a compreensão, a tirania. O jornalismo não é um ser autônomo e a vida das sociedades não se reproduz nele como nas lâminas sensibilizadas de um aparelho fotográfico ou sobre as projeções de um cinematógrafo.⁷⁶

É certo que as ideias políticas e as opiniões de quem fazia o jornal poderiam refletir nos pensamentos de seus leitores, no entanto, esse diversificado público possuía, como já mencionamos, opiniões estáticas, o que poderia acontecer era a soma das opiniões estáticas com as dinâmicas que estavam sendo formadas coletivamente. Portanto, não usamos o termo “manipulação” e sim o “condicionamento”. Becker ressalta que a manipulação é “a tentativa de provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública, divulgando uma notícia falsa, organizando um atentado”,⁷⁷ enquanto o condicionamento expõe acerca da realidade.

O jornal teria assim uma função de direcionar as demandas e reclamações que chegavam até a redação contendo diversas opiniões estáticas, em opiniões coletivas, dinâmicas e, a partir disso, levar as solicitações aos poderes públicos porque, como

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ *Correio da Manhã*, 15/06/1902, p. 1.

⁷⁷ BECKER, Jean Jacques. A opinião pública... *op. cit.*, p. 192.

lembra Becker, nenhuma política, ao que parece, pode ser feita nem contra, nem sem as opiniões do público.

Os jornais possuíam poder ao formular conceitos, expressando opiniões e propagando ideias de seu público e de quem os produziam. Esse poder era legitimado à medida que o jornal obtinha reconhecimento de sua necessidade:

O indivíduo, qualquer que seja o grau de educação, precisa de ter o seu jornal, como necessita ter o seu médico, o seu advogado, o seu notário. Ou por afinidade de opiniões e sentimentos, ou por tradições provadas de seriedade, de escrúpulo, de independência, de probidade. O leitor afeiçoa-se ao seu jornal e quase que lhe entrega a direção do seu espírito, a justificação dos conceitos que emite, dos juízos que forma, das críticas e censuras que faz e muitas vezes das resoluções públicas que toma.⁷⁸

Logo, o jornal está para além de um mecanismo informativo, também interativo e estabelecido como um interlocutor ao qual há intrínsecas relações de proximidade, mas também de complementaridade.

1.8 O exercício da cidadania: o jornal e os outros meios de acesso

O conceito de cidadania suscita a compreensão de sua formulação histórica e em especial a forma como é exercida em cada época. Num sentido moderno, sua definição o liga ao conjunto de direitos e deveres do indivíduo na sociedade da qual é partícipe, direitos esses que estão em campos distintos, mas complementares, como civil, político e social.

O exercício da cidadania, nesse sentido, está no ato da defesa dos direitos dos grupos que integram a sociedade, a busca pela transformação da realidade que se vive, de forma que não só os deveres, mas também os direitos, sejam mais amplos e não apenas do domínio de poucos privilegiados. Neste ponto vale uma análise quanto à origem do conceito de cidadania conforme compreendido nos dias atuais, já que o mesmo surgiu de forma mais evidente a partir das revoluções modernas, em especial a francesa, mas também a estadunidense.⁷⁹

Como resultados, esses eventos históricos produziram novas constituições que influenciaram e influenciam o Ocidente até a contemporaneidade, inclusive com a noção

⁷⁸ *Correio da Manhã*, 15/06/1902, p. 1.

⁷⁹ SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

de liberdade e igualdade de direitos entre os indivíduos, e fez surgir, assim, o Estado de direito, o qual só é bem-sucedido, no sentido de legitimado, quando consegue garantir esses princípios aos seus cidadãos. No entanto, mesmo aqueles documentos célebres pela dimensão tomada posteriormente, influenciando outras cartas constitucionais, também em seu tempo excluía parte de sua sociedade que só reaveriam seus direitos ao longo de lutas empreendidas.

Da mesma forma que lá, em outros espaços, como aqui no Brasil, em especial no Rio de Janeiro no início do século XX, as lutas existiram das mais variadas formas, inclusive no ato do questionamento ao poder público, por meio de reclamações publicadas na imprensa, conforme se observa neste trabalho.

A realidade observada na cidade do Rio de Janeiro, em que é possível falar da manifestação de parte da população na luta por direitos, não parecia tão significativa em regiões mais interioranas do Brasil de princípios da República, tanto que as expressões que mais caracterizam o período na historiografia clássica marcam a força de poder das oligarquias, práticas como clientelismo e mesmo o voto de cabresto.

É importante pontuar que essa participação cidadã ia ocorrendo, ainda que de forma mais evidente por parte de alguns grupos com suas demandas na capital, mas isso já parece um indicativo de mudanças na noção de cidadania entre períodos distintos: a recente República em relação ao período imperial. Enquanto no período anterior o Estado brasileiro se apresentava excluindo parcelas significativas da sociedade, como escravos, mulheres, pobres e libertos, na nova forma política já se percebe manifestações mais evidentes, embora, de uma maneira geral, a realidade não tenha se alterado tão expressivamente no plano nacional. Mesmo assim, considerando que a cidadania é construída no ato e processo verificável historicamente, todas as ações que expressam essa busca são importantes e significativas para a compreensão de que o imobilismo não é uma regra no desencadeamento da História.

Aliás, o princípio atitudinal do indivíduo, no intuito de ir além das regras básicas, como defender os seus direitos e cumprir com os deveres estabelecidos para os cidadãos que compõem a sociedade, passa justamente pelo crivo da ação, da prática cotidiana do questionamento e cobrança, além de manifestar-se como conhecedor não apenas do fato de que ele deve ser visto como cidadão, como também de que aquele do qual ele reivindica tem suas obrigações legais e em acordo com a representação que possui, afinal, no plano político e numa concepção moderna, o Estado que não garante os direitos básicos de seus cidadãos perde a própria legitimação. Se por um lado, a atitude é do indivíduo,

por outro, a causa deve ser coletiva, de forma que a atitude de cidadania não seja confundida com um princípio individualista, pois perderia o significado.

Em nossas análises os exemplos são amplos, no contexto analisado são evidenciadas solicitações e críticas que partem da iniciativa genuína do indivíduo, mas que abarcam interesses coletivos, sejam relacionados ao transporte público, a falta de infraestrutura em determinadas ruas de bairro, a falha da segurança pública, a diferença de tratamento do poder público quanto às distintas regiões da cidade, sendo que quanto mais distante do centro, menos intervenção de melhorias, enfim, uma gama de situações observadas, mencionadas pelos indivíduos que atingiam não apenas a si próprio, como também àqueles ao seu redor que compartilhavam da mesma realidade, além do fato das próprias cobranças muitas vezes serem feitas com os sujeitos se dirigindo no plural, aos interesses de grupos que por determinado problema se sentiam prejudicados e não acolhidos pelo poder público.

Esse poder público mencionado, pode ser compreendido justamente como a organização do Estado em sua concepção moderna. Especificar o Estado conforme compreendido mais recentemente é reconhecer também a variedade de definições que o mesmo abarca, ou no mínimo que uma vez aplicada para determinada realidade, deve-se ter o cuidado de não o generalizar, pois diferentes espaços possuem características próprias de organização política.

Mas sinteticamente, algumas funções parecem ter sido admitidas pelo Estado e isso interessa para a observação a que se propõe este trabalho, como “o domínio da força e da repressão, a proteção do território e do povo, o estabelecimento da lei e a manutenção da infraestrutura da sociedade”.⁸⁰ Ao tomar essas funções favoráveis àqueles que o legitima, os integrantes da sociedade, o não cumprimento das mesmas acarreta as manifestações contrárias, e é justamente aí que o exercício da cidadania toma outro aspecto que é o de atuar como o equilíbrio de um sistema político representativo. Permite-se o apontamento das contradições do Estado que estratifica a noção de povo, protegendo ou beneficiando mais a alguns do que outros, mantendo a infraestrutura de alguns mais do que outros.

Por outro lado, se compreendido metaforicamente, a manutenção da infraestrutura caba sendo bem-sucedida pelo Estado, ou pelo menos quanto ao status quo, que historicamente manteve determinados grupos no controle e sob sua proteção irrestrita. Se

⁸⁰ *Ibid.*, p. 118.

é assim até os dias atuais, no contexto da Primeira República não seria diferente, ainda mais pelas marcas desse período apontadas desde a historiografia clássica brasileira, referente à política das oligarquias. A diferença é que em alguns centros urbanos, e a capital é um exemplo disso, as manifestações ocorridas permitem inserir uma discussão acerca dos primórdios da cidadania, no sentido de que essas contradições do Estado não passaram despercebidas e inquestionadas, ocorrendo justamente o contrário.

A questão subsequente é a forma de reivindicação utilizada pelos indivíduos nesse referido contexto. Como faziam? Como se colocavam? Que meios utilizavam? Os grandes centros urbanos apresentavam algumas possibilidades e elas foram utilizadas, destaca-se neste trabalho o meio jornalístico, os veículos impressos que não raro destinavam espaço para as manifestações populares. Há de se compreender, portanto, que um veículo de informação é o meio de se colocar e não, obviamente, o ápice da luta, da manifestação.

O Estado, esse corpo político administrativo, principal endereçado das solicitações dos indivíduos poderia ser atingido senão por meios diretos, por vinculações na imprensa, uma vez que a causa coletiva ganharia publicidade. Isso ganhava notórias proporções, pois essas instituições jornalísticas, segmentos de negócio com poder de vinculação e opinião formada em torno de seus interesses, davam a dimensão que lhes fossem pertinentes, impactando no ambiente político. Seja como for, o fato é que os anseios populares ganharam eco e tornaram-se consideráveis no meio político carioca, demarcando assim um componente social.

Os discursos presentes nos jornais sobre o seu papel de intermediador entre a população e os poderes constituídos, principalmente a partir do momento em que surgiram seções destinadas especificamente às demandas e reclamações dos leitores, também não devem ser analisados como se os jornais fossem os únicos meios de acesso da população.

No final do século XIX, o Estado passou a ser procurado pela população para tratar interesses privados e para responder às reações contra ele próprio. Essas reações derivavam, por exemplo, do alistamento militar obrigatório, do sistema de pesos e medidas e contra o registro civil.

Consultando documentos da Justiça Federal e do STF, trabalho realizado por Gladys Sabina Ribeiro, observa-se que a população além de reagir ao Estado, recorria à Justiça para reivindicar.

Quem recorreu à Justiça, contava com o auxílio de advogados para expressar aquilo que julgava ter direito, e muitas vezes esses direitos não eram tradicionais; estavam, sim, ligados a novas realidades da cidade e do país; partiam de concepções diferenciadas que esses indivíduos foram tendo do que lhes era devido em troca do que davam ao Estado.⁸¹

As reivindicações da população por meio de questionamentos amparados em leis, transformou o Supremo Tribunal Federal e a Justiça Federal em espaços abertos a determinado público que necessitava e ia atrás de seus direitos. É importante ressaltar que esse espaço não era acessível a todos, já que o custo financeiro era elevado. No entanto, parte da população que utilizava esse meio acreditava que valia a pena todo sacrifício empenhado pela garantia de seus direitos.

No trabalho de Ribeiro encontramos exemplos de quem eram essas pessoas que recorriam à Justiça, como no caso de um piloto de barcas que teve que pagar 380,396 réis de custas processuais tendo como salário apenas 250,000 réis e, em outro caso, de mulheres, caixeiras comerciais de cafés e de bebidas, requeriam que as deixassem trabalhar porque estavam sendo vítimas de agentes públicos.

Casos como esses evidenciam a diversidade do público que tinha o entendimento de qual era o meio que deveriam utilizar. Sendo assim, “o Judiciário ganhou gradualmente força e poder político, tornando-se, na República, árbitro dos poderes e lugar por excelência de defesa dos direitos dos cidadãos”.⁸²

Além do Judiciário, outro meio utilizado, analisado por Marcelo de Souza Magalhães⁸³, era o Conselho Municipal, poder legislativo local, que era procurado pela população antes mesmo do Judiciário porque esse poderia ser o meio mais rápido de se obter o que se desejava. Diversas maneiras eram utilizadas para estabelecer uma comunicação com o Conselho Municipal, entre elas, os requerimentos, os abaixo-assinados, as petições e as representações.

Uma característica recorrente tanto nos jornais quanto no Conselho Municipal eram os motivos que os levavam a atender à população. Ambos viam no atendimento um meio de serem reconhecidos e assim legitimarem as suas funções. Para a população era mais uma forma de acesso e de levar os problemas do cotidiano até aqueles que poderiam

⁸¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, v. 3, n. 26, 2009, p. 109.

⁸² *Ibid.*, p. 117.

⁸³ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da política: a Capital Federal, 1892-1902*. Niterói, PPGH-UFF, 2004, tese de Doutorado.

solucioná-los.

Outra semelhança entre o Conselho e os jornais estava na forma como as demandas chegavam nessas instituições, que poderiam ser individuais ou coletivas. As coletivas, no caso do Conselho Municipal, representavam as demandas oriundas de associações de diversos setores da sociedade. Já nos jornais, além das associações, observa-se também os sindicatos.

Os pedidos eram os mesmos nos jornais e no Conselho, até porque a população não escolhia um meio ou outro para demandar, ela utilizava tudo que a desse acesso e representatividade. Demandavam por isenção de impostos e taxas, incentivo financeiro, concessão de serviços públicos, como abastecimento de água, iluminação, melhorias em ruas e calçadas. Havia também as reclamações e nesse caso, em grande parte eram devidas aos altos impostos e taxas cobrados pela prefeitura.

Os pedidos encaminhados ao Conselho Municipal e que contribuí no entendimento de que a população sabia qual era a função dessa instituição e reconhecia o seu papel enquanto cidadão participante da sociedade política são abordados por Magalhães, como pedidos de autorização para modificar calçamentos e ruas, solicitação de melhorias nas praças e jardins e melhorias no transporte público.

As demandas surgiam de toda parte da cidade e por qualquer pessoa, pedidos de servidores municipais também eram apresentados ao Conselho sobre gratificações, aposentadoria, licenças, entre outros. No entanto, ainda amparados pela discussão proposta pelo autor, devemos entender que as demandas eram destinadas a diferentes esferas do poder público. Sobre a relação entre a população e o Conselho, Magalhães salienta que:

O enorme número de requerimentos, abaixo-assinados, representações e petições apresentado no Conselho Municipal por pessoas da cidade - tanto individual, como coletivamente - demonstra o quanto essa instituição mantinha vínculos com os cidadãos. Vínculos entendidos como relações de representação política, ou seja, os intendentess eram sensíveis às demandas vindas da cidade. Por vezes, atuavam flexibilizando leis, isentando impostos, autorizando exceções à regra de construção na cidade etc. Outras vezes, atuavam como defensores de grupos da cidade contra a atuação de outros poderes, em especial, o Executivo municipal.⁸⁴

Se é possível perceber a existência de outros meios da população reclamar,

⁸⁴ *Ibid.*, p. 175.

demandar e obter respostas às suas demandas então porque utilizavam o jornal? Talvez a resposta mais direta seja em forma de outro questionamento: por que não utilizar?

O que deve ser evidenciado é que essa população tinha de fato participação política reconhecendo seus direitos e sabendo quem os deveria cumprir. Tendo essa percepção de seu público leitor, foi assim que os jornais criaram seções e colunas específicas para demandas e reclamações. Os jornais nesse caso utilizaram dessa estratégia para aumentar sua circulação e seu público leitor que surgia dessa população participante politicamente.

Os indivíduos recorriam a todos os espaços que estavam disponíveis ao seu alcance. Como já mencionado, recorrer ao Judiciário custava muitas vezes um valor que não era acessível a todos, por isso, recorrer aos jornais e ao Conselho Municipal poderia ser uma alternativa.

Outra questão que poderia responder o porquê essa população recorria aos jornais, é que muitas vezes as demandas encaminhadas ao Conselho eram negadas, por isso, além de continuarem insistindo nessas demandas ao Conselho, utilizavam também os jornais para que tivesse maior visibilidade daquilo que era desejado.

Não importa aqui examinar qual seria o melhor lugar para que a população obtivesse resultados de suas reivindicações. Como as demandas e reclamações destinadas ao Judiciário, ao Conselho Municipal e aos jornais eram de mesmo teor, assim como a diversidade de demandantes era a mesma, a relevância do que deve ser abordado é que esses espaços existiam e eram ocupados por essa população que estava ativa nas questões políticas, sociais e constitucionais.

CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO PÚBLICO NO JORNAL *CORREIO DA MANHÃ*: ANÁLISE DA SEÇÃO *RECLAMAÇÕES*

Na busca de capturar impressões de setores da população da cidade do Rio de Janeiro acerca das intervenções urbanas ocorridas entre 1901 e 1906, optou-se por analisar jornais da época. Tais jornais possuem espaços em que os leitores podem apresentar problemas e reivindicar melhorias nas mais variadas áreas, como a da política, a econômica, a social e a urbana.

A participação da população nas questões que envolvem a gestão da cidade pode ser observada por meio do acompanhamento da relação entre os jornais e seus leitores nas primeiras décadas do século XX. Como menciona Eduardo Silva, no livro *As Queixas do Povo*, ao analisar a coluna do *Jornal do Brasil* em que se publicavam as mais variadas reclamações da população da cidade, “era preciso (...) captar, nas poucas evidências históricas disponíveis, os indícios do que poderia ter sido a atitude da população frente ao governo e ao sistema político em geral”⁸⁵. O autor considera que a coluna apresenta tais indícios.

Dentre os periódicos de grande circulação que reservavam um espaço destinado aos leitores em suas páginas, destaca-se, nesse trabalho, o jornal *Correio da Manhã*, com sua seção intitulada *Reclamações*. Esses leitores são apenas uma parcela da população, pelo fato de haver uma alta taxa de analfabetismo à época⁸⁶. Por isso, deve-se ter certo cuidado ao buscar impacto, de fato, dos periódicos no contato direto com o público, quando se quer investigar o quão relevante essas vozes dos cidadãos eram para as tomadas de decisões sobre os problemas da cidade.

O grande número de analfabetos não era impeditivo para a difusão do que estava impresso nos jornais. Estudos demonstram que as formas de apropriação do escrito ocorriam muito além da leitura individual e silenciosa.⁸⁷ A leitura em voz alta ou o

⁸⁵ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 18.

⁸⁶ Segundo Tania Regina de Luca, o censo realizado no país no ano de 1900 indicou que apenas 25% da população era alfabetizada e o recenseamento realizado em 1906 na capital federal constatou que a cada 100 habitantes, 48 eram analfabetos.

⁸⁷ Os estudos se referem à compreensão das diferentes práticas de leitura abordadas por autores como Roger Chartier e Robert Darnton. Deve-se considerar para cada época os meios de ler já que o ato da leitura está relacionado com o cotidiano dos leitores e ouvintes que dão sentido aos textos dos quais se apropriam.

comentário sobre o que estava impresso eram formas multiplicadoras do número de pessoas que tomavam conhecimento do noticiado.

Logo, o hábito de repassar aquilo que era lido a terceiros criava um canal e fortalecia o vínculo que os periódicos buscavam estabelecer com os cidadãos letrados ou não. Por isso é necessário ressaltar que as discussões ocorridas, muitas vezes, por meio das publicações diárias sobre os problemas trazidos por parcelas da população da cidade, eram acompanhadas até mesmo pelos não letrados.

Dois grandes jornais cariocas de grande circulação também apresentavam seções destinadas às demandas da população: a *Gazeta de Notícias*, com a seção *Publicações a Pedido* e o *Jornal do Brasil*, com a seção *Queixas do Povo*. Diferente do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*, a seção da *Gazeta de Notícias* publicava textos pagos por aqueles que desejavam ter suas mensagens impressas em suas páginas.⁸⁸

A seção *Publicações a Pedido*, iniciada em 1877, ocupava sempre as duas primeiras páginas da *Gazeta*, o que sinaliza a sua importância para os donos do jornal. Diferente das *Queixas do Povo* e das *Reclamações*, publicadas nos outros jornais, a seção da *Gazeta de Notícias* era mais diversificada quanto aos assuntos. Nela era possível encontrar agradecimentos, pedidos de desculpas, solicitações e auxílios, textos poéticos, e, como nas outras duas seções mencionadas, cobrar providências diversas às autoridades.

A seção, *Queixas do Povo*, iniciada em 1900, publicava os problemas cotidianos da cidade do Rio de Janeiro que eram conhecidos por meio de cartas enviadas ao jornal ou pela ida dos queixosos à redação, para entregar suas reclamações ou ditá-las. É possível observar nessa seção a relação entre os pedidos da população e o ideário que se tinha das obrigações que o poder público deveria cumprir para solucionar os problemas apresentados.

A seção *Queixas do Povo* era caracterizada pelo *Jornal do Brasil* como uma forma do mesmo cumprir seu papel mediador entre a população e os poderes públicos. Essa era uma das estratégias utilizadas pelos periódicos para legitimar sua popularidade. Eduardo Silva⁸⁹ argumenta que as queixas representam um exercício da cidadania. Para o autor, o cidadão não percebe o Estado como lugar de representação política, portanto, os indivíduos não se percebem como participantes.

⁸⁸ Somente a partir de 1907 é que a referida seção se transforma em *Reclamações do Povo*, semelhante a seção analisada nesse capítulo, do jornal *Correio da Manhã*. Porém, mesmo que com essa peculiaridade, mantinha um meio (ainda que não tão popular, já que era cobrado) de reservar um espaço para interagir e possibilitar a manifestação de seu grupo leitor interessado.

⁸⁹ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo... op. cit.*

Para o autor, ao analisar as queixas é possível verificar uma população consciente de seus direitos e das obrigações dos agentes públicos. É nesse ponto em que Eduardo Silva e esta pesquisa se diferenciam de outros autores que se propuseram a estudar o papel do cidadão nas décadas iniciais da Primeira República.

Um dos fatores fundamentais que distingue esse trabalho do já realizado por Eduardo Silva consiste na análise do público que utilizava o jornal enquanto um meio de acesso.⁹⁰ Para este autor, ao analisar a seção *Queixas do Povo*, se evidenciou que eram as camadas populares que recorriam a esta forma de acesso aos seus direitos. No que diz respeito a esta pesquisa, ao analisar a seção *Reclamações* do jornal *Correio da Manhã*, podemos observar que o público que utilizava a seção representava um quadro social muito mais amplo, atendendo a diversas camadas da sociedade do Rio de Janeiro.

A seção *Reclamações* começou a ser publicada em 6 de outubro de 1901, sempre entre as páginas dois e cinco de um jornal que possuía até oito páginas. O que era publicado na seção tinha desdobramentos no editorial do *Correio* e na publicação de matérias em outras partes do jornal, nas edições seguintes. Logo, sair na seção *Reclamações* tinha repercussão no jornal e para além dele.

Tratava-se, pois, de um espaço aberto ao público que a utilizava para realizar reclamações sobre problemas cotidianos enfrentados na cidade do Rio de Janeiro. Essa seção era dividida por temas como política, obras públicas, abastecimento de água, polícia e higiene. Esses temas eram diferenciados por pequenos títulos que facilitavam a leitura do público.

No tocante a questões brevemente mencionadas, cabe-nos abrir um espaço mais incisivo para discutir a possibilidade desse trabalho dialogar com o aspecto da construção da cidadania. Parece-nos cabível por vários ângulos essa problemática, em especial, se se discute a participação de pessoas, individual ou coletivamente, que vão à imprensa em busca de resolução de seus problemas, sinalizando percepções sobre direitos e expectativas sobre as atuações dos poderes constituídos.

A possibilidade de um diálogo sobre a construção da cidadania decorre de uma propensa banalização do conceito, atualmente, tão explorado pelos diversos meios, sobretudo midiáticos, e muitas vezes mal compreendido por aqueles que o deveriam exercitar. Em outros contextos e períodos da história brasileira, mesmo que em

⁹⁰ Entende-se aqui o jornal como um meio de acesso a bens e serviços públicos no seu papel de mediador entre o público e as instituições.

localidades específicas, as ações dos sujeitos nos aparecem mais concretas no que tange ao reconhecimento da necessidade de cobranças de ações dos poderes constituídos.

O fato é que em todos os casos observados no trabalho, os cidadãos que recorriam aos jornais para registrarem suas queixas, na forma que as formulavam, pareciam reconhecer as esferas públicas. Os queixosos buscavam soluções para problemas cotidianos, requeriam explicações aos poderes públicos ou mesmo faziam referências com juízos de valor aos endereçados de suas reclamações.

Reivindicava-se, por meio dos jornais, qualquer aspecto que se julgasse necessário, dentro de um quadro de direitos reconhecidos, ainda que na prática nunca os houvessem gozado plenamente. A saber, demandas como as seguintes podem sintetizar essa ideia:

Água, água! Bradam, sem cessar, de um mês a esta parte, os moradores da rua Torres Homem e imediações, na estação do Bocha. Mas qual. O precioso liquido só aparece nas casas de influências políticas, muito respeitadas pelo guarda do distrito. Aí fica, mais uma vez, o brado de misericórdia dos infelizes moradores da rua Torres Homem. É inútil, bem Babemos.⁹¹

Ou ainda ao se posicionar ao que se julga como injusto e se ater às arbitrariedades do cotidiano expressa em figura de um guarda policial:

O sr. Manoel Otávio de Faria vem dizer a esta redação que na ocasião em que passava anteontem, pela rua do Costa, o guarda noturno do lugar esbordoava barbaramente uma pobre velha, de cerca de 50 anos, pelo simples facto do estar ela dormindo na rua. Protestando contra semelhante fato foi tratado indelicadamente pelo comandante da guarda, que lhe disse não dar satisfação a pessoa alguma.⁹²

Além dessas reclamações destinadas ao poder público, as queixas contra serviços privados também estavam presentes nos jornais, caso ocorresse uma quebra de determinado direito acordado entre as partes:

Escreve-nos o senhor José Alves Barbosa, residente a rua Bittencourt da Silva, narrando que tendo pago o enterro de segunda classe de seu filho, cobrou-lhe valor de 30% a mais por estar acima da rua limite. Qual foi porém a surpresa do pobre pai quando parou à sua porta um

⁹¹ *Correio da Manhã*, 09/01/1902, p. 2.

⁹² *Correio da Manhã*, 10/01/1902, p. 2.

carro velho, sem molas, puxado por animais não adestrados que durante o trajeto para o cemitério fizeram toda a sorte de tropelias.⁹³

Deve-se entender esses problemas cotidianos, muitos dos quais poderiam ser vistos como irrelevantes para o poder reclamado, como importante para a compreensão das formas de atuação política. Ressalta Karina Kuschnir, que “episódios aparentemente irrelevantes (...) podem ser uma extraordinária via de acesso para a compreensão de um universo político”.⁹⁴

Portanto, a análise do comportamento das pessoas inseridas em contextos particulares contribui para o entendimento de como a política poderia ser feita. As queixas presentes na seção *Reclamações* do jornal *Correio da Manhã* permitem, dentre outras coisas, perceber como os leitores que as apresentavam compreendiam os papéis dos poderes constituídos.

Conforme se vem mostrando neste trabalho, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de grandes acontecimentos políticos, econômicos e sociais no início do século passado. As interferências diretas no cotidiano da população, a própria experiência vivenciada propiciou a manifestação ativa de muitos sujeitos, que como é sabido, neste caso, nem sempre assistiram passivamente ao que acontecia ao seu redor⁹⁵, conforme já discutido no primeiro capítulo.

Portanto, é preciso ressaltar o caráter contínuo da luta pela participação política e assim, por consequência, a busca pela aquisição de demais direitos cidadãos de parte dos sujeitos que viveram na cidade do Rio de Janeiro naquele período. As lutas contínuas são observáveis até mesmo por terem ocorrido não apenas em atos mais efervescentes, como, por exemplo, na Revolta da Vacina e ou no “bota abaixo”, mas nas reivindicações que antecederam a esses fatos, relacionadas ao dia-a-dia e às demandas corriqueiramente estruturais pautadas nas necessidades de vários melhoramentos dos lugares habitados.⁹⁶

⁹³ *Correio da Manhã*, 15/01/1902, p. 3.

⁹⁴ KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 6.

⁹⁵ Uma série de questões contextuais podem ser apontadas: a marginalização dos grupos sociais menos favorecidos e em especial os próprios ex-escravizados; a contínua crescente de bairros mais assistidos por intervenção política do que outros, o que gerou reclamações diversas dos cidadãos que observaram e passavam a reivindicar por atendimentos – será discutido neste trabalho – as intervenções da reforma urbana que deixa a interpretação da preocupação mais direcionada para a transformação da cidade para fins de visibilidade (mas não só) que superam a própria preocupação com os antigos moradores dos cortiços, enfim, uma série de situações que proporcionaram a experiência e a reação, ou tentativa dela, ao que vinha sendo vivenciado pela população.

⁹⁶ E se perceberá nas citações ao longo do texto que essas reivindicações realmente tinham a ver com o cotidiano, com suas representações policiais, dos quais se cobrava atitudes, de seu círculo social mais próximo, ao qual os sujeitos se apoiavam, mas também muitas vezes se fiscalizavam no sentido de não concordar com atos anti-higiênicos, por exemplo, ou de injustiças, enfim, trata-se de um cenário rico em

2.1 O *Correio da Manhã*: forma de análise

O *Correio da Manhã* tinha publicação diária e a seção *Reclamações* foi criada em 6 de outubro de 1901. Foram lidos todos os números do jornal entre 1901 e 1906. Desde a criação da seção, recorrentemente, queixosos motivados por diversas causas tiveram a oportunidade de registrarem suas insatisfações e demandas em um jornal que tinha um grande alcance na então capital federal.

Mesmo que nossa análise se detenha, mais significativamente, sobre a seção *Reclamações*, foi fundamental fazer uma leitura cuidadosa de todo o jornal, com o objetivo de levantar suas características, observar a regularidade da publicação das seções e verificar os assuntos corriqueiros. Esse procedimento favorece a compreensão das principais conjunturas que passaram o jornal e a cidade do Rio de Janeiro.

Entre 6 de outubro de 1901 e 1906 foram publicados 1885 números do *Correio da Manhã*.⁹⁷ Todos os números estão digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dessa forma, foi possível ter acesso a totalidade dos números, que permitiu levantar potencialidades e limites da fonte e proceder com o recolhimento de informações para posterior análise.

Sobre as potencialidades, o número de publicações, a reincidência de demandas e assuntos esporádicos pertencentes àquele contexto, são exemplos de informações qualitativas que o jornal oferece para análise. Em relação aos limites, pode-se apontar a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de leitura de muitos exemplares, o que indica certos problemas de preservação das fontes ao longo do tempo.

No entanto, quantitativamente falando e verificada a reincidência das principais demandas sociais da época, torna-se possível considerar que sobressaem as potencialidades, resguardando-nos a margem elevada de segurança para lidar criticamente com as informações provenientes do jornal.

A seção *Reclamações*, desde o momento em que foi criada, tornou-se corriqueira no *Correio da Manhã*, apesar disso, apresenta algumas lacunas de periodicidade. Às vezes

situações nas quais se possa ensaiar a inferência de exemplo claro de processo de luta pela cidadania, conforme compreensão apontada anteriormente.

⁹⁷ O período entre 06/10/1901 e 31/12/1906, considerando ser um jornal de publicação diária, deveria constar um número total de 1912 publicações, porém, ocorreu uma interrupção no jornal entre os dias 18/11 e 15/12 de 1904, justificando-se, assim, o número reduzido apresentado. Essa interrupção pode ser compreendida como uma forma de censura, uma vez que o *Correio da Manhã* era considerado oposição pelo governo de Campos Salles.

é possível encontrar uma sequência de dois, três e, em raros casos, seis dias sem que a seção fosse publicada. Havia dias em que a seção publicava muitas demandas e em outros poucas. Mesmo com a diferença de quantidade por dia, é certo que a seção tornou-se lugar importante para receber manifestações de um número considerável de pessoas.⁹⁸

Ressalvas à parte, para o período de análise o quantitativo de reclamações é expressivo.⁹⁹ Uma vez verificada a fonte em sua totalidade e constatada a regularidade dos dados principais para a análise, julgamos suficiente um método mais enxuto de apresentação dessas informações, que consiste na apresentação de dados mais reduzidos, porém regulares, lançando mão de apresentar as demandas presentes nas *Reclamações* espaçadas a cada quatro publicações.

Isso garante, por exemplo, além da viabilidade do levantamento e sistematização das informações colhidas, uma amostragem regular dos principais tópicos demandados pela população e expressos no periódico por todo o período analisado.

Os temas ordinários presentes na seção *Reclamações* são: iluminação, segurança pública, transporte, salário e relações de trabalho, abastecimento de água, higiene e saúde pública, obras e providências solicitadas à prefeitura, além dos assuntos esporádicos, que, por serem diversos e não corriqueiros, receberam a classificação de outros.

Tabela 1
Temas ordinários presentes na seção *Reclamações* entre outubro de 1901 e dezembro de 1906

Tema	Quantidade	Percentual
Segurança Pública	456	29,62%
Obras e Providências	314	20,38%
Higiene e Saúde Pública	287	18,63%
Abastecimento de água	202	13,11%
Transporte	118	7,66%

⁹⁸ E de variadas origens sociais, conforme observado em tópico anterior. Mas em suma, pode-se dizer que a tipologia dos leitores abarca os seguintes grupos: trabalhadores, que eram os mais expressivos em publicações que haviam identificação; mulheres; homens de negócios, que eram os proprietários de estabelecimentos como quiosques, quitandas e casas de cômodos; militares; funcionários públicos; profissionais liberais; estudantes; políticos e jornalistas. Essa identificação é possível de se observar quando havia uma identificação nas cartas ou quando o público aceitava que sua identidade fosse revelada junto com a publicação da queixa, mas ressalta-se que a maioria das publicações na seção *Reclamações* não apresentava identificação, isso poderá ser constatado na tabela de especificações.

⁹⁹ Conforme se observará nas tabelas.

Salário e Relações de Trabalho	83	5,39%
Outros	63	4,1%
Iluminação	17	1,11%
Total	1540	100%

Fonte: *Correio da Manhã* (1901-1906).

Esses temas dominam as páginas dedicadas a seção *Reclamações* no jornal. Trataremos, em seguida, de todos os temas, a começar pelo que classificamos como segurança pública, compreendido no levantamento como os pedidos de policiamento, as críticas quando se constata a falta da presença policial e mesmo os abusos cometidos pela polícia.

Os pedidos de policiamento tinham diversas origens. Alguns eram provenientes de ruas mais afastadas ou bairros mais distantes em que se identificavam reuniões de pessoas qualificadas como desocupadas e, como tal, entendidas como ameaçadoras. Outros tinham relação com solicitações à prefeitura para realizar melhoramentos e limpezas em ruas dos bairros.

No caso, o possível abandono por parte do poder público dos logradouros dava margem à criação de esconderijos de pessoas que podiam causar malefícios aos moradores dos arredores, como se pode verificar a seguir:

Polícia e Prefeitura: Há cerca de quatro anos está desabitada uma casa na rua Barão de S. Francisco, esquina com a rua Torre do Homem em Vila Isabel. Ali reúnem vagabundo e desordeiros que põem em alerta a vizinhança, proferindo palavras que fazem corar um frade de pedras. Os desordeiros precisam ser presos e a casa demolida, pois serve de apoio para tais malfeitores.¹⁰⁰

Além disso, atos de depredação e vandalismos, que marcavam o cotidiano da cidade, não passavam despercebidos pelos queixosos. Havia o cuidado de identificar com certa precisão os locais para que a polícia fizesse sua função de garantir o cumprimento da lei. Essa era a compreensão clara que tinham os insatisfeitos com a segurança pública quando dirigiam seus clamores à polícia. Casos com precisa localização das ocorrências eram registrados da seguinte forma:

¹⁰⁰ *Correio da Manhã*, 11/12/1902, p. 4.

Pedem-nos que chamemos a atenção do delegado da 2ª circunscrição para a malta de vagabundos que infesta o bairro da Saúde ofendendo o decoro público, atirando pedradas e cometendo todas as depredações, estimulada pela impunidade, que desfruta. É essencialmente na rua Conselheiro Zacharias e morro da Mortona, que se reúnem tais malfeitores. As autoridades da 2ª circunscrição muito favoreceriam aos moradores do bairro se efetuassem diligências em tais zonas.¹⁰¹

Chama a atenção, portanto, em termos quantitativos, as queixas sobre roubos em distintos pontos da cidade, em situações típicas, mas também inusitadas, acompanhado de cobranças por tomada de atitude dos responsáveis policiais:

Procurou-nos o senhor José V., afim de queixar que lhes haviam sido roubadas todas as coroas de flores que estavam no túmulo de seu cunhado no cemitério de S. Francisco Xavier. Pede providencia ao administrador do referido cemitério até mesmo para reforço policial, pois no momento ele tem motivos para vir a essa redação queixar-se.¹⁰²

Outro ponto marcante é o teor moralista contido nas reclamações, quando queixosos dirigiam suas manifestações à polícia no intuito de que esta intervisse contra mulheres referidas com palavras ofensivas, conforme se pode verificar:

Várias pessoas residentes no Realengo queixam-se do desmazelo da polícia local que nenhuma providencia toma no sentido livra-los de uma horda de mulheres vagabundas que por ali perambulam atentando contra a moralidade e o sossego das famílias.¹⁰³

Não é incomum encontrar referências depreciativas às mulheres nas reclamações. Nota-se a seriedade do tema “moral” à época, ao associar como peso fundamental esse quesito à gravidade da reclamação. Outro exemplo a esse respeito demonstra significativamente essa questão: “Escrevem-nos, pedindo providencias da polícia para uma mulher de costumes fáceis, residente em frente da 8ª delegacia. Os trajés em que anda ofendem o pudor das famílias que a tem por vizinha”.¹⁰⁴ E ainda:

Andam sem sorte os moradores da rua Barão de Iguatemi, entre uma travessa que ali existe e a rua da Soledade. Ha por aquelas bandas uma estalagem que é positivamente um atentado à saúde pública e onde

¹⁰¹ *Correio da Manhã*, 24/02/1902, p. 3.

¹⁰² *Correio da Manhã*, 05/03/1905, p. 4.

¹⁰³ *Correio da Manhã*, 27/02/1905, p. 4.

¹⁰⁴ *Correio da Manhã*, 23/10/1904, p. 4.

residem duas desatinadas mulheres que se embriagam constantemente berrando as mais descabeladas obscenidades. Na mesma estalagem criam-se porcos, cabritos, etc., sem que por lá apareça um policial, fiscal da Prefeitura ou representante da Saúde Pública. Não seria possível uma providencia?¹⁰⁵

A questão da moral presente nas queixas vai além das obscenidades e situações relacionadas à mulher, é perceptível como ato ofensivo e, portanto, digno de requisição de atitude policial até mesmo aqueles manifestados por palavrões:

Moradores do prédio n. 68 da rua Camerino queixaram-se nos de ter sido ontem em seus aposentos invadidos por empregados da higiene que, bruscamente, sem lhes darem tempo de se preparar para recebe-los os puseram lá pelas 4 horas da tarde, quando terminaram a desinfecção que ali foram fazer, arbitrariamente. As mesmas pessoas pedem-nos que chamemos a atenção para o delegado da 2ª urbana para uma malta de desocupados no 2º andar do prédio onde há forte jogatina todas as noites perturbando o sossego das famílias e ofendendo com palavrões indecorosos as famílias ali residentes.¹⁰⁶

Associada muitas vezes às pautas policiais, a iluminação pública, ou melhor, a falta dela foi alvo de reclamações justamente por caracterizar para os queixosos a desconsideração por sua respectiva rua e o quanto aumenta a insegurança em regiões não iluminadas. Embora represente o menor percentual na tabela de especificação de temas reclamados, o problema da iluminação pública geralmente evidencia outra questão, relacionada ao abastecimento de gás na cidade.

No entanto, mediante situação de ausência de seu direito, que era neste caso ter ruas iluminadas e maior sensação de segurança, havia manifestação em tom de cobrança para as autoridades competentes, conforme se observa:

Os moradores da rua Navarro, em Catamby, continuam a queixar-se do fraco número de combustores de iluminação pública que ha por lá. A falta absoluta de limpeza pública acresce a deficiência da iluminação para suplício dos infelizes habitantes daquela rua.¹⁰⁷

E as reclamações a esse respeito mantinham um formato, praticamente invariável, observável a seguir:

¹⁰⁵ *Correio da Manhã*, 04/12/1905, p. 3.

¹⁰⁶ *Correio da Manhã*, 26/07/1903, p. 4.

¹⁰⁷ *Correio da Manhã*, 23/08/1905, p. 4.

São tão escassos e tão afastado uns dos outros os combustores de gás, nas ruas desta cidade, que a falta de um só deles se torna muito sensível e mergulha em profunda escuridão um grande trecho da via pública. É o que está acontecendo na rua da Constituição, onde o lampião que fica fronteiro ao prédio n. 33, não funciona há muitos dias.¹⁰⁸

Em relação às queixas voltadas para o transporte, também possuíam diferentes motivos: insuficiência de transporte, horários inadequados, funcionários das mais variadas companhias que cometiam excessos ou questionáveis serviços prestados e falta de segurança durante as viagens. Um pouco do contexto que envolve as reclamações sobre os transportes pode ser observado no trecho a seguir:

José Avelino da Silva, um humilde e honesto operário, embarcou ontem em um bonde desta ferro-carril, cujo condutor trazia a chapa 121, e, quando pretendeu saltar, fez ao cocheiro sinal de parar. Além de desentendido, porque o carro continuou em disparada até o ponto 10, a rua Direita, foi Avelino mimoseado com uma serie de palavrões insultuosos pelo cocheiro desconhecedor de seus deveres. Inutilmente apresentou Avelino a sua queixa ao despachante, razão por que nos procurou para levarmos o facto ao conhecimento do sr. gerente da Companhia Carris Urbanos.¹⁰⁹

A arbitrariedade da qual José Avelino reclama no trecho citado é típica desse contexto se considerados os casos encontrados nas reclamações. Em várias instâncias, tanto no setor público, quanto o privado, é comum deparar-se com casos em que agentes cometem excessos, geralmente com pessoas que ocupam lugar social considerados mais simples.¹¹⁰ Quanto à arbitrariedade e mau serviço, outro exemplo sintetiza essa questão ainda no que diz respeito a uma companhia de transporte:

Veio ao nosso encontro o sr. Antônio Moreira dos Santos Costa queixar-se de que está sendo vítima quase de um desastre, devido a Imprudência e desatenção do motoneiro, chapa 175, do carro de Ipanema, que não quis parar o veículo a tempo, afim de que aquele senhor pudesse tomar passagem. O sr. Santos Costa não ficou debaixo das rodas do bonde elétrico graças à intervenção de um passageiro que o agarrou pelo braço, no momento em que ele ia caindo... Não contente

¹⁰⁸ *Correio da Manhã*, 27/04/1902, p. 3.

¹⁰⁹ *Correio da Manhã*, 27/01/1902, p. 2.

¹¹⁰ O destrato com o cidadão verificável na citação é um exemplo disso em discussão e nos coloca a pensar nos exageros de outros agentes, como a polícia, apresentada brevemente acima e aqueles da prefeitura, cujas descrições de suas ações poderão ser melhor observadas adiante, mas antecipando algumas questões, essa arbitrariedade vai desde uma ação da carrocinha, que na busca pelos cães, segundo descrições, invadem as casas das pessoas, até a aplicação de multas desnecessárias ou injustificáveis, também comuns, considerando as queixas de parte da população que acessava esse meio de comunicação que temos tentado analisar.

com o falta do cumprimento do seu dever, o motoneiro, chapa 115, ainda descompôs o sr. Santos Costa.¹¹¹

Igualmente corriqueiras, eram as reclamações acerca dos preços das passagens ou arbitrariedade das empresas a esse respeito. O trecho citado em seguida evidencia esse cenário, mas é interessante também pela atitude que as pessoas atingidas pretendem tomar, para além das reclamações em órgão e imprensa:

Será entregue a diretoria desta companhia um abaixo assinado, contendo perto de quatrocentas assinaturas de moradores da rua Cosme Velho e adjacências, pedindo que os carros da 2ª classe da linha Águas férreas, vão até o seu ponto terminal e não até a Fábrica do Tecidos Aliança, como ora sucede. Justas são as reclamações daqueles moradores, na sua maioria operários, que são obrigados utilizarem dos carros de 1ª classe, desembolsando assim, o dobro da passagem, ou a fazerem a pé o trecho até a fábrica. Acontecendo muitas vezes de chegarem ao trabalho fora da hora do ponto. É de esperar, portanto, que sejam atendidos pela Jardim Botânico que, com este benefício público não aumentará a sua despesa.¹¹²

O ponto destacável do trecho acima é justamente a ação dos moradores, notoriamente de origem social não favorecida e lutando por direitos que reconheciam. Trata-se acima de tudo de ato de cidadania, de luta política, inclusive por meio de aparato que abarca uma coletividade, que é o abaixo assinado, faz transparecer, por fim, que esse grupo ia ganhando a consciência da forma política que vivenciava, em que havia aqueles que deveriam representá-los.

Outro aspecto demonstrado na tabela, refere-se a questões de salário, geralmente reclamações por atraso, ou mesmo relações de trabalho no que concerne a demissões e não acerto de contas posteriormente a elas. Embora o percentual apresentado possa parecer discreto, a quantidade de 83 reclamações demonstra um cotidiano até mesmo de incertezas naquele quadro econômico, quanto a manutenção de direitos básicos como o recebimento de valores conquistados por meio do trabalho.

Outrossim, na relação de trabalho, reclamavam muitos funcionários de empresas diversas, eram os acordos que mesmo firmados poderiam não ter validade garantida, conforme se pode observar adiante:

¹¹¹ *Correio da Manhã*, 18/04/1905, p. 4.

¹¹² *Correio da Manhã*, 26/08/1902, p. 3.

Queixam-se os tripulantes do vapor Pernambuco, do Novo Lloyd Brasileiro, de que lhes tendo sido, por ocasião da última greve, prometido pela administração do mesmo Lloyd, que os seus lugares ficam garantidos. Terminada a greve encontraram a bordo do paquete aludido novo pessoal. Não é nada sério o procedimento para com essa pobre gente.¹¹³

Quanto aos salários, os exemplos são vários: pode-se considerar desde a prefeitura que recebia reclamações de parte de seu quadro de funcionários. Muitas vezes, no próprio setor de saúde havia pessoas que não recebiam em dia seus vencimentos, enquanto que os membros da junta de higiene recebiam normalmente. Havia reclamações também de empresas que não honravam integralmente os compromissos com seus funcionários:

ESTRADA DE FERRO CENTRAL: Queixam-se os empregados do depósito de S. Diogo do desconto indébito dos cinco dias, sofrido em seus salários. Alegam os queixosos que nem uma outra dependência da Estrada sofreu aquele desconto. Ao sr. diretor da Estrada cumpre sindicar e fazer justiça.¹¹⁴

O aspecto seguinte do quadro de reclamações representa um problema grave pelo qual passava a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, refere-se às reclamações sobre o abastecimento de água. As causas também são diversas, dentre as quais se destacam as obras públicas que em seu processo de realização, no auge e mesmo antes da reforma urbana, causava interferência no abastecimento de água, pois não incomum eram as queixas nesse sentido.

O fato marcante desse tópico é a reincidência quase que diária de alguma nota de insatisfação a esse respeito. Pelo precioso líquido, como costumava ser referida, os clamores eram basicamente da seguinte forma:

Continuam cada vez mais insistentes as reclamações contra a falta d'água, notadamente nos subúrbios. A diretoria de Obras mostra-se insensível aos clamores da população e absolutamente providencias não dá para remediar o mal. No Meyer e Piedade a água escasseia e julgam os que ali residem conseguir alguma coisa recorrendo à imprensa. Piedade, sr. das Obras Públicas, piedade para os habitantes do Rio de Janeiro.¹¹⁵

¹¹³ *Correio da Manhã*, 17/01/1904, p. 2.

¹¹⁴ *Correio da Manhã*, 11/01/1905, p. 4.

¹¹⁵ *Correio da Manhã*, 28/11/1902, p. 3.

Os bairros mais afastados sofriam mais, não apenas com a distância física do centro da cidade, mas também pela deficiência na prestação dos serviços públicos, como o abastecimento de água e o transporte, por exemplo. É importante observar que a questão do abastecimento não estava restrita apenas aos subúrbios, mas se tratava de algo mais abrangente:

Ao sr. dr. Francisco Bicalho dirigimos mais uma reclamação sobre falta de água. É a casa n. 6 da praça Sete de Março que hoje requer a sua atenção. Há mais de quinze dias que os moradores desta casa sofrem o suplício da falta do precioso líquido, causando-lhes isto grandes males. O sr. diretor das obras públicas deve atendê-los e pensamos que já é tempo de regularizar-se o serviço de abastecimento de água aos habitantes desta capital.¹¹⁶

Essas manifestações apontavam a falta de água em regiões conforme indicadas e também no centro, em decorrência das reformas que interferiam nos encanamentos. As múltiplas dimensões da cidade estavam envolvidas no problema e imersas neles, porém, evidentemente, algumas em especial, eram as regiões que mais ficavam caracterizadas as situações de carência.

Igualmente graves são as reclamações relacionadas à higiene e à saúde pública. Aqui as queixas estão relacionadas a uma ação de falta de higiene na cidade que compromete a saúde, como a poluição dos rios, existência de estábulos em lugares impróprios, lixo em terreno baldio etc. Além disso, relacionadas a problemas mais característicos de hospitais ou falta de remédios.

Um aspecto que nos chamou atenção é que a recorrência de reclamações acerca da higiene não é um fenômeno restrito aos atos da reforma urbana juntamente com a campanha sanitária propriamente ditas, conforme se pode imaginar, mas pelo contrário, uma preocupação que se não se pode afirmar que antecede, ao menos pode-se dizer que existia para muitos cidadãos que levavam em consideração aquela realidade da cidade.

Neste caso, a reforma e a campanha sanitária que, por um lado, se caracterizou como imposição em sua forma de proceder, por outro, parece ter sido recebida por desejosos de que algo fosse feito nesse sentido¹¹⁷ e pode ter caracterizado parte do apoio àquelas intervenções lideradas por Pereira Passos e Oswaldo Cruz. Cito um exemplo de queixa referente a esse tema, de 1901:

¹¹⁶ *Correio da Manhã*, 28/11/1902, p. 3.

¹¹⁷ O de se preocupar com essa dimensão da saúde e combater focos gerais de epidemias.

Exige uma providência da junta de higiene o entulho da casa demolida na rua da Candelária esquina com a Teófilo Ottoni. Transformado em depósito de lixo, constitui o local um foco de miasmas que muito prejudica a vizinhança.¹¹⁸

É comum se deparar com preocupações como essas de detectar em suas ruas e pela cidade situações passíveis de denúncias. O trecho a seguir evidencia outro ponto da cidade e demonstra receio acerca de males que podem ser causados pelo não comprometimento com a higiene, tanto quanto cobra atitude das autoridades:

Deve a diretoria de higiene dedicar toda a sua atenção ao caso de moléstia infecciosa que se tem dado em Botafogo, principalmente na rua de D. Polyxena. Os moradores destas localidades estão com todo o motivo, assustados, pela intensidade das febres que continuam a grassar, esperando que os drs. Médicos de higiene não continuem com o fim de proteger amigos, a atestar umas moléstias por outras. Nem só as causas devem merecer a atenção das autoridades; é preciso também estabelecer a necessária profilaxia. Para isso muito concorrerá a sinceridade no passar dos atestados.¹¹⁹

As reclamações e as cobranças às autoridades competentes são feitas pela mediação do jornal. Salienta-se ainda as mais variadas formas de enviar essas informações ao periódico,¹²⁰ que as recolhiam e as transmitiam de forma que as julgavam adequadas ao veículo de informação.

Uma dessas maneiras de transmitir a reclamação era por meio de carta, nem sempre publicada na íntegra. Por vezes, o jornal informava que a reclamação chegou por meio de carta: “escrevem-nos, moradores da rua do Bomfim, reclamando contra uma vala, viveiro de mosquitos, existente nos fundos de umas casas em ruínas, da rua Bella do S. João. Providências senhores higienistas”.¹²¹

Reclamações que tinham como foco obras e pedidos de providências para a resolução de problemas diversos também faziam parte do cotidiano e se destacavam. Durante a reforma urbana, a região central da cidade do Rio virou um verdadeiro canteiro de obras e palco de inúmeros transtornos. As obras afetavam, por vezes, o abastecimento de água e potencializavam ainda mais a proliferação de sujeira, conforme o exemplo:

¹¹⁸ *Correio da Manhã*, 08/10/1901, p. 2.

¹¹⁹ *Correio da Manhã*, 12/06/1902, p. 2.

¹²⁰ Cujas principais formas quantificaremos adiante em tabela.

¹²¹ *Correio da Manhã*, 26/04/1905, p. 4.

Chamamos a atenção do dr. prefeito para o modo por que é feito o transporte da lama retirada do terreno em que será construído o Theatro Municipal. As carroças que fazem o serviço são impróprias e derramam lama pelo passeio Luiz de Vasconcelos por onde passam. É preciso que tal serviço se faça convenientemente.¹²²

Outras queixas recorrentes, que requeriam à ação da prefeitura, diziam respeito aos pedidos de intervenção a prédios e casas antigas com danificações. Nesse sentido, o próximo exemplo sintetiza esses pedidos comuns:

Pedem-nos para chamarmos a atenção da Prefeitura para uma parede do prédio 20 na rua D. Julia, na cidade Nova, parede que ameaça ruína e que está impedindo a terminação das obras mandadas executar pela higiene, no prédio n. 22, da mesma rua. Chamamos para o caso a atenção do sr. Prefeito.¹²³

Questões referentes a entulhos, árvores em vias de cair sobre a rua, animais mortos (neste caso a questão da higiene também é lembrada), calçamentos de ruas, enfim, constituíam uma gama de fatores para os quais a população solicitava os serviços municipais.

Tais cobranças feitas em número expressivo e com profundidade reforçam o que temos inferido como palco também integrante do processo de construção da cidadania, ao reconhecer direitos coletivos e individuais e se posicionar, mesmo diante de cenário cuja arbitrariedade se fazia presente em várias instâncias.

Por fim, entre os elementos quantificados e analisados, a categoria “outros” representa diversas situações que fazem parte do cotidiano das reclamações, mas menos corriqueiras. É o caso de reclamações direcionadas à companhia de gás, empresa funerária, Correios, Caixa Econômica, Tesouro Nacional e Casa da Moeda. Observa-se adiante exemplo de queixa dessa natureza:

Escrevem-nos, pedindo a nossa intervenção junto ao sr. ministro da fazenda, para que s. ex. syndique de uma série de arbitrariedades praticadas na Casa da Moeda. São indigitados como seus responsáveis alguns empregados daquele estabelecimento, que gozam de inteira confiança do sr. diretor.¹²⁴

¹²² *Correio da Manhã*, 10/03/1905, p. 3.

¹²³ *Correio da Manhã*, 26/04/1905, p. 4.

¹²⁴ *Correio da Manhã*, 07/03/1903, p. 3.

Neste caso, embora menos comum conforme indicamos, mantêm-se aquela característica de se encontrar descrições de atos relacionados a arbitrariedade de sujeitos que ocupam cargos mais elevados socialmente. Em geral, destacava-se demandas e problemas, tanto como solicitação de resoluções:

O sr. J. Coutinho veio anteontem a nossa redação queixar-se de que tendo ido à pagadoria do Tesouro Federal, para, como procurador de um funcionário aposentado, receber os respectivos vencimentos, foi grosseiramente tratado por um funcionário da mesma pagadoria que, disso terminantemente, não pagar, visto já ter sido expedido o competente cheque. Dirigindo se o sr. J. Coutinho, ao pagador da mesma repartição, julgando encontrar ali apoio foi-lhe declarado por esse senhor, que nada tinha com a questão, ficando o sr. Coutinho à mercê de uma solução. Estamos certos de que o dr. Leopoldo de Bulhões, tendo ciência do ocorrido, tomara as providencias necessárias, afim de que tais factos não se reproduzam.¹²⁵

Todas essas reclamações dividiam-se em manifestações coletivas, que indicam algum grau de organização para formular e apresentar ao jornal, como, por exemplo, funcionários e moradores,¹²⁶ e as manifestações individuais, quando se dirigia à redação do jornal, enviava carta ou criava algum meio de manifestar sua insatisfação referente a determinado assunto. A forma como a notícia é anunciada permite identificar essa natureza, conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 2
Forma de dirigir as reclamações

	Quantidade	Percentual
Coletivas	1046	67,92%
Individuais	494	32,08%
Total	1540	100%

Fonte: Correio da Manhã (1901-1906).

Uma das origens de reclamações coletivas mais abundantes é aquela proveniente de ruas ou bairros, em que as queixas são apresentadas em nome dos moradores

¹²⁵ *Correio da Manhã*, 06/09/1903, p. 4.

¹²⁶ Neste caso nem moradores nem funcionários pertenciam a associações declaradas, simplesmente, muitas vezes reclamavam por interesses comuns. No caso das associações e os trabalhadores, o jornal apresenta outras seções que podem apresentar alguma organização nesse sentido.

geralmente afetados de forma direta por determinado problema de ordem urbana. Já as individuais, mais dispersas, permitem destacar as denúncias por algum abuso de autoridade, proliferação de indivíduos malfeitores em alguns pontos e até mesmo problemas em transporte público.

Outra atenção dedicada nessas análises está relacionada à identificação e especificação da forma de acesso à informação. Juntamos as reclamações em três categorias para organizar e facilitar uma visão geral acerca dos procedimentos utilizados. Em suma, o acesso à informação que o jornal publicava se dava por meio de cartas e o próprio queixoso se dirigindo aos redatores no jornal. Quando não conseguimos verificar de forma clara esse acesso, classificamos como sem identificação. Nesses casos, geralmente o periódico se refere na terceira pessoa, sem especificar se o sujeito ou o coletivo compareceu ou enviou carta sobre o que se requer, conforme a seguir:

Uma classe há, na Repartição Geral dos Correios, que está reclamando a atenção do dr. Betim Paes Leme e a dos estafetas e condutores de malas. Esses funcionários recebiam ordenado pequeno; era, porém, o mais que se lhes podia dar (...) Ao dr. Betim Paes Leme entregamos o pedido dos funcionários prejudicados (...).¹²⁷

Esta queixa indica a manifestação de um grupo de funcionários, mas não especifica a forma pela qual estes enviaram suas queixas até os redatores. Esses casos são bastante numerosos e sua identificação normalmente se apresenta nas referências profissionais ou habitacionais, como no exemplo acima, caracterizado por um grupo pertencente a um órgão oficial.

Quando se trata de queixa individual, faz-se geralmente a referência por meio de citação nominal, geralmente num formato como a seguir:

Escrevem-nos pedindo que reclamemos da polícia providencias contra um menor vagabundo, que dá pelo vulgo de Chorão e fez da rua da Alegria Theatro de suas façanhas. (...) é o que nos vem relatar o Sr. José Carvalho, morador da rua de nº 2.¹²⁸

A tabela 3 especifica esses dados, considerando a quantidade de jornais analisados,¹²⁹ o número de queixas obtidas e a forma como chegaram ao jornal.

¹²⁷ *Correio da Manhã*, 23/01/1902, p. 3.

¹²⁸ *Correio da Manhã*, 12/10/1902, p. 3.

¹²⁹ Para a pesquisa em seu conjunto geral, conforme apontado, foram utilizadas as publicações que compreendiam entre os anos de 1901 a 1906, recorte que atribuía à pesquisa uma quantidade significativa

Tabela 3
Meio de acesso às reclamações publicadas

	Quantidade	Percentual
Sem Identificação	970	62,99%
Redação	358	23,25%
Cartas	212	13,76%
Total	1540	100%

Fonte: Correio da Manhã (1901-1906).

Embora sobressaia um número expressivo de reclamações sem identificação, o jornal, comumente, faz menção a quem apresentou a queixa, por vezes, de forma nominal. O meio não identificado de como as queixas chegaram até o jornal pode nos remeter a um cenário de informalidade nesse acesso às notícias, até mesmo pelo fato de que nem todos talvez pudessem se dirigir à redação ou fossem alfabetizados para escrever uma carta, aliás, o último é o mais comum para o contexto histórico. Mesmo assim, o quantitativo de 358 reclamações feitas diretamente na redação do periódico evidencia uma significativa sociabilidade do mesmo.

Se a cidadania vai além de um corpo constitucional em que se respeita o conjunto de direitos e deveres, antes mesmo ela se evidencia na prática cotidiana dos grupos sociais que buscam por meio do princípio ativo garantir os direitos previstos, conforme nos faz compreender Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva.¹³⁰ Logo, é possível conceber as reivindicações de parte da população da cidade do Rio de Janeiro no período aqui tratado como manifestações claras que podem ser caracterizadas como constituintes de um processo de construção da cidadania.

As demandas do público - que vão desde as reclamações acerca da falta de abastecimento de água, iluminação e esgoto, até solicitações para que fossem realizados calçamentos nas ruas de seus bairros - tratam-se de eventos que envolvem a cidadania

de exemplares na casa dos 1885. Para efeito de apresentação de dados foi feito um enxugamento de utilização dos periódicos considerando a análise a cada quatro jornais publicados. Isso foi feito, conforme indicado, para viabilizar a amostragem em maior quantidade possível e mantendo a regularidade de observação das notícias de forma padronizadas. A segurança para estabelecer essa margem é proveniente do acesso íntegro do período analisado, salvas situações de impossibilidade de leitura da fonte por motivos de má preservação.

¹³⁰ SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

justamente por se enquadrar em situação na qual, de acordo com o *Dicionário de Conceitos Históricos*, a mesma constitui:

Toda prática que envolve reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações, luta pela qualidade de vida, seja na família, no bairro, no trabalho, ou na escola. Ela [a cidadania] implica um aprendizado contínuo, uma mudança de conduta diante da sociedade.¹³¹

O aspecto relevante, no entanto, verificado esse princípio ativo de parte da população, é a forma por meio da qual ela se manifestava. A fonte utilizada para a pesquisa, o periódico, é um meio (não o único) ao qual a população recorria para fazer sua manifestação. Periódicos de grande circulação, sobretudo, e é o caso do jornal *Correio da Manhã*, obtinham potencial para expor demandas e insatisfações populares e dessa forma, preliminarmente, pode-se compreender esses veículos de comunicação como meios relevantes num processo de participação e requisições por parte da população.¹³²

A nossa preocupação, dessa forma, fica centrada em verificar um modo específico de participação popular, cuja manifestação era exposta nos periódicos. Estes, por sua vez, especificamente o periódico de nosso interesse, o *Correio da Manhã*, tinham papel de mediadores, que recebiam as queixas de cidadãos e de seus possíveis leitores e as tornavam públicas, conseqüentemente, chegando ao conhecimento daqueles pretensamente endereçados, representantes da esfera pública de poder ou responsáveis diretos por algum serviço reclamado. Situação dessa natureza pode ser observada na seção *Reclamações*:

Alguns moradores da rua Guimarães, estação do Rocha, reclamam novamente contra a falta d'agua que ali se observa há seis dias. (...) Igual queixa recebemos sobre a rua da Bela Vista, no Engenho Novo. Ao sr. engenheiro fiscal do distrito pedimos que procure sindicatar de fato, pois, pagando todos os prédios o respectivo imposto de pena d'água, não se compreende como o encarregado da distribuição do indispensável líquido prive os reclamantes de o terem ao menos para as mais urgentes necessidades. Sindique o sr. engenheiro e digamos depois que o procurou.¹³³

¹³¹ *Ibid.*, p. 50.

¹³² Outrossim, salienta-se, é que por diversas vezes é referido neste trabalho a expressão “parte da população da cidade do Rio de Janeiro”, que é uma menção àqueles que recorriam ao periódico levando suas demandas. A intenção, portanto, é não cometer o ato de generalização, mas evidenciar que parte significativa da sociedade local da época praticava isso que temos referido como princípio ativo, o qual revela um processo de construção da cidadania.

¹³³ *Correio da Manhã*, 01/01/1902, p. 3.

Recorrer ao periódico, uma via indireta, é totalmente compreensível, como afirma Marialva Barbosa: “Não tendo a quem apelar, a quem se dirigir, os leitores (...) viam o jornal como o intermediário possível entre o seu cotidiano (...) e aqueles que tinham poder suficiente para mudar a realidade”.¹³⁴ Antes, o que fica de mais relevante é justamente as demandas levadas até o veículo de comunicação, que nos permitem acessar percepções de direito por parte da população. Além disso, o meio utilizado e suas intenções demonstram estratégias perspicazes e com pretensões claras de luta pelo que se considera legítimo. Só vale ressaltar, entretanto, e em consonância com as ressalvas do primeiro capítulo, que a luta pela cidadania tinha no jornal um dos seus meios, era mais uma (importante) possibilidade.

Quanto ao periódico e seu papel de mediador é preciso ratificar que ele torna possível o acesso a alguns grupos para se manifestarem, condição esta que naturalmente e por si só, dificilmente seriam significativos os seus pedidos por aquilo que reconheciam como direitos. Sem a mediação do jornal, mais provavelmente, prevaleceria o descaso para com as demandas formuladas por certas parcelas da sociedade.

O jornal, portanto, atua como o mediador de distintos domínios do campo político: aqueles que reivindicam e os que são cobrados. Relação esta que também não pode ser romanceada, para Barbosa, o *Correio da Manhã* “(...) oferecia ao meio social uma identificação (...) com a objetividade. (...) Por outro lado, esses periódicos se autoconstruíam como uma instância de intermediação entre o público leitor e a sociedade política”.¹³⁵

Os moradores da rua Duque Estrada Meyer, pedem a atenção do senhor prefeito, para o mau estado em que se acha esta rua, depois que por lá fez obras a Companhia City Improvements. Com as últimas chuvas ficou intransitável, obrigando os moradores a não saírem de casa (...); (...) os moradores da rua Barbosa da Silva, estação do Riachuelo reclamam água, pois há muitos dias por lá não aparece uma só gota do precioso líquido.¹³⁶

¹³⁴ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 319.

¹³⁵ *Ibid.* p. 35.

¹³⁶ *Correio da Manhã*, 07/01/1903, p. 3.

A questão, portanto, da autoconstrução dessas instituições de comunicação é que neste viés, elas também se reafirmavam em sua própria esfera de poder¹³⁷, compreensão expressa por Barbosa da seguinte forma:

Fazendo um jornalismo “a pedidos”, tornando-se os principais intermediários entre o público e o poder constituído e recebendo, em troca, favorecimentos para o seu próprio negócio, os donos dessas publicações eram respeitados e temidos.¹³⁸

Ressalva à parte, o fato é que o que temos apresentado era praticado pelos moradores, aqueles que se sentiam insatisfeitos por determinada situação poderiam recorrer e solicitar ao jornal que a publicasse, num claro ato de insatisfação e busca de solução, como já apontamos, as motivações poderiam ser de variada natureza e a seguinte é um exemplo disso:

Moradores da rua Marquez de Abrantes queixam-se da existência de um capinzal no n. 44 daquela rua, o qual, nas diversas épocas em que é cortado, produz aluviões de mosquitos, criados pela grande quantidade de águas ali estagnadas. Tais mosquitos, invadindo as casas da vizinhança, são portadores de febres de mau caráter. Ainda em novembro do ano passado houve ali a prova disto, reclamando-se então do respectivo comissário de higiene. Agora que a saúde pública deve merecer o máximo zelo, urge que esse comissário atenda esta reclamação.¹³⁹

O fato dos moradores se reunirem a apresentarem uma reclamação em conjunto aponta para o número de pessoas afetadas pela situação causa da insatisfação e os tornam exemplos de agentes históricos que, apoiados uns aos outros, podem pressionar os poderes constituídos.

O jornal, por sua vez, ao proporcionar espaço em suas páginas para tais demandas, medeia as tensões originadas naquilo que necessita os demandantes e capacidade de gerir dos órgãos diversos, ficando claro que as mazelas não eram despercebidas, mas pelo contrário, muitas vezes questionadas, como no exemplo já demonstrado sobre a falta

¹³⁷ Justamente por esses apontamentos é que é apresentado no capítulo 1 do trabalho uma compreensão acerca desses veículos de informação, suas intencionalidades, enfim, uma leitura crítica dos periódicos onde se constata que, de fato, não são isentos de interesses próprios e assim, exercem o poder típico de sua natureza.

¹³⁸ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 221.

¹³⁹ *Correio da Manhã*, 06/10/1901, p. 2.

d'água, sobretudo, para os grupos sociais menos favorecidos: “O precioso liquido só aparece nas casas de Influências políticas”.¹⁴⁰

2.2 Pluralidade de leitores e pedidos

Uma das características do *Correio da Manhã* era utilizar variadas estratégias para se dirigir aos leitores, vinculando textos de fácil compreensão que poderiam ser lidos por um público diversificado. Contando com diversos redatores e colaboradores de opiniões distintas, o jornal apresentava-se como uma reunião de vozes plurais na tentativa de congregiar leitores do mais amplo espectro social.

Isso pode ser verificado não apenas nas queixas presentes na seção *Reclamações*, como também nas demais colunas dedicadas a esse diversificado público, como a classe acadêmica, a vida operária e aos subúrbios da cidade. Optamos por analisar a seção *Reclamações* porque esta não representa apenas um grupo específico como nas demais seções citadas. Portanto, facilita a análise de como diferentes grupos sociais entendiam o papel que ocupavam na cidade enquanto cidadãos que reclamavam e demandavam dos poderes constituídos.

Ao analisarmos as queixas e demandas presentes na seção, identificamos em sua maioria, comerciantes, empregados, mulheres, menores, vendedores ambulantes, militares, homens de negócios como os proprietários de quiosques, quitandas e casas de cômodos, funcionários públicos, estudantes, políticos, profissionais liberais e jornalistas, que constituíam os diversos grupos sociais.

É importante ressaltar que muitas queixas presentes na seção eram demandas oriundas de proprietários de casas comerciais, poderiam não representar a maior parte das reclamações, mas sem dúvida era essencialmente resguardado o seu espaço. Ainda que em algumas queixas não houvesse identificação das casas comerciais, o nome do estabelecimento ou do proprietário, essa origem pode ser analisada em queixas como a seguinte:

Pedem-nos vários negociantes da rua da Saúde chamar a atenção da Prefeitura para o estado lastimável em que se acha aquela rua, com grande quantidade de água estagnada, exalando mau cheiro. Não

¹⁴⁰ *Correio da Manhã*, 09/01/1902, p. 2.

precisamos de insistir sobre os inconvenientes que resultam desse estado de coisas, mormente na quadra calmosa que atravessamos.¹⁴¹

No primeiro editorial do *Correio da Manhã*, em 15 de junho de 1901, apresentava-se como defensor do comércio e do direito do povo: “É uma folha livre, que vae se consagrar com todo o ardor e independência a causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, a defesa dos direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades”.¹⁴²

Logo, a ideia inicial de diversidade de público deve ser mantida para este periódico, que, ao longo de suas publicações, quando imerso a elas, pode causar, por seus aspectos quantitativos e de retórica, a sensação de que sua causa seja mais direcionada aos grupos menos favorecidos, classificados pelo jornal, recorrentemente, como suburbanos.

Ao se apresentar como defensor dos interesses do comércio neste editorial, em outros momentos do jornal e, principalmente, na seção *Reclamações*, quando as queixas e demandas se referiam às transformações da cidade, o jornal nos apresenta a importância que temáticas relativas aos comerciantes tinha no periódico.

Os negociantes da rua do Hospício, que com as últimas chuvas ficou transformada em caudaloso rio, para não terem as suas casas inundadas, são obrigados a varrer para a rua a água que invade tudo, isto no trecho entre Regente e Sacramento ultimamente concertado; imagine-se agora o que acontece em outros pontos. N'esta época de aformoseamento e avenidas, não era muito que se fosse fazendo alguma coisa de modo a evitar essas inundações, frequentes no verão e que tanto prejudicam o comércio.¹⁴³

As queixas apresentadas na seção *Reclamações* eram diversas e a grande maioria se refere a temas como iluminação, abastecimento de água, transporte e obras públicas. No entanto, como a seção servia muitas vezes como um canal de denúncia, era possível encontrar até mesmo queixas de violência à mulher:

Veio ontem a nossa redação a sra. d. Olinda Pereira Garcia, relatando-nos os factos que vão linhas abaixo, para os quais chamamos a atenção do 1º delegado auxiliar. No dia 22 de março do corrente ano foi essa senhora espancada na casa em que residia, a rua S. Francisco Xavier n. 70, por seu próprio marido. Bastante machucada, teve que se recolher ao leito, de onde, ao fim de três dias, saiu a queixar-se ao 1º delegado policial. Atendendo-a, mandou esta autoridade submete-la ao corpo de

¹⁴¹ *Correio da Manhã*, 18/11/1905, p. 2.

¹⁴² *Correio da Manhã*, 15/06/1901, p. 1.

¹⁴³ *Correio da Manhã*, 17/12/1903, p. 3.

delito, que constatou as graves contusões que apresentava a infeliz senhora. Em seguida a mesma autoridade mandou expedir guia para que fosse a paciente recolhida á Misericórdia, abrindo inquérito. Esteve 15 dias no hospital em tratamento a senhora ofendida. Tendo alta, recolheu-se a sua casa, tencionando não mais querer saber do dito marido que a esbordoava, porque não se queria ela submeter ás torpes exigências que fazia, pretendendo transformá-la em instrumento de ignóbil exploração. Não o pôde, porém, fazer em vista das perseguições que lhe move o marido, ameaçando até matá-la; por isso tem d. Olinda procurado não só o 1º delegado auxiliar como o da 12ª delegacia. Este, porém, alega nada poder fazer, visto como o fato pertencente a 1ª delegacia e ao auxiliar, ao qual foi remetido o inquérito; aquele não consegue a desventurada senhora falar, pois, quando o procura, vem-lhe qualquer funcionário desta delegacia, que promete remeter no dia imediato a 12ª delegacia os autos do Inquérito. E como isto não se tenha feito até hoje, decorrido já um mês chamámos para o caso a atenção do 1º delegado auxiliar.¹⁴⁴

Este caso exposto apresenta como as mulheres também se inserem no diversificado quadro social de queixosos desta seção. Ainda que analisando apenas esta reclamação seja difícil aferir a qual classe social pertence a leitora, é importante ressaltar que o que queremos evidenciar são também os diferentes grupos que acessam o jornal.

Uma queixa como esta apresenta diversas possibilidades de análises: o descaso da situação por parte da instituição policial, a identificação da mulher permitindo que a denúncia tome várias dimensões, podendo acarretar à sua exposição e isso numa época em que a mulher era retratada, muitas vezes, como se pode observar em outras queixas desta seção, como vulgares e/ou submissas.

Neste caso em que a denúncia, até então, não havia sido solucionada pelo poder público, coube ao jornal à reclamação, cumprindo este o papel de mediador e a leitora buscando um meio de acesso para garantir os seus direitos. Essa percepção que se tinha do jornal enquanto um meio de acesso de demandas e reclamações estava presente como temos mostrado nos diversos grupos da sociedade:

Antônio Russo e José Fantone são dois menores que se empregam na venda de jornais. Anteontem, pela manhã, pelo facto de estarem ambos com alguns bilhetes de loteria, na Avenida Central, esquina da rua da Alfandega, um agente da Prefeitura prendeu-os, levando-os para a agência da Candelária. Até aí, pôde compreender-se a ação desse agente, desde que os menores em questão não tinham a respectiva licença para negociar em bilhetes. O que, porém, não se pode justificar é que os dois meninos fossem maltratados, como o foram, na agência da Prefeitura, a ponto de ficarem com grandes vincos no rosto e nos braços, onde apresentam mesmo feridas. Os dois menores estiveram

¹⁴⁴ *Correio da Manhã*, 05/05/1905, p. 3.

anteontem, ás 6 horas da tarde, quando foram soltos, na redacção desta folha, onde relataram o facto acima descrito.¹⁴⁵

No caso acima, percebe-se novamente como a seção *Reclamações* fazia parte do cotidiano desses diversos leitores. Verifica-se que dois menores de idade sabiam a quem recorrer e utilizaram esse meio de acesso para denunciar a arbitrariedade por parte dos agentes da prefeitura. A procura pelo jornal, feito como se observa na queixa, logo após os meninos serem soltos, parece evidenciar a consciência que havia de perceber o órgão de imprensa como representante dos diversos grupos sociais.

Vieram lamentar-se, ontem, a esta redacção, os vendedores de empadas, Eloy Alvares e Bento Soares, que anteontem foram presos, à meia noite, por um inspetor da 5ª delegacia, na praça Tiradentes. Queixam-se eles de que os conservaram no xadrez até ontem, ás 2 horas da tarde, entregando-lhes as caixas quase vazias. Chegando a casa do respectivo patrão, residente a Santa Luzia, foram despedidos, porque não apresentaram a importância das empadas que a polícia comeu.¹⁴⁶

As queixas, como já sabido, eram múltiplas. À medida em que os sujeitos as tinham para manifestá-las, logo recorriam ao *Correio da Manhã*. Havia casos em que procuravam imediatamente o periódico, talvez por imaginarem que as reclamações via veículo de comunicação fossem mais eficazes do que ir diretamente aos poderes constituídos.

É possível demonstrar não apenas as variadas publicações de reclamações, como também o teor de algumas que servem para indicar um processo de intervenção do setor público na vida privada dos cidadãos, antes mesmo da Revolta da Vacina, em que essa prática ficou escancarada:

O que se passou ontem em uma casa da rua D. Carolina, em Botafogo [...] residência de um oficial do Exército, apresentou-se o dr. Carneiro de Mendonça, acompanhado de um empregado da higiene e disse á criada, que veio recebe-lo, desejar ver a casa. Esta fez ver ao médico não poder consentir na sua entrada, visto ter ordem do seu patrão não deixar entrar pessoa estranha, durante a sua ausência. [...] o dr. Mendonça que insistiu a ponto de obrigar a dona da casa a vir se entender com ele e repetir o que já a criada lhe houvera dito. [...] Ao chegar à casa, o oficial teve conhecimento do que se havia passado e dirigiu-se a repartição do Desinfetório onde deu a sua queixa. Como,

¹⁴⁵ *Correio da Manhã*, 02/07/1906, p. 4.

¹⁴⁶ *Correio da Manhã*, 07/04/1903, p. 2.

porém, não tenha esperanças de que ela fosse tomada na consideração devida, veio a esta redação relatar-nos o facto, que aí fica.¹⁴⁷

Observações feitas anteriormente quanto às publicações, não havia necessariamente uma seleção do que era publicado na seção *Reclamações*, é possível que alguns grupos, como o dos comerciantes, tivessem maior respaldo do jornal ao tratar das respostas de suas demandas e queixas, como será observado no terceiro capítulo. No entanto, em geral, todos os leitores, comerciantes, empregados, mulheres, menores, vendedores ambulantes e oficiais do exército tinham acesso a essa seção que foi criada justamente para atender à dita diversa população.

2.3 As reclamações no contexto da reforma urbana

As transformações culturais, econômicas, sociais e políticas do início do século XX que estavam ocorrendo em todo o país, mas principalmente na capital da República, foram debatidas pela imprensa que, mais do que abordar as transformações políticas, abordava também as transformações culturais, além de abarcar a discussão sobre o progresso do Brasil.

Maria de Lourdes Eleutério¹⁴⁸ escreveu que durante a Primeira República a imprensa estava em um processo de diversificação. A política mantinha seu espaço, mas novos focos de notícias eram propiciados pelas diferentes práticas culturais da sociedade em busca do progresso.

Considerando a importância de se ter os periódicos como um instrumento de construção das representações da realidade, compreendendo o posicionamento, a vinculação política, econômica, social e histórica, decidimos analisar como o evento da reforma urbana repercutiu na seção *Reclamações*.

Era comum nas publicações sem identificação apresentar a procedência da reclamação considerando: a localização de sua residência, quando as queixas eram sobre os bairros, as ruas e os estabelecimentos. A partir disso é possível também perceber como era a difusão e circulação do jornal *Correio da Manhã* pela cidade do Rio de Janeiro. Como menciona Barbosa:

¹⁴⁷ *Correio da Manhã*, 17/03/1903, p. 4.

¹⁴⁸ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 83-102.

Os subúrbios aparecem em primeiro lugar no que se refere à procedência das reclamações, evidentemente também pelo fato de os problemas motivadores desse diálogo do leitor com o jornal estarem concentrados nessa região e em função do grande contingente populacional dessas áreas, notadamente após as reformas urbanas.¹⁴⁹

É importante ressaltar que o grande número de queixas e demandas oriundas dos subúrbios acontece em decorrência dos problemas estruturais dessas regiões que ainda estavam em formação, como menciona Cristiane Regina Miyasaka¹⁵⁰ ao se referir ao trabalho de Jaime Benchimol¹⁵¹:

Inicialmente, ele afirma que em finais do século XIX a ocupação dos subúrbios ganhou impulso devido à instalação de estações ferroviárias. As linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rio D'Ouro e Melhoramentos cruzavam diferentes áreas da região. Porém, a grande expansão dos subúrbios começou, de fato, na primeira e segunda décadas do século atual, estimulada, em larga medida, pelas demolições realizadas no centro da cidade.¹⁵²

Havia uma espécie de “parceria” entendida como estratégia entre o jornal e o seu público leitor. Esse aspecto relaciona-se, no entanto, aos grupos sociais menos favorecidos que elevam o poder do periódico na medida em que suas queixas faziam parte de um discurso unificado criado pelo próprio jornal. “Esses periódicos, ao narrar as ações, meditavam-nas, criando contextos para a descrição, referendando convenções que passavam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra”.¹⁵³

Ao abrir espaço para que o público fizesse reclamações, por exemplo, sobre o estado que se encontrava uma rua ou um estabelecimento, descrevendo todo o fato que levava os moradores a queixarem-se até o atendimento que era dado pelo poder público, o periódico expunha seu discurso fazendo com que outras queixas viessem a ser solicitada a atenção.

Reclamam, muito justamente, os moradores da rua do Hospício, no quarteirão entre a rua da Quitanda e a Avenida Central, contra os trabalhos da “City Improvements” que abriu ali nada menos de quatro

¹⁴⁹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 338.

¹⁵⁰ MIYASAKA, Cristiane Regina. *A reforma urbana e o subúrbio carioca na historiografia*. Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

¹⁵¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

¹⁵² MIYASAKA, Cristiane Regina. *A reforma urbana e o subúrbio carioca... op. cit.*, p. 3.

¹⁵³ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 223.

fossas, impedindo por completo o trânsito público e causando desta sorte sérios prejuízos ao comércio local. Este sistema de esburacar as ruas, sem o mínimo critério e sem atender aos interesses particulares e público, torna-se altamente prejudicial e lesivo. É um abuso que se deve coibir quanto antes. Chamamos, pois, a atenção das autoridades competentes para o facto, certo de que seremos atendidos neste justo pedido.¹⁵⁴

O discurso influenciador exercido pelo jornal se fortaleceu no momento em que, de fato, começaram as obras referentes à reforma urbana. Ocorreu justamente ao passo em que o jornal noticiava os bairros que estavam sendo modificados pela reforma, denunciava os demais que ficavam sem a devida atenção do poder público e com isso a seção *Reclamações* passava a ter mais queixas referentes a esses bairros e ruas não beneficiadas.

Há muitos dias que falta água no morro de Santa Thereza, principalmente na rua Barão de Loreto. Os moradores têm feito reclamações constantes á Inspeção de Obras Públicas, cujo chefe, o sr. dr. Francisco Bicalho continua no seu antigo e inabalável propósito de ficar surdo ás queixas do povo. Entretanto, é preciso pôr um paradeiro á teimosia do dr. Bicalho, e para isto apelamos para o sr. ministro da viação. [...] Mais uma vez, dr. Francisco Bicalho, providencias, providencias!¹⁵⁵

Ao opinarem, os leitores em muitas ocasiões mostravam indignação com os atos do poder público municipal, como pode ser percebido no caso dos terrenos do bairro de Copacabana:

Escrevem-nos moradores de Copacabana, reclamando contra a inexecutabilidade da última postura prefetural, obrigando aos proprietários de terrenos daquele bairro, sob pena de multa, a cercá-los, fazendo-lhes em frente o respectivo calçamento. Ora, é incrível que se exija semelhante absurdo dos proprietários quando não há ali uma única rua calçada, nem aterrada e nem mesmo nivelada. Quase todas se prolongam sobre um mar de areia. Parece, pois, que seria mais justo que a Prefeitura mandasse primeiro calçar as ruas e nivela-las, para ter então o direito de exigir que fossem feitos os respectivos passeios. Caso contrário a exigência da Prefeitura se torna iníqua e absurda.¹⁵⁶

A seção *Reclamações* apresentava diariamente constantes pedidos dos leitores para que o governo municipal deixasse de olhar somente para a área central da cidade e

¹⁵⁴ *Correio da Manhã*, 18/07/1905. p. 3.

¹⁵⁵ *Correio da Manhã*, 26/03/1903, p. 2.

¹⁵⁶ *Correio da Manhã*, 13/03/1903, p. 3.

realizasse obras que a população considerava indispensáveis para os bairros em que moravam.

Ao senhor prefeito, pedem por nosso intermédio, os moradores da rua Club Athletico, na freguesia do Engenho Velho, o calçamento desta via pública, hoje completamente edificada e bastante transitada. Havendo, desde 1895, uma lei, sancionada, mandando calçar aquela rua, e atendendo se a que outras, mais modernas e sem o trânsito da Club Athletico, já o estão, é justa a pretensão dos moradores.¹⁵⁷

Nesse caso é possível observar o conhecimento acerca de outras regiões da cidade e de legalidade. Observa-se que havia um acompanhamento das transformações urbanas que estavam ocorrendo, muitas vezes isso era possível de se afirmar graças a queixas como essa:

Os moradores da rua Duque Estrada Meyer, pedem a atenção do senhor prefeito, para o mau estado em que se acha esta rua, depois que por lá fez obras a Companhia City Improvements. Com as últimas chuvas ficou intransitável, obrigando os moradores a não saírem de casa.¹⁵⁸

Ao considerarmos a interação que se dava entre uma queixa publicada que iria motivar outro leitor a também realizar suas reclamações e o periódico, que passava a publicar seu posicionamento diante das publicações da seção *Reclamações*, cria-se um elo entre as partes envolvidas.

Caracteriza a atuação no campo político variadas forças, cada qual à sua maneira busca demarcar-se, seja de acordo com suas reivindicações, expondo os problemas cotidianos no espaço possibilitado pelo jornal, o que seria o caso dos queixosos; seja o próprio periódico que passa a se caracterizar também como agente crítico e influente no meio social.

De todo modo, essa relação evidencia a importância que esses espaços abertos às queixas dos leitores, apresentava. As queixas expunham os problemas que não eram percebidos por toda a população da cidade, expunham o descaso do poder público com determinadas regiões antes e durante o processo da reforma urbana e fortalecia a participação do público leitor ao incentivar, de certa forma, a continuar com as queixas, o que será tratado de forma mais aprofundada no terceiro capítulo.

¹⁵⁷ *Correio da Manhã*, 11/01/1903, p. 2.

¹⁵⁸ *Correio da Manhã*, 07/01/1903, p. 3.

Era possível observar o posicionamento dos moradores da cidade diante das transformações ocorridas, as queixas nesse sentido se apresentavam como críticas de que a justificativa dos órgãos públicos em mudar para melhorar acabava afetando e piorando outro lado, como no seguinte caso:

Escrevem-nos: “há meses os negociantes e moradores da rua dos Arcos sofrem continuada tortura! Durante muito tempo arruinada em toda a sua extensão, devido as obras no subsolo, teve altas barricadas de ambos os lados e as próprias calçadas com todas as lajes removidas e viradas. Agora, há quase um mês, foi finalmente calçada, ficando, porém, uns dez metros entre trilhos por calçar ainda. Por que? Os bondes da Lapa por tal motivo não voltaram a transitar por ela, montinhos de paralelepípedos encostados as calçadas, são desfeitos na passagem os veículos e dos inúmeros transeuntes e aproveitados como verdadeiro regalo pelos moleques. A vassoura ali não funciona nem pode funcionar e desta arte acontece que a areia e a poeira em altas camadas depositadas, invadem as lojas dos negociantes e as casas dos moradores a qualquer bufada de vento ou pelo simples transitar dos veículos e dos transeuntes: é uma verdadeira praga. No domingo último, o excelentíssimo doutor prefeito passou por lá de carro; terá ele apreciado este estado de coisas? Os moradores e negociantes, que são contribuintes e julgam-se também filhos de Deus, reclamam com toda razão que seja restituída a esta rua a sua feição e função normais. Parece de justiça e nunca os gastos chegarão a centésima parte da importância que foi despendida para os estragos.¹⁵⁹

Nesse caso há uma cobrança dos órgãos públicos por uma má realização de serviço e o descaso que se dá à população que já vinha apresentando essas reclamações durante meses e nada havia sido resolvido, apresenta ainda, em tom de ironia, uma indagação ao prefeito que esteve no local, há ainda uma crítica sobre os gastos públicos que acabam se elevando mais para reparar os erros cometidos do que para realizar a obra inicial.

Essa condição acontece sob a ótica de alguns pontos, pode-se analisar a repercussão que os temas dentro da seção *Reclamações* ganhavam fazendo parte das notícias iniciais do jornal, por este querer mostrar seu papel como mediador de seu público com os poderes estabelecidos, favorecendo ao povo e sendo parcial diante do governo, sustentar a sua popularidade, conquistar mais leitores e também, o que Robert Darnton¹⁶⁰ menciona, que ao longo das publicações diárias as pessoas que trabalham no jornal acabam adotando o ponto de vista de quem ia até a redação realizar a sua queixa. Seria como pegar os problemas, a causa do outro para si.

¹⁵⁹ *Correio da Manhã*, 18/01/1903, p. 3.

¹⁶⁰ DARNTON, Robert. Toda notícia que couber a gente publica... *op. cit.*, 1990.

Vale ressaltar que esse argumento de Robert Darnton serve também para a análise oposta, daquele discurso influenciador que o próprio jornal estabelecia com seu público. Inseridos no processo de reurbanização da cidade, parte da população do Rio de Janeiro adotou o discurso dos poderes públicos de que era necessário transformar a cidade e melhorar a sua aparência.

Alguns dos leitores favoráveis à medida imposta pelo governo municipal de retirada de antigos hábitos, solicitavam para que isso também fosse feito nos bairros mais afastados da área central da cidade:

Pedem-nos, chamemos a atenção das autoridades de higiene para a falta de asseio que se nota na cocheira da rua do Baependy, próximo à rua do Ipiranga, nas Laranjeiras. A vizinhança queixa-se do fétido que exala a cocheira, afirmando ser intolerável a permanência da mesma no local.¹⁶¹

Considerando os temas publicados na seção relacionados ao evento da reforma urbana, na medida em que as desapropriações iam aumentando em decorrência da abertura da Avenida Central, o jornal, que publicava constantemente as manifestações dos leitores proprietários de casas comerciais que estavam sendo prejudicados pela falta ou demora de indenizações, começou a publicar as manifestações do seu outro público de leitores, aqueles que estavam sendo desapropriados e que não tinham para onde ir quando saíam de suas residências. Essas publicações passam a representar a visão de parte da população que acaba sendo afetada pelo processo da reforma urbana:

Antigamente, isto é, antes da Avenida Central, não havia falta d'agua na casa da ladeira do Seminário n.10, em frente ao Conselho Municipal. Desde, porém, que por aquela zona começaram os trabalhos da grande via. Desapareceu por completo das torneiras da citada casa o precioso líquido, com o que muito sofrem os moradores em número superior a 600 pessoas, pois que a casa é de alugar cômodos.¹⁶²

É importante ressaltar que o evento da reforma urbana e suas consequências é amplamente tratado no jornal *Correio da Manhã* além da seção *Reclamações*. A partir dessa observação realizada por meio da análise do jornal entre os anos de 1901 e 1906, será discutido no terceiro capítulo o resultado das demandas e reclamações dos leitores

¹⁶¹ *Correio da Manhã*, 04/01/1903, p. 3.

¹⁶² *Correio da Manhã*, 17/09/1904, p. 3.

do *Correio da Manhã*, caracterizadas na seção *Reclamações* e debatidas nas primeiras páginas do periódico.

CAPÍTULO 3 - AÇÃO DO JORNAL E A EFETIVA RESPOSTA POLÍTICA

Ao utilizarmos jornais como fonte histórica observamos as significativas transformações existentes neles no decorrer do tempo, como as mudanças na organização, na estrutura de produção, no financiamento, no conteúdo e na representatividade das matérias. As publicações que antes apresentavam um teor informativo, supostamente objetivo e imparcial, foram abrindo espaço, ao longo do tempo, para textos mais opinativos, com posicionamentos articulados às próprias ideologias de quem escreveu ou representando as ideias centrais do jornal, mudando assim:

A organização interna do jornalismo que começou a exigir diversas competências, como a divisão do trabalho e especialização em áreas. Com isso, o jornalismo passou a ser uma área com diversos profissionais e funções como redatores, editores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, além do quadro de funcionários dos setores administrativos e de operacionalidade.¹⁶³

Analisando os aspectos das publicações dos grandes jornais em circulação durante o período em que o *Correio da Manhã* é abordado neste trabalho, observamos que as matérias mantinham um teor político que estava presente desde as primeiras atividades jornalísticas no país, em que grupos específicos enxergavam nos jornais a possibilidade de propagar suas ideias e desejos. Entre esses grupos, os intelectuais passaram a perceber "na prática jornalística a dimensão de formação da opinião pública, instrumento adequado para uma ação transformadora"¹⁶⁴ da sociedade e do próprio *status* desses intelectuais.

3.1 A função de jornalista

Os jornalistas analisados no trabalho fazem parte desse grupo de intelectuais e de uma geração que enxergava em sua profissão uma possibilidade de ascensão social e destaque. Muitos ainda eram estudantes ou, na maioria dos casos, haviam acabado de se formar em Direito quando ingressavam nos jornais, dividindo-se entre a advocacia e o

¹⁶³ SILVA, Rodrigo Carvalho da. História do Jornalismo: evolução e transformação. *Revista Temática*, ano VIII, n.7, 2012, p. 10.

¹⁶⁴ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 74.

jornalismo na procura de obter reconhecimento e, em alguns casos, conquistar o seu lugar na política.

Essa aspiração era, na verdade, uma estratégia prática e simbólica, cujo ganho era a própria nomeação. Muitos desses profissionais (...) chegavam mesmo a trabalhar sem qualquer remuneração nesses periódicos, em nome de ocupar uma posição de prestígio.¹⁶⁵

Assim, esses jornalistas utilizavam várias estratégias para conquistar os leitores e conseguir um lugar de destaque no ambiente redacional, ou melhor, entre seus pares. Possuir o poder da escrita, permitia que esses jornalistas participassem do jogo de domínio existente na sociedade, recebendo favores e privilégios em troca de servir, dentre outras formas, como intermediários entre o público leitor e os poderes constituídos. A própria construção que os jornalistas faziam deles mesmos enquanto opositores ou defensores de causas, pessoas e instituições pode ser compreendida como parte de uma estratégia voltada para se projetarem como interlocutores eficientes juntos aos poderes.

Quanto mais escreviam, mais poder os jornalistas ganhavam em uma sociedade que entendia a divulgação da informação como necessária. Para os políticos, por exemplo, era interessante e fundamental utilizar os jornais para divulgar e comunicar seus atos e, nestes casos, os jornalistas se destacavam com a possibilidade de influenciar as ideias e posicionamentos da população a partir do que escreviam. Em outros casos, com a pretensão de conquistar um lugar importante entre os leitores e serem reconhecidos, alguns jornalistas utilizavam o interesse e a opinião do público leitor para veicular determinados assuntos, contrariando, muitas vezes, os seus próprios posicionamentos e convicções ideológicas.

Ser reconhecido publicamente tornava-o ainda mais respeitado e poderoso. Afinal, ser popular era ter a certeza de que seu texto (...) seria do conhecimento de milhares de pessoas, e isso era um componente importante no jogo de poder e prestígio existente na sociedade.¹⁶⁶

Tornando-se reconhecido, popular e obtendo prestígio entre os leitores, os jornalistas podiam aumentar a venda e a circulação do jornal em que escreviam e assim, conseqüentemente, aumentava também o poder econômico e político de suas publicações. Dentro do próprio jornal, o reconhecimento tornava-se visível por meio de promoções e

¹⁶⁵ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 9.

¹⁶⁶*Ibid.*, p. 272.

convites. Quanto mais popular era o jornalista, mais poder ele poderia conquistar, principalmente em decorrência da importância que os leitores lhe davam, como demonstra Lima Barreto em sua obra:

Lage da Silva, porém, só sabia que ele tinha a Aurora à sua disposição, jornal muito ido e antigo, respeitado e que, no tempo do Império, derrubou mais de um ministério. Escrevia nos jornais; era o bastante. E essa sua admiração, se era de fato esse o sentimento do padeiro, pelos homens dos jornais, levava-os a respeitá-los a todos desde o mais graduado, o redator-chefe, o polemista de talento, até o repórter de polícia, ao modesto revisor e ao caixeiro de balcão. Todos para ele eram sagrados, seres superiores ou necessários aos seus negócios, pois viviam naquela oficina de ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses e mortais, e os escudos capazes também de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses.¹⁶⁷

A popularidade aumentava a força que os jornalistas e os próprios jornais tinham na sociedade, exercendo domínio sobre a escrita e sobre algumas relações institucionais, conferindo aos jornalistas poder e autoridade. Quando Lima Barreto retrata, em sua obra, o diretor do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt¹⁶⁸, ele demonstra como a autoridade desse jornalista era vista por alguns setores da sociedade: "era um homem temido, temido pelos fortes, pela gente mais poderosa do Brasil, ministros, senadores, capitalistas".¹⁶⁹

Os dirigentes, redatores chefes e colaboradores dos principais jornais em circulação no Brasil faziam parte de um grupo de jornalistas pertencentes a famílias bem-sucedidas economicamente e em sua maioria, como já mencionado, bacharéis em Direito. Pertencer a famílias de renome, de origem agrária ou urbana, também era um fator que concedia a esses jornalistas a possibilidade de fazer importantes alianças que influenciariam nos posicionamentos ideológicos e na ascensão dentro e fora do próprio jornal.

A formação em Direito fornecia a esses jornalistas elementos necessários para a sua distinção na sociedade e para legitimar a sua condição de "porta vozes" de grupos específicos, além de os preparar também para ocuparem cargos políticos. Os dirigentes

¹⁶⁷ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1971, p. 45.

¹⁶⁸ Na obra citada, Lima Barreto substitui o nome de Edmundo Bittencourt pelo nome fictício de Ricardo Loberant, assim como substitui o título do *Correio da Manhã* por *O Globo*.

¹⁶⁹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público... op. cit.*, p. 87.

dos jornais, especificamente, alcançavam essa posição após ocuparem outras posições nesse meio jornalístico, como expõe Marialva Barbosa:

Os futuros dirigentes dos jornais diários, iniciavam-se no jornalismo, ocupando posições subalternas. O prestígio advindo de sua condição de classe, reforçado pelo sistema escolar, levava-os a galgar rapidamente degraus nessa nova carreira. Com as alianças políticas e econômicas com grupos dominantes, onde também se inseriam, tornavam-se porta-vozes dessas elites. O passo seguinte era a fundação de um novo jornal que cumpriria o papel de divulgador do pensamento desses grupos.¹⁷⁰

Para alguns desses jornalistas, até mesmo o cargo de dirigente era um degrau para alcançarem outras posições como, por exemplo, a política ou a diplomacia. No entanto, antes de chegarem nessas funções, os jornalistas dirigentes exerciam paralelamente a sua formação. Edmundo Bittencourt, mesmo dirigindo o *Correio da Manhã*, advogava em alguns casos, o que já havia feito enquanto trabalhava no jornal *A Imprensa*, junto com Rui Barbosa.

A advocacia e o jornalismo se complementavam, como em muitos casos em que os jornalistas utilizavam o jornal e sua posição para denunciar e fiscalizar questões econômicas e políticas, ao mesmo tempo em que estimulavam os debates, disseminando conceitos, divulgando ideias e opiniões por meio da escrita ao público leitor. Utilizavam uma forma de escrever pensada e organizada para atingir determinado fim, característica que esses jornalistas traziam de sua formação.

Lima Barreto apresentou como os jornalistas tinham a capacidade de formar conceitos a partir do que escreviam.

Veiga Filho acabou de ler a notícia no meio da sala, cercado de redatores e repórteres. Enquanto ele lia cheio de paixão, esquecido de que fora ele mesmo o autor de tão lindos elogios, fiquei também esquecido e convencido do seu malabarismo vocabular, do sopro heroico de sua palavra, da sua erudição e do seu saber. Cessando, lembrei-me que amanhã aquilo ia ser lido pelo Brasil boquiaberto de admiração.¹⁷¹

No ambiente onde esses conceitos tomavam forma ao serem redigidos e publicados, havia uma notória hierarquia dividida entre: 1) redatores e secretários; 2)

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 92.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 97. Em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto apresenta Veiga Filho que é na verdade Leão Veloso Filho, redator chefe do *Correio da Manhã*.

colaboradores; 3) repórteres e revisores. Os redatores e secretários correspondiam aos jornalistas mais experientes, os colaboradores poderiam ser advogados, políticos, médicos, literatos, todos aqueles que enxergavam no jornal um meio a ser utilizado para sua própria divulgação. Por fim, os repórteres e revisores que, em sua maioria, ainda eram estudantes e chegavam aos jornais por indicação.

Essa repartição de funções dentro das redações dos jornais era destinada à divisão dos conteúdos das publicações diárias: notícias de caráter nacional e político; notícias referentes à cidade e de natureza policial; seções de entretenimento e diversão. A divisão de conteúdos fazia parte das estratégias utilizadas pelos jornais para adquirir visibilidade e leitores, contemplando um número diversificado de interesses.

Analisar o jornal enquanto uma empresa em seu aspecto mercadológico nos faz compreender a sua produção para além da necessidade de levar informação à sociedade, mas também no intuito de reproduzir comportamentos, sendo possível observar “a atividade jornalística intimamente ligada à aprovação do mercado pelas opiniões do público e os resultados de audiência”.¹⁷²

Ao tratarmos o termo audiência nos referimos a circulação do jornal, analisando os meios utilizados que levam o periódico a atingir um número cada vez maior de leitores, por isso, não basta apenas informar o acontecimento, é necessário também aproximar a notícia do leitor, seja na forma de escrever ou por meio dos avanços ocorridos no jornalismo, desde 1851, em que se passou a verificar a utilização da fotogravura e posteriormente com a heliogravura e a fotografia. Nelson Traquina destaca sobre esses avanços o seguinte:

O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas de fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística - o imediatismo.¹⁷³

A partir da necessidade em aproximar os leitores com aquilo que é noticiado, os repórteres adquiriram a função principal de tentar levar o acontecimento quase que instantaneamente aos leitores e fazê-los presentes no fato, por meio das imagens que vinham junto com a notícia publicada. Disso, resultam seções específicas dentro das

¹⁷² SILVA, Rodrigo Carvalho da. *História do Jornalismo... op. cit.*, p. 3.

¹⁷³ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005, p. 53

edições dos jornais, como as seções "Hontem" e "Hoje" do *Correio da Manhã*, que noticiavam os principais acontecimentos diários.

O jornalismo muitas vezes é considerado como o espelho da realidade, mas seu reflexo é subjetivo e depende de diversos pontos de vista. Esse reflexo é apenas uma dimensão na construção e percepção da realidade que ocorre de forma discursiva. Ocorre um recorte da realidade, por meio de um viés do próprio jornalista, da organização para qual ele trabalha ou de grupos ideológicos que ele tem em mente quando pauta determinados acontecimentos e outros não. Assim, podem existir diversas abordagens jornalísticas na construção da realidade.¹⁷⁴

Um mesmo acontecimento é, muitas vezes, noticiado por diversos jornais, mas com abordagens diferentes que são moldadas a partir das relações existentes dentro e fora do próprio jornal, influenciando assim a produção da notícia.

3.2 A construção de notícias

Existem muitos fatores que determinam que um acontecimento se torne, de fato, notícia. Deve-se levar em consideração que, muitas vezes, aquilo que está presente em uma notícia é apenas um recorte de determinada realidade e contexto. Ao considerar isso, é preciso também analisar que toda a construção de uma notícia passa por uma elaboração prévia formada sobre influências internas e externas do ambiente redacional, como afirma Robert Darnton: "(...) a redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser a matéria".¹⁷⁵

Pertencendo a cultura jornalística, os fatores internos e externos influenciam na construção da notícia desde o momento em que o jornalista adquire conhecimento daquilo que deverá ser noticiado e começa a organizar a elaboração da escrita, numa organização que passa pelo seguinte processo:

No primeiro conjunto dos fatores, aqueles internos à redação, as rotinas produtivas levam em conta os seguintes elementos: os valores-notícia; a urgência (ou não) da publicação; a operacionalidade (disponibilidade de recursos humanos, financeiros, materiais e de tempo); e até a competição com outros acontecimentos no próprio espaço do jornal ou telejornal. No segundo, estão a concorrência no mercado noticioso; o público; os anunciantes; a relação com os outros campos, principalmente com o político; e a relação com as fontes de informação.

¹⁷⁴ SILVA, Rodrigo Carvalho da. *História do Jornalismo... op. cit.*, p. 9.

¹⁷⁵ DARNTON, Robert. *Toda notícia... op. cit.*, p. 92.

Todos estes fatores implicados na sua prática mostram que o campo jornalístico apresenta uma "autonomia relativa".¹⁷⁶

Os estudos acerca da prática e do campo jornalístico evidenciam que as notícias publicadas resultam de acontecimentos que são selecionados diariamente com o intuito de fornecerem visibilidade ao jornal e aos jornalistas. A seleção dos acontecimentos publicáveis ou não publicáveis torna-se rotina da prática jornalística, que os enxerga por meio de valor e hierarquia.

O valor que um acontecimento pode ter a mais do que outro é determinante para que um fato seja selecionado como merecedor de noticiabilidade. Esse valor pode ser estabelecido pela frequência que determinado acontecimento ocorre e por critérios utilizados pelos jornalistas que avaliam a importância e qualidade que o fato fornece enquanto notícia. Para que um acontecimento seja escolhido, também se leva em consideração o público leitor, por isso, torna-se necessário que o valor dado aos acontecimentos siga alguns critérios que possam produzir sentido a esse público

Alguns critérios se referem ao conteúdo e outros à operacionalização. No primeiro grupo, estão as seguintes características: imprevisibilidade, impacto, proximidade, interesse público, fama, curiosidade, significância e/ou representatividade. No segundo grupo, os critérios estão relacionados com a frequência e a clareza.¹⁷⁷

Seguindo esses critérios que definem o que irá se tornar notícia, os jornalistas passam a selecionar os acontecimentos quase que por meio de uma "cartilha". No entanto, a produção da notícia, por mais que siga tais critérios, deve ser dinâmica e levar em consideração que a forma como o público irá ler e apropriar tal notícia pode ser bem diferente do que foi proposto por quem a escreveu.

O valor que é dado a um acontecimento depende muito do contexto, do tempo e da dinâmica social. As notícias e as seções que em determinado momento têm maior visibilidade e repercussão, podem a qualquer momento serem deixadas de lado, publicadas nas últimas páginas e até mesmo deixarem de existir. Assim como novas notícias e seções podem surgir diante da dinâmica dos interesses da sociedade. João Carlos Correia afirma que

¹⁷⁶ MELO, Paula Reis. Noticiabilidade, enquadramento e cultura jornalística: uma discussão teórica. *Ícone* - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, v. 13, n.1, julho de 2011, p. 3.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 5.

A linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e previsível. A linguagem jornalística compartilha da percepção do senso comum, enfatizando o que é socialmente aceito e produzindo discursos de acordo com os estereótipos existentes na sociedade.¹⁷⁸

Entre os fatores que influenciam a produção de uma notícia, como aqueles externos à redação que leva em consideração o público leitor e enquadrando nesse público os demais jornalistas de outros jornais, entende-se, como argumenta Robert Darnton, que isso acontece devido ao fato de que os jornalistas produzem para seus pares. Cabe ao jornalista conciliar na produção da notícia as suas próprias ideias, o desejo de seus superiores, relacionado aos fatores internos, o interesse do público leitor e o interesse de seus pares. Assim, a forma como as notícias são organizadas e produzidas sofre também a interferência da relação hierárquica existente dentro de cada redação.

Muitos repórteres, principalmente entre os veteranos amargurados, ridicularizam os editores, que geralmente são ex-repórteres, por terem se vendido à direção da empresa e perdido o contato com a realidade concreta (...). Essa ideologia antidireção cria uma barreira contra as tentativas de agradar abertamente aos editores, e faz alguns repórteres acharem que escrevem apenas para agradar a si mesmos e a seus iguais (...). Os editores parecem se considerar "homens de ideias", que põem o repórter no rastro de uma matéria e esperam que ele a localize e traga de volta sob uma forma publicável. Os repórteres veem os editores como manipuladores tanto da realidade quanto dos homens. Para eles, um editor é uma pessoa que, mais do que qualquer outra coisa, tenta melhorar sua posição dentro de sua própria hierarquia à parte, subindo com ideias brilhantes (...). O poder do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias.¹⁷⁹

A hierarquia dentro de uma redação de jornal e a preocupação em escrever uma matéria que é lida também pelos demais colegas de profissão fazem com que a produção das notícias aconteça, muitas vezes, em um ambiente tenso e competitivo, "as designações, os cortes e a distribuição ou 'jogo' das matérias fazem parte de um sistema de reforço positivo e negativo".¹⁸⁰

Internamente e externamente à redação, o jornalista se preocupa em agradar diferentes leitores com aquilo que produziu. Necessita agradar seu superior dentro do

¹⁷⁸ CORREIA, João Carlos. *Mediação, cultura e sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizontes, 2004, p. 167.

¹⁷⁹ DARNTON, Robert. *Toda notícia...* *op. cit.*, p. 76-77.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 73.

ambiente redacional para que a matéria produzida contenha ideias próximas àquelas desejadas por ele, agradar os outros jornalistas do próprio jornal e de outros jornais, já que "os repórteres são os leitores mais vorazes"¹⁸¹, o público leitor que acompanha as notícias diárias e por fim, as fontes de informação, compreendidas aqui como informantes.

Os informantes possuem uma participação fundamental no jogo jornalístico, podendo contribuir no status adquirido pelo profissional diante da valorização de suas matérias publicadas e de sua posição alcançada dentro do próprio jornal. No entanto, os jornalistas podem, de certa forma, ficarem presos às suas fontes de informação.

Nas notícias relacionadas, por exemplo, aos atos políticos, os repórteres necessitam estar em contato direto com assessores de imprensa dos governantes. Esses assessores, em sua maioria, ex-repórteres, podem exercer certa influência na produção da notícia, como na maneira de levar propositalmente o repórter a abordar algum tema específico vinculado a determinado político.

De outra forma, os informantes exercem uma influência indireta nos jornalistas quando depois de um tempo produzindo matérias sobre um mesmo tema e no mesmo círculo social, acabam adotando imperceptivelmente "o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem".¹⁸²

Temos procurado neste trabalho evidenciar o jogo de poder e interesse existente entre as instituições presentes na sociedade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. As análises das seções e publicações do jornal *Correio da Manhã*, considerando o que era publicado, quem redigia as matérias e notícias, o espaço ocupado na folha e a quem as publicações se destinavam, nos possibilita entender os jornais como agentes políticos que utilizam de diversos meios para garantir o seu posicionamento de destaque na sociedade.

O papel do jornal e sua contribuição para a sociedade, é um tema, como abordado por Asa Briggs e Peter Burke, onde discute-se tanto o entendimento de que os jornais podem trazer consciência para as pessoas, assim como podem também carregar críticas a respeito de uma abertura de horizontes que não deveriam ser atingidos pela população. A

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 72.

¹⁸² *Ibid.*, p. 82.

confiabilidade daquilo que é registrado nos jornais, segundo estes autores, apresenta motivo de críticas e questionamentos desde o final do século XVII.

Diz-se também que os jornais incentivavam o ceticismo. As discrepâncias entre relatos dos mesmos eventos em diferentes jornais (...) geraram desconfiança sobre a imprensa. Mesmo os que liam só um jornal ficavam impressionados pela regularidade com que relatos posteriores contradiziam os primeiros escritos. No fim do século XVII, as discussões sobre a confiabilidade de escritos históricos em geral citam as gazetas como caso-padrão de relatos não confiáveis de eventos. Para aqueles que participaram deles - ou simplesmente os testemunharam -, os textos impressos nos jornais muitas vezes pareciam totalmente falsos, pelo menos nos detalhes.¹⁸³

Após diversos estudos sobre a utilização de periódicos como fonte histórica, entendemos que os jornais precisam ser analisados considerando todos os seus posicionamentos e, muitas vezes, parcialidades, já que o trabalho jornalístico é, em grande medida, influenciado pelas mudanças sociais e pelas relações de poder. Diante disso, deve haver uma interpretação cuidadosa dos fatos apresentados nesses meios de comunicação.

Ao tentar conquistar cada vez mais seu público leitor, os periódicos utilizam de estratégias para aproximar as matérias produzidas com os diferentes posicionamentos de seus leitores. Por isso, não se trata mais em observar os jornais como documentos sem credibilidade, mas sim pertencentes ao múltiplo jogo de interesses. É diante dessa gama teórica que partiremos para a análise propriamente dita do *Correio da Manhã*, com suas publicações e discursos no período que corresponde ao nosso recorte temporal.

Neste periódico se percebe claramente toda a dinâmica que compõe a mídia escrita, conforme apresentado até aqui, além disso, buscaremos discutir questões como: o que esse veículo de informação publicava? De que forma ele abarcava o interesse de seu público naquele contexto histórico do Rio de Janeiro de início do século XX? Qual era a relação estabelecida no trato com os políticos da época e suas medidas na capital? De que forma eram elaborados os seus discursos nessa construção de seu próprio *status*? E sobretudo, como alimentava os debates partidos de queixas de seu público, isto é, como colocar em evidência os seus clamores? Essas e outras questões mais analíticas é o que tentaremos debater a seguir.

¹⁸³ BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 78.

3.3 O atendimento às demandas e reclamações

Um veículo de informação, para além de suas finalidades imediatas ou inerentes a elas, reserva em si um caráter político, no sentido da participação, emissão de opinião e defesa de posicionamentos que são próprios daqueles que os compõem em consonância com os valores defendidos de pelo menos a maior parte de seu público. Também sob esse prisma se pode olhar para o *Correio da Manhã* e observar sua ação política a partir da nomeação de Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, em 1902, e os anos subsequentes.

A ação desse periódico, quanto à expressão opinativa acerca dos atos administrativos, se voltava não apenas para a esfera municipal, como também federal, na medida em que analisava o processo de nomeação do prefeito pelo então presidente Rodrigues Alves. O jornal expressou, inicialmente, quanto à nomeação, um posicionamento de elogio, considerando que a escolha feita por Rodrigues Alves teve como critério sua capacidade administrativa, o que equivaleria, na linguagem política dos dias atuais, a uma indicação técnica. Observa-se um trecho acerca das considerações do periódico referente à nomeação de Passos, publicado na primeira página da edição de 30 de dezembro de 1902:

Na situação em que se encontra esta capital, sempre desgovernada, de sorte que de balde se procuram vestígios de uma administração zelosa, previdente e progressista, seria um crime nomear prefeito que fosse seguir a trilha comum. Se assim procedesse, o governo não conseguiria levar avante seu plano de melhoramentos materiais anunciado no manifesto de 15 de novembro. No fim dos quatro anos o senhor presidente da república deixaria a cidade como a encontrou, desajeitada, feia, mal calçada, mal ventilada, sem uma só obra nova, sem um benefício que compensasse de longe os sacrifícios exigidos do contribuinte. Felizmente o senhor presidente da república obedeceu a boa orientação; resta agora que os atos do senhor doutor Passos correspondam as esperanças e aos aplausos que despertam sua nomeação. Senhor excelentíssimo que já tem prestado ao seu país bons serviços, os quais não tem sido esquecidos, provam a escolha do seu nome e a consideração que o cerca, trate agora de alarga-los, conquistando a (...) transformação da cidade do Rio de Janeiro, de modo que não continue a nos envergonhar e deprimir a comparação com outras capitais.

O mecanismo municipal desta cidade, ou o governo deste Distrito é muito mais complicado do que outro que o senhor doutor Passos tem dirigido. Não se iluda o ilustre cidadão, mas tanto maior será a sua glória. Depois, não há dificuldades insuperáveis para o administrador inteligente, perseverante, enérgico, honesto, e de cujas boas intenções está o público convencido. O novo prefeito tem diante de si longo prazo

para governar, independente do Conselho, exclusivamente por si só. (...) Pode fazer durante esse tempo, as reformas que entender convenientes, reorganizar os serviços pela forma que lhe parecer mais acertada. Pode rever o quadro do funcionalismo, dar novos regulamentos para a arrecadação das rendas. Enfim, tem todos os elementos para fazer uma excelente administração, cortando abusos, reparando erros, acumulando a cidade de melhoramentos e os seus habitantes de benefícios. É o que sinceramente desejamos.¹⁸⁴

Além da nomeação do prefeito e a esperança que contém nesse trecho acerca da futura administração de Pereira Passos no distrito daquela que também era a capital federal, o aspecto relevante para essas análises iniciais é justamente o lugar de publicação onde se encontra o referido trecho, isto é, a primeira página da edição que naquele momento apresentara a esperança inclusive de modernidade ao Rio de Janeiro. Nas páginas iniciais do *Correio da Manhã*, anos seguintes, apresentaria também outros aspectos do período Passos, nem sempre marcados pelos elogios ou confirmação da expectativa depositada quando de sua nomeação, mas justamente o contrário em muitos casos.

A questão da primeira página é, antes de tudo, a notoriedade, a visibilidade e conseqüentemente o impacto que a veiculação pode apresentar. Neste espaço o elogio/expectativa é mais fecundo, assim como a crítica também o é quando realizada. Dessa forma, nossas análises acerca do *Correio da Manhã*, que propôs observar as respostas políticas acerca das manifestações publicadas pelo periódico advindas de seu público, observarão, sobretudo, esse espaço de publicação, buscando verificar o quão significativo era ou não a participação do periódico na vida política da cidade naquele momento.

Uma forma de participação do jornal, provavelmente uma das principais, era a intermediação que fazia entre o seu público, com suas respectivas demandas, e o governo, conforme já apresentado em capítulos anteriores, cujos problemas abordados eram os cotidianos, aqueles em que o sujeito ia até a redação, por exemplo, e realizava uma queixa, a qual era publicada geralmente na seção *Reclamações*, na expectativa de obter um alcance amplificado e, conseqüentemente, a ação do poder público para sanar as demandas.

Uma das queixas recorrentes dizia respeito à falta de higiene, aliás, problema que a cidade enfrentava e motivou muitas ações públicas, isto é, por parte do governo local,

¹⁸⁴ *Correio da Manhã*, 30/12/1902, p.1.

só que muitas delas marcadamente impopulares, como a campanha sanitaria ao longo do período governado por Pereira Passos. Para além dessa mais conhecida, pode-se verificar outras medidas públicas acerca do combate à falta de higiene:

Em circular dirigida aos agentes da prefeitura, recomendou o senhor prefeito que fosse proibida a continuação da venda ambulante de leite, com a exibição pelas ruas das respectivas vacas, devendo os infratores ser punidos, de conformidade com as leis aplicáveis ao exercício ambulante.¹⁸⁵

Esse trecho indica o resultado de ações quanto à demanda específica, o mesmo jornal que publicou variadas vezes reclamações sobre a falta de higiene, veiculou também medidas tomadas pelo órgão competente. A ação cidadã de reclamar era, por vezes, acompanhada pelo explícito conhecimento dos direitos daquele que reclamava, pois citava-se o fato de terem pago impostos e deveria ter o retorno dos órgãos públicos. Com a manifestação do prefeito de agir sobre os que consideravam infratores, o periódico, com sua publicação, respalda e confirma o comprometimento deste em resolver problemas que afetava parte da população.

Confirmando a reincidência do assunto, em publicação posterior foi ratificada a mesma informação: “o senhor prefeito desta capital assinou o decreto que proíbe que os mercadores ambulantes de leite conduzam as vacas pelas ruas para a venda deste gênero”¹⁸⁶, evidenciando propriamente uma cruzada ao que também se denominava, à época, como mal costume, justamente esse tipo de atividade comercial.

Da mesma forma que a ação pública era bem vista por parte dos reclamantes como no caso citado, notoriedade alavancada também pelo lugar de publicação no periódico, outras medidas anunciadas nesse mesmo espaço despertavam reações contrárias. A notícia a seguir anunciou a seguinte medida pública:

O senhor prefeito municipal assinou o decreto rescindindo o contrato celebrado em 4 de setembro de 1900 entre a prefeitura e os engenheiros Joaquim Vieira Fernandes e Manoel das Chagas Dória para a conservação e reconstrução do calçamento da zona urbana desta capital. Esta resolução foi tomada em virtude de ofício dos mesmos engenheiros, que declararam não mais poder executar o mesmo serviço.¹⁸⁷

¹⁸⁵ *Correio da Manhã*, 04/01/1903, p. 1.

¹⁸⁶ *Correio da Manhã*, 10/01/ 1903, p.1.

¹⁸⁷ *Correio da Manhã*, 06/01/1903, p.1.

Embora a notícia dê conta de que a motivação para a rescisão de contrato partiu dos engenheiros, isso não livrou o prefeito de encarar críticas posteriores relacionadas aos problemas de calçamento da cidade; novamente, a notoriedade da notícia tinha potencial para causar reflexos de maiores dimensões e o seu lugar de destaque, onde foi publicada, é um dos responsáveis pela alta difusão. Só que da mesma forma que se levantou a possibilidade de crítica e a observação da mesma por parte do Executivo municipal, ocorreu também a contrapartida veiculada no mesmo espaço do jornal: “pelo prefeito deste distrito foi autorizada a criação de diversas turmas de trabalhadores, para a construção e reconstrução do calçamento de diversas ruas desta cidade”.¹⁸⁸

As veiculações como têm sido apresentadas e sua variação de impacto quanto à imagem do prefeito no início de seu governo eram dinâmicas, mas num esforço de manter a imagem de neutralidade do jornal, na ideia de que tudo o que puder se publica, como discutido neste trabalho, outra vez o periódico apresentou a ação pública como medida de resposta às reclamações recorrentes naquele cotidiano, inclusive encontradas em suas próprias páginas. E no que dizia respeito aos maus costumes que existiam no centro da cidade, da parte de sua autoridade máxima: “o senhor prefeito, desejando coibir certos costumes que tão mal nos remontam aos olhos dos estrangeiros que nos visitam, dia a dia vai procurando, na medida de suas forças, reprimir grande parte dos abusos a que já nos tínhamos habituado”.¹⁸⁹ Indica-se, fortalece-se, portanto, a centralidade de Pereira Passos no processo de modernização¹⁹⁰ da cidade, o que agradava a uma parte da população.

Outra manifestação recorrente e verificável ao longo do trabalho dizia respeito à falta d’água, tantas vezes reclamada nas seções internas, principalmente as reclamações, cujas respostas a essa questão também apareceram em alguns momentos, conforme a seguir, em que a ação pública não foi proveniente do poder municipal, mas federal: “O senhor ministro da viação autorizou a inspeção de Obras Públicas a colocar uma torneira para suprimento de água aos moradores da Estrada Real, localidade esta servida pela Estrada de Ferro Rio do Ouro”.¹⁹¹

Essas questões mais elementares, apresentadas inicialmente, estão permeadas de colocações de um periódico que se manifesta como buscando certa neutralidade, mas que,

¹⁸⁸ *Correio da Manhã*, 09/01/1903, p.1.

¹⁸⁹ *Correio da Manhã*, 06/01/1903, p.1.

¹⁹⁰ Essa modernização passa também pelo processo de combate aos maus costumes referido na citação, que era a presença de mendigos nas ruas, comercialização de carnes e leite em via pública, lixo e esgoto sem destinação correta, animais andando soltos, enfim, essa gama de situações então combatidas.

¹⁹¹ *Correio da Manhã*, 08/01/1903, p.1.

conforme já debatido neste trabalho, não é imparcial. Logo, frente aos acontecimentos políticos da cidade, no decorrer do governo de Pereira Passos, suas iniciativas de reforma, seus projetos, enfim, o periódico faz alguns balanços que demarcam sua posição, provavelmente em consonância com parte expressiva de seu público, veiculado nas mesmas páginas de destaque como o próximo exemplo, em que analisa os primeiros dias de Passos no poder:

São decorridos apenas dez magros dias e vai já degenerando o coro de louvaminhas, entoado ao atual prefeito, em grita ensurdecadora, a proposito ou sem proposito. Dizem uns que não compreendendo como no início de sua administração, o doutor Pereira Passos dirija a sua atenção para as pequenas rugas que se lhe deparam no caminho reconhecidamente escabroso.

Entendem assim que ele dispõe (...) das questões de menos importância (a saber:) as medidas sobre o leite de que se abastece a população, (...) os carrinhos de mão, deslizando ou descarrilhando sobre o trilho alheio, os bofes, corações, tripas mais ou menos avariados e impingidos a pobreza, considerando tudo isso como miúdos, reles pano de amostra para um prefeito-ditador manifestar os seus elevados intuitos e poderio. São, entretanto, questões capitais, não só porque afetam o capital de uma empresa, mas porque dizem respeito a nossa economia, a nossa saúde, interessando, portanto, a capital do distrito. Já outros pensam que o novo prefeito apresenta tendências megalomânicas, pretendendo transformar em realidade sonhos nababescos, como seja a construção, na atualidade, de um palácio municipal.

O senhor doutor Passos já por isso fez jus a duvidarem da sua integridade mental, passando-se lhe o diploma de doido varrido. Não vemos, contudo, motivo para tamanha estranheza, desde que o embelezamento da cidade é uma das partes do programa do atual prefeito, que naturalmente e com vigor se entrega ao estudo de outros assuntos importantes para a sua administração.¹⁹²

O veículo de informação claramente, neste momento de governo, mantém-se como apoiador da demanda central a que Passos deveria cumprir, a modernização da cidade, e faz isso em forma de síntese de sentimentos espalhados pela mesma, de uma multiplicidade de pessoas apoiadoras ou críticas à postura do governo. Vale ressaltar a análise já realizada neste trabalho de que o público do próprio periódico era diversificado, com várias origens e formas de pensar e o *Correio da Manhã* ao elaborar sua síntese acerca das prioridades do novo prefeito, embora fique clara a sua tendência, parece incorrer com seus cuidados na forma de comunicação. Por outro lado, ao apresentar grupos que pensam de forma distinta, indica ao poder público o cenário político para a

¹⁹² *Correio da Manhã*, 10/01/1903, p. 1-2.

manutenção de sua governabilidade, que envolve enfrentar os desafios junto às demandas públicas.

Essas questões apresentadas de forma introdutória evidenciam a expressividade política do jornal naquele contexto histórico, afinal, como conciliar tantos interesses e veiculá-los, inclusive os seus próprios? Como expor a crítica, as demandas públicas daqueles que os procuravam e a ação das próprias autoridades em resposta às demandas sociais? Ao lidar com essas questões, claramente o veículo de informação passa a ser um partícipe, o mediador de tensões sociais e políticas que adquire certo peso naquele contexto.

Essa problemática que momentaneamente analisamos, a expectativa para com a escolha de Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, também pode ser considerada para essa parte do presente trabalho, que está voltado para a verificação das respostas acerca das demandas que foram apresentadas no formato de queixas. Uma parte da população, via não só o atraso, como também a urgente necessidade de modificações na estrutura urbana do distrito. Essas observações apareciam no periódico por meio de críticas quanto às características ainda de uma cidade colonial, incompatível como o fato de ser capital, desde pelo menos o século XVIII. O trecho a seguir mostra essa preocupação e defende as ideias de transformações inerentes à nomeação do novo prefeito:

(...) a propósito da nomeação do prefeito deste distrito, disse um ilustre jornalista: “ao distrito federal tem faltado positivamente um homem. É verdade que os presidentes da república nunca compreenderam bem a necessidade de dar a capital do Brasil os progressos materiais que a sua civilização reclama e o crédito da União impõe, e assim foi que a nomeação do prefeito obedeceu sempre as conveniências da amizade ou as sugestões da política e nunca no desejo de reformar energicamente a administração da cidade, de defender os interesses dos municípios, o seu direito de ver aplicada em obras de real utilidade a grande soma que lhe pagam anualmente. A prefeitura foi sempre uma instituição política e prefeitos, intendentess, deputados do distrito, não procuravam na sua quase totalidade, senão garantir a sua influência, amparar grupos partidários, favorecer candidaturas, aumentar com os seus desmandos e as suas proteções as despesas do município sacrificado.”

Em meia dúzia de linhas não se pode dizer mais. Os prefeitos, ao invés de melhorarem, de cuidarem da limpeza, do aformoseamento da cidade, enfim, ao invés de administrarem, tomada esta palavra no seu verdadeiro sentido, fizeram o que é humanamente possível, para escangalharem tudo sem embargo dos impostos, dos excessivos tributos que vexavam e oprimiam o município. (...)

Para salientar ainda mais o acerto da escolha do senhor doutor Pereira Passos para prefeito desta capital, o brilhante articulista lembra os

serviços prestados pelo eminente doutor Antônio Prado a São Paulo. (...) é o que se vai dar por aqui, depois de alguns anos de administração feita pelo notável engenheiro, cujos atos foram pautados sempre pela mais rigorosa justiça. (...)

Devemos no trabalho de limpar, de retocar, de embelezar, em uma palavra, esta cidade (...) exponhamo-la com orgulho aos olhos do estrangeiro para que ele a veja e saia dela convencido de que não somos apenas um campo de exploração, um povo indiferente, fluxo, banal; mas uma raça de homens fortes, rijos, amando a cultura de tudo quanto aprimora, não só o corpo como o espírito. (...)

Depois, um povo que dispõe de um céu destes não precisa de mais nada (...) como há de brotar dessa ornamentação fantástica, desse estranho e delicioso panorama, uma criatura fraca, insípida e humilde? Devemos por toda a parte manifestar um grande labor, mesmo nos menores atos da vida. Porque no Brasil, como em todos os países largamente aquinhoados pelo céu, o aspecto virginal da natureza, seus amores e seus sonhos, por mais delicados que se nos afigurem, não são somente coisas, são quase pessoas, que nos glorificam, que nos maravilham, que nos enternecem (...).¹⁹³

Exemplo desse público mais analítico, embora bem menos numeroso, é o do jornalista Gil Vidal, em questão na citação. Mesmo que esteja expondo o que naquele momento ainda era uma expectativa, modificações na estrutura urbana da capital era uma necessidade às vistas de muitos e o ato político da nomeação gerou esse tipo de reação.

Tais reações se justificavam pela necessidade observada, não só de infraestrutura, como também de saneamento e isso, claro, estabelecia relação entre as duas demandas no ato da intervenção. Da mesma forma que se verificava a esperança e a expectativa, havia também a cobrança impulsionada pela urgência daqueles que debatiam esses principais problemas da cidade:

Salubridade pública: (...) não nos é lícito deixar que o Rio de Janeiro continue a ser, no verão, o pavor dos estrangeiros, e com toda a razão, por ser o cemitério de muitos, bem como de brasileiros não aclimados. Não há empreendimento que deva prender mais a atenção dos poderes públicos e reclamar a sua atividade do que sanear a capital da república. É problema inadiável, e não será merecedor de perdão o atual governo se, após tão solenes promessas, não empreender, quanto antes, as obras reputadas necessárias ao saneamento.

Enquanto, porém, elas não se fazem, apliquem-se, com todo o rigor, as medidas de polícia sanitária. Façam as autoridades cumprir à risca as regras preceptivas da higiene. Sejam inexoráveis; e o senhor prefeito municipal, na posição de franco ditador em que está por força da lei, trate de remover todos os focos de infecção, todas as causas presumíveis das moléstias que flagelam a população. Use beneficentemente dos amplos poderes que lhe foram conferidos, sem outra justificação a não ser a

¹⁹³ *Correio da Manhã*, 16/01/1903, p.1.

necessidade indeclinável, urgente, de transformar materialmente o Rio de Janeiro, dando-lhe todo o conforto e salubridade.¹⁹⁴

Da mesma forma que se encontra nos jornais as demandas populares, que são as que mais daremos atenção mais adiante, é possível encontrar essa crítica fundamentada e bem articulada, sobretudo, acerca dos conhecimentos políticos, como o poder concedido ao prefeito que era amplo. Além disso, no que se refere ao teor da crítica exposta na citação fica clara também a preocupação de Gil Vidal e de parte da população da época quanto à imagem da cidade em relação aos estrangeiros.

As questões da população de modo geral eram diversas. O povo que circulava pela cidade em função de suas ocupações empregatícias, enfim, também enfrentava situações que demandavam interferência no sentido de melhorar a malha de transportes. Na tabela apresentada no segundo capítulo, aparece este como um dos grandes motivos de queixa da população naquele período. Quanto a isso, o prefeito também teve que demonstrar preocupações:

Esteve em conferência com o senhor prefeito o doutor Alberto de Faria, presidente da Companhia Carris Urbanos. Nesta conferência, trataram de assuntos de alta relevância sobre melhoramentos a serem introduzidos não só na Companhia Carris Urbanos, como em algumas praças e jardins. Entre outras propostas feitas pela direção daquela companhia, serão construídos, em virtude do acordo firmado, dois coretos de grandes dimensões, sendo um no interior do jardim da praça da republica e outro no antigo largo do paço (...) Tendo sido acatada a ideia do presidente da Carris Urbanos, determinou o senhor prefeito que a diretoria de obras levantasse as respectivas plantas e elaborasse o projeto das aludidas construções (...)¹⁹⁵

Neste caso, o diálogo particular com a empresa de transportes Carris Urbanos estava interessado em definir situações de construção de estações em praças que receberiam reformas, com a finalidade de adequar o escoamento das pessoas que usariam o transporte nesses referidos locais, isto é, modificações na estrutura urbana e mobilidade.

O diálogo do prefeito com essa e outras companhias de transporte, aliás, evidencia o quanto esse tema foi presente durante seu governo, justamente em função das demandas de melhoramentos neste setor, mas sobretudo, pelo fato das reformas necessitarem de alterações na nova estrutura de transporte:

¹⁹⁴ *Correio da Manhã*, 21/01/1903, p.1.

¹⁹⁵ *Correio da Manhã*, 04/02/1903, p.1.

(...) a companhia da Carris Urbanos oficiou ontem ao doutor prefeito comunicando-lhe que havia retirado os trilhos existentes à rua Uruguaiana, entre o largo do Rosário e a rua do Ouvidor. O doutor Passos entendeu-se com a diretoria daquela companhia no sentido de serem retirados os trilhos de várias ruas desta capital, acordando os diretores (...).¹⁹⁶

Pode-se acrescentar ainda, explorando esse tema, situações de fiscalização do próprio Passos na visita e fiscalização de obras pela cidade:

(...) visita de inspeção do prefeito as estradas da Tijuca e alto da Boa Vista (...) foram: diretor de obras municipais, superintendente da limpeza pública e particular, diretor da companhia são Cristóvão, padre e a imprensa – Tribuna, Notícia e Correio da Manhã; diretor da companhia carris urbanos, diretor da instrução pública, engenheiro do distrito. Examinaram as obras que deverão ser executadas em tal rua para o alargamento em toda sua extensão, examinou a estrada da Tijuca quanto à conservação e limpeza (...).¹⁹⁷

Acima uma característica política importante: a presença do prefeito em suas atribuições acompanhado de representantes de variados setores da sociedade, inclusive a imprensa, garantindo a publicidade de seus atos no exercício da função. Às demandas a efetiva ação, pelo menos essa era a imagem transmitida em sinal de que havia uma seriedade em relação ao empreendimento de seus projetos. Outrossim, novamente, é que esse tipo de notícia aparecia em seu lugar de destaque aumentando o êxito da atividade realizada naquela constante e simbólica prestação de contas à sociedade.

O *Correio da Manhã*, sempre que oportuno, procurava ratificar aquilo que dizia como seu princípio, que era o de defender a justiça e os interesses do povo. Em publicação comemorativa de seus dois anos de existência, em 15 de junho de 1903, veiculou o seguinte:

(...) A função social de fiscalizar, louvando ou censurando os atos do governo, denunciando-lhes as intenções e estudando-lhes as consequências, - essa nós exercemos com a lealdade e com o carinho de quem vive alheio dos interesses, que não sejam os altos interesses da Pátria (...) para servi-la, surgiu o correio da manhã – trincheira inexpugnável, na qual jamais se esgotam as munições para o ataque aos lados e para a defesa do povo.¹⁹⁸

¹⁹⁶ *Correio da Manhã*, 06/06/1903, p. 1.

¹⁹⁷ *Correio da Manhã*, 01/06/1903, p.1-2.

¹⁹⁸ *Correio da Manhã*, 15/06/1903, p.1.

Esse posicionamento, embora já debatido ao longo do trabalho quanto à utopia da imparcialidade, pelo menos justifica as observações aqui realizadas de que esse espaço de publicação podia trazer desde o elogio e defesa de atos políticos como também sua crítica ou, no mínimo, indicar alguns questionamentos. Dois trechos a seguir reafirmam o apoio do *Correio da Manhã* em relação às reformas na cidade, mas em um deles tem acompanhada a preocupação quanto àqueles que somariam prejuízos em função das intervenções:

(...) conciso da sua força, confiante no êxito da sua ação, o prefeito não se demorou muito em deliberar, e logo deu princípio as obras do saneamento da cidade, atacando-as de vários lados a um só tempo, com um arrojo de planos e uma coragem de sacrifícios nunca até hoje conhecidos neste país.

De trecho em trecho amontoam-se escombros, tolda-se a atmosfera com a poeira das demolições, alargam-se, retificam-se, arborizam-se as ruas, reparam-se, consolidam-se, embelezam-se os edifícios, revolve-se e desseca-se o subsolo, corrigem-se os defeitos dos esgotos, aumenta-se a provisão de água potável, renova-se o calçamento, o ar e a luz invadem todas as casas, levando-lhes saúde, força e alegria. (...)

O nome do doutor Pereira Passos, o administrador de músculos de aço que se aventurou ao arrojo desse cometimento estupendo, onde o vemos agora absorvido, o nome venerável do prefeito ficara para sempre no patrimônio das nossas glórias, entre as mais luminosas e mais puras.¹⁹⁹

Publicado por um colaborador do jornal, chamado Baptista Martins, em uma matéria denominada *Cartas de um Montanhez*, o autor tece elogios ao prefeito pelas medidas introduzidas na cidade, alertando-nos, observadores externos, inclusive quanto àquele compromisso com a imparcialidade há pouco referido²⁰⁰ e, em trecho seguinte, além de reconhecer novamente a virtude dos melhoramentos, indica uma preocupação quanto aos que teriam prejuízos em função dos mesmos:

(...) a abertura da avenida central é, não resta dúvida, empreendimento suficiente para recomendar o governo e torna-lo merecedor da gratidão do povo. Um ponto, há, porém, de que se não cuidou ainda e que se relaciona com uma medida de inteira justiça. Os proprietários dos prédios que devem ser demolidos, vão ser, como é natural, indenizados. Essas casas são quase todas, em ruas de grande movimento comercial, o que lhes dá extraordinário valor, retribuído não só em aluguéis elevados como em luvas pesadíssimas.

¹⁹⁹ *Correio da Manhã*, 17/06/1903, p.1.

²⁰⁰ O que também mostra a pluralidade daqueles que faziam o jornal, conforme trabalhado no primeiro capítulo.

É justo que os inquilinos desses prédios, ali estabelecidos há longos anos, acarretem com os prejuízos resultantes da demolição sem que se lhes faça, como os proprietários, uma indenização?

A câmara dos deputados cogita agora de uma lei para desapropriação; nada mais equitativo que amparar os interesses dos inquilinos, os quais, descurados, trarão a muitos negociantes enormes prejuízos, sendo que a alguns de centenas de contos de réis. Certo, os senhores deputados não concorrerão para que seja lesada uma grande parte do comércio.²⁰¹

O retorno às vezes não vem de forma direta, isto é, a resposta política acerca das demandas que existem na sociedade nem sempre aparecem como um ato de governo que impõe ou indica a necessidade de criar medidas para sanar determinados desejos. Neste caso, a intervenção do jornal suscitava e intensificava a discussão sobre aqueles casos de iminente prejuízo em função das obras da reforma àqueles que possuíam bens nas áreas de intervenção. Vale observar que o jornal explicita o prejuízo ao comércio, justamente parte integrante e significativa de sua clientela.

A temática das indenizações citada acima, pode-se dizer, foi abundante naquele contexto, pois diante da grande quantidade de demolições, de fato, os ressarcimentos eram necessários aos estabelecimentos privados, porém, como não costuma ser, chegar a um acordo sobre um valor justo não foi simples e implicou certas discussões:

(...) dos quiosques retirados por ordem do doutor prefeito municipal, da rua Primeiro de Março, um não satisfazia, em absoluto, as regras da higiene e outro funcionava sem a necessária licença. Os prejuízos alegados terão indenização desde que os interessados, recorrendo ao poder judiciário, obtenham sentença favorável. O doutor prefeito municipal, por simples pedido dos que se julgam lesados, não fara pagamento algum, visto como os proprietários dos quiosques foram, antecipadamente, intimados a fazer a remoção.²⁰²

Mostra-se, acima, um aspecto arbitrário e urgente do poder público, dado o pouco tempo de estadia no poder, em agir contra os problemas relacionados à salubridade. Por outro lado, responde às demandas de parte da população ansiosa pela transformação e construção de uma nova cidade, que fosse moderna e livre de suas características coloniais.

Relatos sobre esse tema são comuns no jornal, em especial sobre as indenizações. Se por um lado há aquele posicionamento arbitrário do Executivo municipal sobre os quiosques que não atendiam aos princípios de higiene, o decorrer dos debates na

²⁰¹ *Correio da Manhã*, 16/06/1903, p.1.

²⁰² *Correio da Manhã*, 15/02/1903, p.1.

sociedade que também são explorados no periódico fez com que a prefeitura pelo menos repensasse a regulamentação na forma de indenização. Observa-se, a seguir, uma demanda social e depois o que a lei contemplava acerca dessas indenizações:

É preciso o congresso saber que em muitas e muitas dessas casas que vão ser demolidas, estão empregadas centenas de contos em instalação e bem feitorias. Como é de inteira justiça, elas devem ser indenizadas porque representam o esforço de longos anos. Esquecer isso seria condenar a extrema pobreza aqueles que pelo trabalho honesto e constante, procuraram formar um relativo bem-estar para si e para a família.²⁰³

Quanto a isso, indica-se que em junho de 1903 havia a necessidade de se ampliar as leis referentes às indenizações, pois o que havia de mais concreto, desde março do mesmo ano era:

(...) o senhor prefeito deste distrito, apesar da lei que o investe de poderes ditatoriais, adotou em sua administração o seguinte alvitre relativamente a desapropriações de imóveis: os pertencentes a órfãos, viúvas, ordens religiosas e estabelecimentos pios, que por conveniência do bem público foram adquiridos pela municipalidade, serão indenizados em apólices municipais, cujos juros correspondem ao atual rendimento, descontados os respectivos impostos. Esta medida, aliás, justa, foi posta em execução, atendendo-se a que os referidos prédios ou terrenos foram adquiridos, por legado, herança, doação ou compra para manutenção de seus proprietários. Quanto aos pertencentes a capitalistas, sua excelência indenizara com apólices municipais de forma que o juro do valor estipulado jamais exceda (...) o capital do imóvel.²⁰⁴

Talvez neste ponto é que se verifica o início de uma séria crítica ao andamento das obras de reforma da cidade. A falta de complexidade regulamentadora para os prejuízos causados pela intervenção parece ter gerado burburinhos na sociedade, em especial nos que foram diretamente atingidos. Isso, como não deixaria de ser, também foi motivo de discussão no periódico, desta vez com olhar mais crítico:

(...) incluir avenidas centrais entre as obras do porto é um caso de violação da lei e do bom senso, assim como fazer as desapropriações para elas, de acordo com as disposições vigentes, é atentar contra o direito de propriedade, que a constituição da república prometeu manter em toda a sua plenitude (...) Em verdade, o que se quer criar com as novas avenidas é a indústria nova das desapropriações, em que meia

²⁰³ *Correio da Manhã*, 09/06/1903, p.1.

²⁰⁴ *Correio da Manhã*, 20/03/1903, p.1.

dúzia de aventureiros se vai fartar à custa do comercio e da miséria do povo. (...) Meter a picareta e fazer tombar quarteirões de ruas comerciais, é uma empreitada de destruição fácilima de executar. Toda a grandeza da obra está em reconstruir, reparando com equidade e rigorosa justeza os danos inevitáveis por ela ocasionados.²⁰⁵

Percebe-se que a preocupação vai além do simples ato de indenização, abarca também a preocupação com o futuro. Na reconstrução, como seriam realocados os detentores dos antigos espaços, inclusive os que lidavam com o comércio? Não se pode fugir desse grupo que, na perspectiva do periódico, era de suma relevância, afinal, muitos deles compuseram o quadro de clientes do jornal, especialmente na parte publicitária. Aqui, vale compreender que esse grupo tinha outra desvantagem direta: em caso de desapropriação, não era necessariamente eles que tinham direito às indenizações, já que nem todos eram proprietários dos estabelecimentos que ocupavam.

Ao passo que acompanhava os acontecimentos nos mais variados sentidos, o jornal apresentava sua crítica às formas como a resposta política era dada aos problemas queixados pela sociedade. Se, por um lado, o canteiro de obras ao qual o Executivo municipal se empenhou em construir tinha como justificativa sanar problemas básicos da cidade – como o abastecimento de água, a criação de redes esgoto e a limpeza do centro, entendidos como ações de governo para transformar a cidade em algo novo –, mas também atender às reivindicações de parte da população, por outro, o desenrolar desses atos mostrou-se, muitas vezes, mais inclinados para algumas atitudes do que para outras, como, por exemplo, o empenho demasiado para a construção da avenida central, que suplantava outras ações que seriam de necessidades mais elementares, como a regularização de abastecimento hídrico atingido e interrompido pelas obras. Acerca do exposto, publicou o *Correio da Manhã* que “Ao passo que o governo insiste no plano da avenida, que ninguém quer, salvo os poucos que olham avidamente para as desapropriações, nada faz por dar a população do Rio de Janeiro a água que ela pede e suplica (...)”.²⁰⁶

A esse respeito, o periódico não deixou de fazer apontamentos também irônicos, mesmo que muitas vezes tenha publicado verdadeiros manifestos de apoio às transformações, como em outros exemplos citados anteriormente, manifestou-se também da seguinte forma: “(...) O que vai principiar (em breve) é o bota abaixo para abrir-se a

²⁰⁵ *Correio da Manhã*, 24/09/1903, p.1.

²⁰⁶ *Correio da Manhã*, 04/11/1903, p.1.

grande avenida. (...) A avenida é que é um empreendimento urgente, inadiável, indispensável ao saneamento da cidade, a qual, entretanto falta água, faltam esgotos, falta calçamento”.²⁰⁷

A essa altura de 1903 já se percebe que as críticas ao governo começam a ficar mais comuns, pois são ainda mais explícitas as localizações da ação de melhoramento, o que levava a alguns questionamentos, como:

(...) a ideia de governo liga-se a de um poder que tem por missão promover o bem público. Mas, tal não acontece com o nosso. Do bem público ele não cogita. Só se preocupa com o bem particular dos seus amigos e cortesãos, ou com as próprias comodidades e satisfação dos seus caprichos e vaidades (...).²⁰⁸

Verificou-se no segundo capítulo que esse tipo de crítica quanto a alguns espaços que receberam melhoramentos em detrimento de outros era comum e à medida que elas ocorriam e não haviam respostas adequadas do poder público, a manifestação do periódico acabava por endossar o apresentado pelos queixosos, era um retorno no sentido de ampliar a crítica e demonstrar a insatisfação por parte daqueles que se sentiam prejudicados. Fique claro que endosso não significa formular mais uma queixa, mas uma crítica explícita e formalizada sobre algo previamente denunciado e não solucionado.

A questão da avenida trazia uma indignação à parte, pois foi direcionado um amplo investimento num momento de crise financeira da União, mas que refletia também na realidade municipal. Logo, a contradição primeira, que era a concentração de esforços que atenderiam a alguns poucos da sociedade, se somava a outra, que era o tamanho investimento em época de crise econômica. Isso, evidentemente, foi refletido no periódico:

Começam os fatos a dar-nos razão muito mais cedo do que esperávamos. Desde que se aventou a ideia de derrubar quarteirões inteiros, ocupados por bons prédios no centro da cidade, para abrir a grande avenida, não cessamos de clamar contra a loucura de semelhante empreendimento numa época de profundo abatimento econômico, de miséria, diga-se a verdade, como aquela em que nos encontramos. Dissemos e repetimos que seria fácil desapropriar, mais fácil ainda derrubar, mas difícilimo, senão impossível, encontrar os capitais necessários para as construções planejadas pelos autores do grandioso projeto (...) Mais de uma vez aludimos a probabilidade, de em lugar da

²⁰⁷ *Correio da Manhã*, 14/12/1903, p.1.

²⁰⁸ *Correio da Manhã*, 30/12/1903, p.1.

avenida, termos por muito tempo, em ruínas um grande trecho da cidade (...).²⁰⁹

A solução histórica para se combater uma crise e levantar fundos para empreendimentos públicos é, sem dúvidas, a criação de novos impostos. Se parte da demanda era melhorar a cidade, mas para isso não havia recursos, especialmente para o calçamento de ruas que era uma demanda constante, o poder público municipal decidiu criar um imposto voltado para essa especificidade, conforme noticiado no *Correio da Manhã*: “a sessão do conselho municipal teve interesse excepcional pela discussão do projeto número 66 que obriga os proprietários ao pagamento de 25% do orçamento para construção e reconstrução do calçamento da cidade (...)”.²¹⁰

Essa medida claramente impopular pode ser compreendida como um retorno, uma resposta do poder público para continuar seu projeto de intervenção na cidade, mas justamente pelo seu caráter gerou outro tipo de resposta, especialmente por parte do jornal, que observando a crise econômica do período fez críticas à medida municipal:

Deve entrar em breves dias, em terceira discussão no conselho municipal, a contribuição de 25% sobre o orçamento para ser aplicado na reforma do calçamento da cidade. Se, de um modo geral e sem atender as circunstancia de momento, se quisesse justificar esse projeto, bastaria pôr em destaque o péssimo estado em que se acham quase todas as ruas da cidade, sem que a municipalidade, com os elementos de que dispõe, possa empreender um melhoramento qualquer naquele sentido, devendo acrescentar-se ainda que a contribuição seria paga uma única vez pelo proprietário. (...) Somos contrários, no momento atual, aquela contribuição, por entendermos que a população do distrito federal não dispõe de elementos para atende-la (...).²¹¹

O problema relacionado aos altos encargos tributários sobre os munícipes da capital deixa a impressão de que acentuava a ação do periódico enquanto uma espécie de agente fiscalizador, pois as reclamações que recebia no contexto das reformas elencava todas essas problemáticas, isto é, os bairros afastados do centro obviamente colaboravam com o pagamento de impostos, mas não recebiam o devido retorno em forma de melhoramentos ou investimentos em infraestrutura que era o tema do momento.

²⁰⁹ *Correio da Manhã*, 12/12/1903, p.1.

²¹⁰ *Correio da Manhã*, 20/11/1903, p.1.

²¹¹ *Correio da Manhã*, 10/12/1903, p.1.

Ao invés da atenção pública, o descaso, verificável na quantidade de reclamações das pessoas²¹². A consequência disso, reforçando as demandas da população queixosa, o jornal enviava repórteres até o local para verificar os casos reclamados, o que gerava matérias contendo críticas ao Executivo municipal:

O doutor Passos, prefeito do distrito federal, nunca se deu ao incomodo, estamos convictos, de ir, pessoalmente, verificar se os bairros suburbanos desta cidade (...) carecem ou não de melhoramentos (...) Não há muitos dias percorremos alguns daqueles bairros e devemos declarar que a impressão recebida, pelo o que vimos de nojento, foi a pior possível. (...) o doutor Passos não dá a mínima importância aos moradores dos bairros desta cidade, se bem que, como quaisquer outros, paguem impostos, admite-se que sua excelência se cinja, exclusivamente a cuidar de melhoramentos no centro da capital (...).²¹³

Não obstante a denúncia, o tom das matérias quanto a outras regiões da cidade que também passavam pelo mesmo problema era desafiador ao prefeito, solicitando que o mesmo fosse até o local conferir o descaso:

Há de concordar o prefeito que a rua de São José está carecendo extraordinariamente de uma reforma nos respectivos passeios. Já que sua excelência se diz decidido a transformar em um éden a nossa cidade, muito embora a custa de mais alguns impostos vexatórios para os municipais, acreditamos não vir fora de tempo a nossa reclamação, filha de uma observação pessoal e bastante demorada. Os altos e baixos ali existentes, estão claramente demonstrando que os negócios da prefeitura (...) no que diz respeito as obras municipais, não estão correndo de modo muito satisfatório. Dê o prefeito um passeio até lá e verificará se temos ou não razão.²¹⁴

A passividade do poder público, seja em pronunciamento ou principalmente em atitude quanto às reclamações mostra também a resposta do mesmo aos problemas demandados, ou seja, reforça e justifica as reivindicações das pessoas, pois simplesmente não demonstra um ato efetivo para com essas localidades mais afastadas do centro.

Mesmo no centro, pode-se dizer, a forma de atuação no processo de embelezamento não agradou a todos e novamente se destacaram os problemas com as desapropriações. Para ilustrar essa questão, há uma publicação que sintetiza a organização da prefeitura quanto ao projeto e como lidou com os desapropriados:

²¹² A tabela apresentada no capítulo 2 demonstra o quantitativo de reclamações sobre as mais variadas temáticas.

²¹³ *Correio da Manhã*, 24/03/1904, p.1.

²¹⁴ *Correio da Manhã*, 10/03/1904, p.1.

Para a avenida foram desapropriados 557 prédios; destes foi já fixada a indenização por acordo amigável em relação a 540, faltando apenas 15 e partes de dois por não terem aqui os proprietários (...) Auto de inauguração: O projeto da avenida organizado pelos doutores Lauro Muller, ministro da viação e Paulo Frontin, foi aprovado por decreto número 4.969 de 18 de setembro de 1903. A avenida central faz parte integrante das obras e melhoramentos do porto do RJ e é destinada a permitir franca comunicação entre o cais e o centro comercial da cidade. As instruções para a comissão construtora da avenida central foram aprovadas por portaria de 21 de novembro de 1903, sendo nomeado engenheiro chefe o doutor Paulo de Frontin, em 23 do mesmo mês. A 26 de novembro foram convidados os proprietários a comparecerem para amigavelmente ser fixada a indenização dos prédios a desapropriar. Posteriormente foram convidados os locatários a apresentarem quaisquer reclamações relativamente ao que lhes pudesse interessar, tendo terminado o prazo respectivo em 27 de fevereiro próximo findo. A 29 de fevereiro foi demolida a primeira casa e ontem inauguraram-se os trabalhos de construção da avenida central. A comissão construtora espera poder entregar a avenida central ao trânsito público em 7 de setembro de 1906, estando já parte dos prédios marginais construídos. (...) sem questão judicial alguma a ser resolvida. (...).²¹⁵

Quase dois meses após essa publicação, reclamação contraditória a ela dá conta de que a realidade não era necessariamente marcada pelo otimismo relatado, demonstrando que não só integrantes dos bairros afastados, mas também moradores da região central tinham motivos para cobrar da prefeitura compromissos que eram de sua responsabilidade:

Veio ao nosso escritório uma senhora, proprietária do prédio número 129 da rua da Ajuda reclamar contra o modo como se estão fazendo desapropriações para a grande avenida. Queixa-se a referida senhora de não lhe terem até hoje indenizado o valor daquele prédio e assegura que há outros proprietários nas mesmas condições. Assim que conseguem o acordo por escrito, os encarregados das obras vão metendo a picareta aos prédios sem se lembrarem de tornar efetivas as indenizações, e isso por maiores esforços que façam.²¹⁶

Tudo isso expõe o quão intensa foi a relação entre a sociedade afetada e a prefeitura naquela época e como o *Correio da Manhã*, assim como outros veículos de informação do período, pode fazer a mediação desses conflitos, resguardando os seus

²¹⁵ *Correio da Manhã*, 09/03/1904, p. 1-2.

²¹⁶ *Correio da Manhã*, 29/04/1904, p.1.

interesses. O *Correio* atuou como mediador do conflito e houve uma resposta direta do governo federal, o presidente Rodrigues Alves claramente se reportou ao caso:

(...) o senhor Rodrigues Alves assinala que as desapropriações dos prédios para a grande avenida, foram feitas sem reclamações dos proprietários apesar da multidão de interesses em jogo. (...) os desapropriados fizeram ótimos negócios: em venda ordinária, nunca teriam seus prédios alcançado preços como os que pagou o nosso governo, sempre muito largo e generoso neste e em casos similares. Houve, porém mais do que isso: grande número de desapropriações deu lugar a exorbitantes vantagens de afortunadíssima liquidação.²¹⁷

Isso reafirma o que se tem apresentado neste trabalho, que infere a compreensão de um papel de mediador do periódico. Suas publicações levavam tanto a difusão quanto o alcance, mas sobretudo, desafiado a oferecer respostas mesmo que para sustentar suas teses, como a apresentada na citação anterior em que afirmava a ausência de pendências jurídicas concernentes às indenizações devidas pelas desapropriações.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, com o jornalista Gil Vidal, no mesmo dia da declaração de Rodrigues Alves, emitiu a seguinte nota:

A praça do RJ há muito está em crise (...) as desapropriações trouxeram a muitos a salvação, fornecendo o dinheiro para solver instantes compromissos; (...) A avenida sem dúvida há de abrir-se. Dentro de pouco tempo estará consumada a obra de ruína da Prainha a Ajuda. Mas por muitos anos, salvo um ou outro prédio construído nos pontos mais procurados, a grande e faustosa avenida não passara de uma faixa de escombros a enfeiar a cidade em vasta extensão (...).²¹⁸

Nessa possível provocação, Gil Vidal indica justamente o oposto da ideia da construção da avenida central, pois a mesma gera a expectativa de que por muito tempo ela não deixará de ser um canteiro de obras inacabado, uma espécie de cicatriz na parte central do distrito. Seu pessimismo se baseia, sobretudo, pela crise econômica do período.

O problema com a construção da avenida central não está em detrimento apenas com os demais problemas de urgência da cidade, sobretudo, a infraestrutura para além do centro e a crise econômica. A crise, na verdade, era observada a nível nacional e no Nordeste também chamava a atenção. Embora parte das obras da capital tivesse recursos do município, o grande interesse do governo federal despertava nos críticos a sensação

²¹⁷ *Correio da Manhã*, 08/05/1904, p.1.

²¹⁸ *Correio da Manhã*, 08/05/1904, p.1.

de contradição em se gastar elevados valores financeiros em algo tão pontual, enquanto outras partes do país necessitavam com demasiada urgência de intervenções para combater necessidades mais elementares, como a própria fome.

Essa questão de cunho social e analítica pode ser observada no *Correio da Manhã* e ocupou importantes páginas com colocações como a seguinte: “Inicia-se uma obra perfeitamente adiável e que nem em vinte anos estará acabada, quando faltam na cidade água, esgotos e quase tudo quanto concorre para a beleza e asseio de uma cidade e serve ao conforto dos seus habitantes”.²¹⁹ Não obstante a falta de necessidade apontada criticamente para o próprio município, um paralelo foi traçado com demandas urgentes de outra região brasileira, o Nordeste:

Segundo está anunciado, realizar-se-á na terça feira próxima, a inauguração do bota abaixo para a Avenida Central e das obras do porto. (...) Vai começar a obra faustosa, justamente quando são mais instantes as suplicas dos nossos irmãos nortistas condenados a morrer de fome por este governo.²²⁰

Isso já encaminha o olhar crítico, mas vai além, anunciando outra consequência no campo das migrações e da economia:

(...) vão ser inauguradas oficialmente hoje as obras da avenida central. (...) É a miséria e o luxo se descortinando a um tempo; é a fome a fartura reunidas; (...) Muitos dos homens do povo, de cujo sofrimento vão sair os milhões para essa obra, morrem à mingua nos sertões, se não quiserem vir, como os antigos escravos, em grossos magotes, curtindo necessidades e vexames (...).²²¹

É sabido no campo das migrações que os maiores causadores de deslocamentos populacionais são as motivações econômicas, com outras áreas do país em crise desse tipo, naturalmente, o deslocamento para a cidade do Rio de Janeiro para a atuação nas obras da reforma seria, como foi, uma realidade. Isso levanta uma questão, geralmente aprofundada em outro período da História do Brasil, na industrialização do período Vargas, mas que cabe para a análise nesse contexto, que é a alocação social das pessoas que chegavam à cidade provenientes dessas áreas distantes.

²¹⁹ *Correio da Manhã*, 04/03/1904, p. 1.

²²⁰ *Correio da Manhã*, 04/03/1904, p.1.

²²¹ *Correio da Manhã*, 08/03/1904, p.1.

É mais aprofundada quando se estuda a industrialização do período Vargas porque a intensidade do êxodo rural foi maior numericamente, mas não impede de analisar o início do século XX também como significativo nesse sentido, porque o crescimento da periferia causado, em parte, pelas próprias obras da ação conhecida como *bota abaixo* já havia criado na cidade uma instabilidade social, a qual se ampliaria com os novos contingentes de trabalhadores recém-chegados.

É nesse sentido relevante a última citação, pois colocava-se uma questão abrangente em local de destaque para reflexão durante o calor dos acontecimentos, mas também deixa para os interessados dos dias atuais um registro de tensões e realidades sociais vivenciadas na gênese da república no Brasil, em especial em seu lugar de maior dinâmica que era a capital. A inauguração da avenida materializaria o contraste de uma cidade e seria um reflexo contraditório do próprio país, pois a mesma foi construída por pessoas muitas das quais oriundas de localizações marcadas pela penúria da fome. Como se verifica em fechamentos de notas do *Correio da Manhã*, trata-se de uma obra “colossal, de mero luxo, destoante do aspecto geral da cidade”,²²² acrescenta-se, de destoante também de grande parte do país.

Um número significativo de posicionamentos do periódico acerca da avenida possui características críticas e os responsáveis pelas matérias procuram apresentar alguma questão de ordem política ou social para sustentar a contrariedade, mesmo no caso das obras do porto, embora em muitas matérias apareçam o reconhecimento da necessidade de intervenções e esse é um posicionamento que prevalece, o pensamento crítico também não se findou.

Neste sentido, outro aspecto que ganhou espaço nas publicações que debatiam sobre a construção, neste caso do porto, foi a corrupção.

No dia de hoje dever-se-ia quebrar a grande tristeza em que o desconforto de muitos e a miséria de quase todos trazem mergulhado o povo brasileiro. (...) Não há quem de boa-fé, deixe de ver nessa obra que se vai empreender uma escandalosa negociata. (...) O procedimento do atual governo serve para mostrar o quanto tem progredido o mal que tão intensamente lavrava no governo passado: é o mal da corrupção e da venalidade (...).²²³

²²² *Correio da Manhã*, 05/03/1904, p.1.

²²³ *Correio da Manhã*, 29/03/1904, p.1.

Mais do que uma crítica se pode dizer que uma denúncia em relação às obras do porto refletida num universo de contrastes entre a dinâmica de partes da capital, que se modernizava e grande parte do território brasileiro, caído em esquecimento, de acordo com os articulistas do *Correio da Manhã*.

Acerca da avenida cuja crítica era mais corriqueira, o termo corrupção também aparece, mesmo que num sentido restrito e figurado:

(...) não há paixão que nos mova e sempre que a nossa palavra se ergue em protesto, é em defesa dos interesses do povo, para cujo bem-estar se tem voltado todas as nossas forças, afrontando os mais poderosos e os mais vitoriosos nesse trabalho de corrupção de caracteres e de compra de consciências (...).²²⁴

Outro momento em que o periódico explicita uma posição contrária à construção da avenida central e levanta um debate que permite ao observador externo um olhar reflexivo acerca da consciência sobre as intervenções de reforma que gerou impactos sociais e o paradoxo simbólico (o qual a avenida se tornou) que o jornal tanto veiculava.

Neste ponto é necessário voltar a pensar na lógica do retorno que o jornal publicava acerca da gama de reclamações que recebia. O caráter reflexivo sobre muitos pontos das intervenções urbanas do contexto é impulsionado também pela análise do diálogo cotidiano com um vasto público. A partir dessa interação e juntamente com os preceitos políticos do *Correio da Manhã*²²⁵, gerou-se no veículo de informação uma condição de voz ativa e legitimada enquanto instrumento de crítica, pois refletia a heterogeneidade da sociedade, uma vez que seu próprio público de interação era proveniente de variados segmentos sociais.

Logo, e isso se procura identificar neste capítulo, o jornal era espaço não só de queixa, como também de respostas, seja explícita e direta, como no caso apresentado em páginas anteriores quando Rodrigues Alves respondeu a uma publicação ou mesmo em reflexões sociais realizadas por jornalistas, os quais também têm seus princípios e interesses, mas que vão ao encontro dos interesses de muitos clientes, leitores ou até ouvintes²²⁶ do periódico.

²²⁴ *Correio da Manhã*, 23/06/1904, p.1.

²²⁵ Cujos responsáveis também podem ser considerados pessoas de poder, pois tinham o poder de comunicação.

²²⁶ Aqui há a retomada daquele debate do primeiro capítulo sobre como a taxa de analfabetos, impactante na época, não pode ser vista como um limitador cabal para o acesso à notícia, já que a mesma poderia ser lida e compartilhada em locais de trocas sociais.

Por intermédio das publicações da época, pode-se observar também certas contradições de um regime republicano cuja maturidade ainda é uma busca cotidiana de nosso tempo. Como era a prática do momento, assim como o prefeito fora indicado para ocupar seu cargo por Rodrigues Alves, o mesmo indicou e deu poderes consideráveis aos responsáveis pelas obras de reforma, assim como fez com Oswaldo Cruz quanto ao combate às doenças que assolavam a capital. Esse poder exercido durante o processo de reforma gerou repercussões acerca da arbitrariedade com a qual foi caracterizada:

(...) Diz por outro lado, o doutor Paulo de Frontin que só mandara demolir prédios não mencionados nas relações publicadas, quando os compradores de terrenos reclamarem fundo maior. (...) É crível que sua excelência mande desocupar prédios em que funcionam casas comerciais, tendo de indenizar o proprietário e o negociante, só para servir o particular comprador do terreno da avenida central? Onde está aí utilidade e necessidades publicas a que se deve acobertar sua excelência para desapropriar? (o que se vê na constituição) Pois então tudo isso depende do arbítrio de sua excelência? Quer o fato dizer que, além do desvio do terreno, temos também, claramente declarado, o mau emprego dos dinheiros da nação (...).²²⁷

Neste ponto nota-se justamente a crítica ao excesso de poder de Paulo Frontin e como suas arbitrárias medidas, conforme classificadas pelo jornal, interferia diretamente naqueles comerciantes e locatários que viviam na região antes da reforma. Isso remonta outra vez ao possível jogo de interesses inerente ao ato crítico de questionar o poder excessivo de Frontin. O comerciante prejudicado poderia ser um cliente do jornal que fazia reclamações no mesmo, em troca o jornal cumpria sua função de veicular os problemas observáveis, fazendo as análises críticas e, ao mesmo tempo, endossando muitas das queixas que recebia.

No campo de debates daquele contexto histórico o outro com o qual o periódico estabelecia seus diálogos não era apenas a esfera política diretamente, mas também seus potenciais concorrentes e o que eles publicavam acerca dos acontecimentos da cidade, isto é, a temática política permanecia, mas o debate também poderia ser realizado apontando as discordâncias em relação a outros jornais, na forma como se portavam tão parcialmente, conforme o *Correio da Manhã* acusava. Exemplo claro era o jornal *A Tribuna*, sobre o qual o *Correio da Manhã* manifestou a seguinte opinião: “Jornal notório e vivamente amigo do governo”.²²⁸

²²⁷ *Correio da Manhã*, 06/07/1904, p.1.

²²⁸ *Correio da Manhã*, 14/07/1904, p.1.

A declaração pode ser um pouco mais observada quando o próprio *Correio da Manhã* veiculou uma nota que havia sido publicada pelo jornal *A Tribuna*, para ilustrar e defender o seu ponto de vista do quanto este estava diretamente relacionado com o governo:

(...) demolições parciais ou totais de prédios que a prefeitura tem sido obrigada a ordenar por motivo de ruínas dos mesmos, não tem ela obedecido aos escrúpulos de administração honesta, isto é, que procura tirar partido das vistorias que manda fazer para conhecer o estado dos prédios nas ruas que pretende beneficiar, fazendo condenar pela mais simples ruga prédios em excelente estado de conservação, afim de reduzir a quase nada a indenização aos respectivos proprietários. Nada mais falso, mais injusto e mais perverso! Mas é preciso que se saiba, a prefeitura não se tem limitado a fazer vistorias e demolir prédios em estado de ruína unicamente nas ruas em que pretende alargar. A sua benéfica ação neste particular, como em tudo que afeta a salubridade e o embelezamento da cidade e o bem-estar, a segurança e o gosto de seus habitantes, tem se estendido a toda a área da cidade, desde as grandes vias de comunicação (...), até as pequenas vielas (...).²²⁹

A parte final do trecho acima indica justamente o contrário do que publicou grande parte das matérias veiculadas pelo *Correio da Manhã* a partir de 1904. Neste, era possível verificar um quantitativo de críticas mais preponderante do que propriamente a exaltação das obras de melhoramentos, mesmo no caso do porto em que o periódico por outras tantas vezes se mostrou apoiador.

Outro caso publicado pelo jornal que chegou até seus redatores por meio de reclamações, mas que gerou debates com *A Tribuna*, referiu-se à saúde pública, que por seu lado, o *Correio da Manhã* se posicionou muitas vezes criticamente quanto à forma de ação dos agentes e, por outro, acusaram *A Tribuna* de apoio acrítico por não considerar casos como o que foi queixado:

Esteve ontem em nosso escritório Ludovico José dos Santos, morador a rua Major Ávila, n. 12 e nos disse que naquela casa foram tão estouvados os homens da higiene que nos lagos de ácido phenico que deixaram em diversos pontos do prédio queimou-se uma criança de dois anos, filha do reclamante, vindo a falecer em consequência das queimaduras. Quem responde por esse e outros abusos praticados em nome da saúde pública?²³⁰

²²⁹ *Correio da Manhã*, 14/07/1904, p.1.

²³⁰ *Correio da Manhã*, 12/07/1904, p. 3.

O caso narrado gerou debate com o jornal *A Tribuna*, o qual era, segundo o *Correio da Manhã*, totalmente alinhado ao governo e conseqüentemente não fazia as leituras mais amplas e correspondentes àquilo que ele chamava de atrocidades cometidas pelo excesso de poder e, portanto, pela arbitrariedade de representantes do governo em nome de seus projetos. A respeito dessa relação entre os periódicos, Marialva Barbosa considera o seguinte: “Os embates entre os próprios periódicos, na verdade uma luta para ocupar o papel privilegiado de porta-vozes dos grupos dominantes, mostram também que, apesar da violência e da contundência dos discursos, não eram adversários, mas expressavam uma disputa”.²³¹

Os aspectos políticos compuseram significativamente os interesses do *Correio da Manhã* e ele buscava consolidar seu espaço opinando e refletindo sobre os acontecimentos em constante diálogo heterogêneo tanto de seus colaboradores como de seu público alvo. Fatos como esse tem sido mencionado ao longo do capítulo, como intervenções por parte do governo no espaço urbano geravam tipos de reações que poderiam ser distintas nas publicações que o jornal fazia. Muitas vezes essas reações eram apoiadoras e consideradas de verificável necessidade, como foi o caso do porto. Mesmo que em alguns momentos tenha sido questionada a forma como procedida, ou flagrantemente mais contestadora, como tem-se debatido aqui o caso da avenida central que despertou muitas situações de críticas. Acerca desses dois casos, aliás, o trecho a seguir resume bem essa ambigüidade de tratamento do periódico sobre as obras:

Dos melhoramentos iniciados no governo do senhor Rodrigues Alves, nenhum se justifica como as obras do porto do RJ: são verdadeiramente uteis e, como tais, instantaneamente reclamadas há longos anos. Para leva-las a efeito, o congresso autorizou empréstimos e a cobrança de taxas especiais na alfandega, que ninguém condenou, que todos aceitaram de bom grado, porquanto as obras planejadas, uma vez concluídas, não só reduzirão os encargos com embarques e desembarques, como facilitarão a carga e a descarga de mercadorias, diminuindo assim as despesas de transporte em benefício do comercio e do consumidor. (...)

Da avenida central, nunca se cogitou nos estudos dos melhoramentos do porto. Só depois de contraído o empréstimo é que surgiu a lembrança de incorpora-la naqueles melhoramentos, sob pretexto de que se fazia preciso alargar a comunicação entre o projetado cais e o centro da cidade; até que pôr fim a proclamaram indispensável ao saneamento da cidade.

Seja porem como for, a avenida é um acessório, o principal é o porto. Entretanto, tem se transformado o acessório em principal, o que é pior,

²³¹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa... op. cit.*, p. 21.

vai ela consumindo, com vertiginosa rapidez, o produto do empréstimo destinado as obras do porto. (...)

No cais, porém, tudo vai devagar (enquanto na avenida desapropriações já foram feitas, ela foi aberta), nem sequer ainda foi até agora iniciado (...) o processo para a indenização dos prédios compreendidos no decreto de desapropriação. (...) Já não é a oposição que fala. É a engenharia do governo que, obrigada pelo dever profissional, denuncia as faltas e irregularidades que prometem prolongar indefinidamente as obras do porto.²³²

No trecho citado, inicialmente, o *Correio da Manhã* argumenta em favor do porto e como sua reforma transformaria inclusive a relação comercial da cidade, mas logo, ao longo de todo o trecho explicita a falta de necessidade das obras da avenida, cuja apropriação não condizia com a realidade financeira e prejudicaria, como se viu em outros momentos desse trabalho, os comerciantes estabelecidos na região.

Mas afinal, indaga-se, seriam apenas os comerciantes os prejudicados nesse contexto? Apenas com eles o *Correio da Manhã* se preocuparia devido ao fato de que grande parte deles faziam anúncios publicitários no jornal? Todas as inclinações neste sentido que o presente trabalho possa fazer encontra fundamentação e, provavelmente por esse motivo, a questão dos comerciantes é tão discutida e geralmente eles são colocados como grandes prejudicados da injustificável construção da avenida, segundo a visão defendida pelo *Correio da Manhã*. Porém, os debates não se resumem aos campos de interesses mais evidentes, de forma que as consequências sociais do bota abaixo para as pessoas mais pobres que ocupavam a região afetada pelas intervenções também foram temáticas presentes nas publicações do periódico.

Concernente a isso, no ano de 1905, o *Correio da Manhã* observou da seguinte forma as consequências do bota abaixo para pessoas pobres que viviam na região, quanto às determinações de desocupação de certas moradias onde se encontravam:

E os míseros, os desgraçados moradores? Estes sem mais considerações que se mudassem no prazo de oito dias! O desespero reinou, então, entre aquela pobre gente, que via com terror a perspectiva de ficar sem abrigo. Que fazer? Acreditando que é ainda a voz da imprensa independente a protetora dos desamparados, resolveram alguns moradores, em nome dos seus companheiros, solicitar do correio da manhã proteção. (...) São 335 pessoas que não podem encontrar do dia para a noite habitação.²³³

²³² *Correio da Manhã*, 10/08/1904, p.1.

²³³ *Correio da Manhã*, 05/01/1905, p.1.

O periódico, por meio de suas publicações, fazia uma crítica social em defesa desse grupo menos favorecido, demonstrando os problemas da arbitrariedade do governo e o quanto elas afetavam a sociedade, mas, ao mesmo tempo, reclamava para si a condição de quase único capaz de promover uma crítica isenta e imparcial aos atos que levavam àquela disparidade entre beneficiados e prejudicados da ação pública. Toda essa publicidade, para além do discurso da defesa dos bons valores num sentido democrático, demonstra também o interesse do periódico em reafirmar o seu espaço nessa luta pela manutenção do *status* de evidência e de prestígio junto ao seu público, logo, expressa uma vontade intrínseca de poder.

Sobre o caso citado, em 5 de janeiro, o periódico acompanhou o seu desfecho nada feliz para os prejudicados e não isentou de responsabilidade um dos idealizadores da reforma: “(...) a falta de piedade do doutor Paulo de Frontin para com os moradores do antigo seminário de São José, no morro do castelo, cuja demolição se tornou necessária para reparar o erro daquele engenheiro no traçado da avenida (...)”.²³⁴

O número de reclamações recebidas e as observações de concentração de obras no centro da cidade resultou em colocações como a seguir, continuando a série de críticas quanto ao que se compreendia como descaso:

Desleixo e Pestilência: A gloria do barão Haussmann, como uma miragem rutila, parece ofuscar o cérebro do nosso transformista-mor, demolidor à outrance, jardineiro e prestidigitador emérito... em expropriações vantajosas e calçamentos aperfeiçoados... para a rua Conde de Lage! Todavia (...) percebe-se nas intenções do senhor prefeito um fito único: tornar-se um super-homem na administração municipal! Para mais facilmente conseguir tal fim era necessário ocupar-se tão somente da parte central da cidade – os arrabaldes, os subúrbios, as ruas isoladas e longínquas, esses podiam ficar no mais completo abandono... E é isto o que sucede, de fato (...).²³⁵

O título da nota já chama a atenção e indica o seu teor. A publicação novamente indica o centro como a área beneficiada em detrimento de outras. A crítica, portanto, aborda tudo isso, mas parte de seu diálogo com o público, pois ao citar os arredores, os subúrbios e as regiões periféricas de um modo geral, o faz utilizando como ponto de partida justamente as reclamações que o jornal recebia, as quais em grande medida remontavam a esses lugares de origem.

²³⁴ *Correio da Manhã*, 11/01/1905, p.1.

²³⁵ *Correio da Manhã*, 23/03/1905, p.1.

Ainda sobre as problemáticas populares e de realidade conhecida daquela época, inclusive na literatura brasileira²³⁶, que são as questões relacionadas à moradia, o *Correio da Manhã* propôs certas reflexões sobre o tema novamente ambientando sua crítica ao caráter antidemocrático ou não abrangente das obras de melhoramentos, o que implicava no atendimento desproporcional à sociedade entre aqueles mais e menos abastados. As consequências disso se refletia de variadas formas e, neste caso, pode-se destacar os problemas de moradia e da saúde, esta justamente em função da precariedade daquela.

“O problema da habitação”: Quer na imprensa diária, quer em revistas de larga tiragem se tem ultimamente agitado o problema da habitação barata e higiênica, de que depende em grande parte do desenvolvimento e prosperidade desta capital. Enojam, quando não horrorizam, as descrições que para impressionar a opinião, tem sido feitas das habitações coletivas encontradas a cada passo em todas as ruas e quarteirões da cidade, as afamadas casas de cômodos e estalagens, onde se aglomera a população operaria e de modestos vencimentos em sórdida promiscuidade (...)

As habitações conhecidas pela denominação de avenidas já representam um progresso; e algumas empresas se tem organizado com favores especiais, concedidos pelo governo, para construir habitações baratas, higiênicas, relativamente confortáveis, que substituam os focos de podridão e imundície onde vivem, na sua grande maioria, as classes pobres do RJ. Ao atual prefeito não escapou a urgente necessidade de melhorar esse deplorável estado de coisas e, por impulso seu, na lei nova de desapropriações foram insertas várias disposições destinadas a dar cabo dos infectos cortiços e casas de cômodos.

Importa antes de tudo, que se movam os poderes públicos, a autoridade municipal ou mesmo o governo federal, que incluiu no seu programa os melhoramentos da cidade e o seu saneamento. Não basta, para orgulho de ter executado esse programa, abrir a luxuosa avenida. A obra de saneamento exige muito mais. São precisas, além de água em profusão, habitações para a população pobre, limpas, arejadas, em condições higiênicas. E não se esqueçam os homens do governo que não é somente ao pobre que isso aproveita, mas também aos abastados, aos ricos que fazem festa, pois a moléstia, nascida nos casebres se propaga aos palácios. (...)²³⁷

O que se observa é que à medida que o tempo passava mais problemas de ordem social se estabelecia na então capital, sobretudo, em relação às camadas mais pobres. Essa temática era uma das mais debatidas ao longo de 1905 e também em 1906 e esteve presente nas publicações do jornal *Correio da Manhã*. Vale mencionar ainda que, a partir do final de 1904, a Revolta da Vacina movimentou a efervescência social da cidade,

²³⁶ Por exemplo, a obra de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*.

²³⁷ *Correio da Manhã*, 28/04/1905, p.1.

juntamente com a acentuação dos problemas relacionados à moradia no decorrer dos anos seguintes. Essa conjunção de fatores caracterizou o final do governo de Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos.

Um exemplo significativo da repercussão acerca dos problemas relacionados à moradia e o quanto isso coloca o observador externo a pensar na agitação do contexto pode ser observado a seguir:

“Delírio demolidor”: O arrasamento do morro do castelo, resolvido pelo senhor Lauro Muller com a sua engenharia, vai ser começado. (...) a população do morro é calculada em dez mil pessoas, na maioria indigentes ou necessitados. Onde se abrigara toda essa gente? Onde encontrara habitação, obrigada a mudar-se em massa, dentro de poucos dias, em exíguo prazo, quando as demolições são gerais e faltam casas para a pobreza? Não discutiremos os decantados benefícios para a cidade, para a sua ventilação, para a sua salubridade, esperados do arrasamento do morro. Aceitamos todas as vantagens apregoadas. Mas, onde a necessidade de se iniciar já o arrasamento, sem providenciar previamente sobre habitações a que se acolham os pobres moradores? Onde a urgência da obra? Qual o motivo de ser ela já começada, desviando-se para esse fim dinheiro do já por demais desfalcado empréstimo contraído para as obras do porto? (...)

Antes de resolver-se a intimação dos moradores do morro para se mudarem, cumpria indagar se haviam casas, habitações suficientes, de modo que eles não sofressem graves incômodos ou se expusessem a viver em condições nocivas à saúde. (...)

Agora que os alugueis estão muito elevados, que está oficialmente reconhecida a falta de habitação salubre para as classes populares, que é provável mesmo faltar de toda habitação, mesmo em mas condições higiênicas, lembram-se os nossos governantes de obrigar a população do morro do castelo, em grande parte famílias numerosas que procuraram aquela moradia pela estreiteza de seus recursos pecuniários, a mudar-se repentinamente, as pressas, da noite para o dia, com o fim exclusivo de iniciar-se ainda, na presidência do senhor Rodrigues Alves, o arrasamento do morro (...).²³⁸

O que foi, por vezes, caracterizado no jornal como descaso do poder público para com os grupos menos favorecidos era muito direcionado aos problemas referentes à habitação. As medidas da reforma nem sempre, ou quase nunca, tinham um plano de ação que contemplasse os que fossem diretamente atingidos.

O caso do Morro do Castelo é um exemplo que parece deixar claro que o que estava em discussão por parte do periódico não era a intenção da medida, afinal, justificável justamente por ser compreendida como uma necessidade da época, mas o jornal era feito por pessoas e a partir de demandas de pessoas, o que faz compreender que

²³⁸ *Correio da Manhã*, 07/03/1906, p.1.

quaisquer medidas públicas deveriam considerar sempre a complexidade, necessidade e situação daqueles que porventura estivessem envolvidos com a medida, sobretudo, aqueles que sofreriam os efeitos da desocupação, como é o caso.

O periódico abarcava essas discussões e se colocava na sociedade como uma voz ativa na compreensão de muitas pessoas, inclusive já discutido neste trabalho nos casos em que os cidadãos o buscavam para expor suas queixas. Publicava verdadeiros discursos políticos e abordava as medidas administrativas no intuito de enaltecer sua própria atuação sempre que oportuno.

Exemplo disso, conforme já vem sendo debatido, é que uma das críticas mais evidentes é quanto ao excesso de atenção aos melhoramentos da região central. Em casos isolados de atuação pública na região suburbana, o periódico dedicava trechos de análises numa mescla de congratulações à iniciativa e provocações no sentido de demonstrar que o reconhecimento a eles, as autoridades, ocorreria se os mesmos tivessem o olhar abrangente para toda a complexidade urbana:

“Melhoramentos nos subúrbios”: Parece estar definitivamente assentado pelo prefeito municipal o plano de melhoramentos que pretende levar a efeito na zona suburbana da cidade. Essa resolução do doutor Pereira Passos é daquelas para as quais não há demasiados encômios, conjurados que estão a tais melhoramentos indispensáveis (...) Fomos na imprensa dos primeiros que escravos do nosso programa (...) de benefício público (...) procurando despertar a atenção daqueles que nos tem governado, para que estendessem as suas vistas além da área urbana e atendessem as necessidades dos habitantes dos subúrbios (...). Bem sabemos que não bastam a energia e boa vontade do prefeito, (...) os serviços de esgotos, abastecimento de água e policiamento que são alheios a competência da administração municipal. Isso não é razão todavia para que esmoreça o prefeito na sua obra benemérita e renovadora; o seu exemplo ali como em outros pontos da cidade, frutificara e dia há de vir em que se compreenda, nas altas esferas administrativas, que não é apenas com espalhafatosos empreendimentos, caros e luxuosos, que se conquista a gratidão do povo (...).²³⁹

A característica mais marcante do *Correio da Manhã* é justamente sua atuação política. Pelo caráter de formação de seus próprios colaboradores, os discursos publicados apresentam um nível de formalidade bastante preciso quanto àquilo que esteja noticiando ou mesmo defendendo, e fez disso justamente uma demarcação de identidade. Na citação

²³⁹ *Correio da Manhã*, 25/04/1906, p.1.

acima parece reclamar para si a condição de causa para o efeito, isto é, de tanto noticiar e falar sobre o abandono do subúrbio, o prefeito vai intervir com algum melhoramento.

Trata-se, ainda, de um periódico que ao longo do período analisado atuou em diversos casos com críticas ou apoios, mas que não se pode dizer que sobre cada situação manteve-se com o mesmo discurso sempre, dada justamente a complexidade e diversidade de seu público e colaboradores, cuja parcialidade é inerente, verificável inclusive no peso a que se dá às determinadas notícias.

Porém, por outro lado e em muitos aspectos, demonstrou uma característica majoritária, tipicamente social, de possibilidade de mudança, como nas considerações positivas acerca do prefeito em seus primeiros dias de governo. Isso foi se modificando ao longo dos anos, o *Correio da Manhã* tornou-se significativamente crítico em relação a muitas medidas implementadas pelos poderes municipal e federal no período da reforma urbana. A crítica mais contundente era a de concentrar as obras quase que exclusivamente na região central da cidade, esquecendo a periferia, em especial, os subúrbios.

Fica a sensação, ainda, que ao abordar a complexidade social carioca do início do século XX, o *Correio da Manhã* tinha como meta intrínseca não apenas refletir sobre a realidade sociopolítica, mas como um veículo de informação, buscava também o seu espaço de poder. A averiguação de seu sucesso ou não talvez possa ser avaliada pelo seu alcance e popularidade, pois a capacidade de instigar um significativo contingente de leitores e não leitores, os cidadãos, é também uma capacidade de inserção e reconhecimento de sua força no âmbito político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática à qual temos nos dedicado pode ser considerada, por vários ângulos, significativamente desenvolvida na historiografia brasileira, sobretudo, no que se refere ao espaço e tempo. Porém, tamanhas são as possibilidades de análise, que os desafios, tal como novas perguntas ou mesmo a exigência de aprofundamento em algumas questões já visitadas, levam à necessidade de imersão nos estudos daquele contexto, o início do século XX, para ampliar a reflexão acerca de temas tão necessários até hoje, como a ideia de cidadania e mesmo o papel das instituições na sua formação.

A discussão acerca da Reforma Urbana teve como um de seus objetivos construir uma narrativa em que fosse possível perceber tensões cotidianas no âmbito político, social, cultural e econômico da cidade do Rio de Janeiro no início do século passado. Como essas tensões podem ser compreendidas a partir de diversos interesses? Integrados aos objetivos, procuramos capturar a construção ativa da noção de cidadania, conceito este incipiente na própria estrutura política da época, de uma República recente e dominada por oligarquias.

Neste cenário, a capital tinha seus próprios traços, embora em muitos aspectos pudesse ser o reflexo ou mesmo a inspiração para os supostos vícios políticos brasileiros; em outros, a dinâmica social que lhe era peculiar, permite-nos olhares analíticos que detectam princípios ativos de grupos sociais afetados ou mesmo marginalizados pelos efeitos da reconstrução do centro da cidade e como aquele cotidiano esteve agitado devido à conjuntura do governo de Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos.

A diversificação das fontes e o avanço no tratamento metodológico das mesmas facilitam as novas investigações, mesmo em temas que já foram muito visitados. Além disso, evidencia que há meios de explorá-los sob pontos de vista distintos, capazes de lançar novos questionamentos e aprofundar as análises dos contextos sociais.

O interesse no cotidiano da Reforma Urbana neste trabalho foi desenvolvido com base no uso de periódico, o jornal *Correio da Manhã*, cujo potencial de utilização como fonte histórica possibilitou o debate dos temas propostos e o fato de possuir uma periodicidade diária permitiu uma maior aproximação com o dia a dia da cidade.

Por outro lado, como haveria de ser com qualquer tipo de fonte, o estudo sobre esta evidenciou também certas peculiaridades dos veículos de informação, como por exemplo, a sua composição, marcada pela diversidade de interesses dos próprios

integrantes. Logo, os vários pontos de vista passíveis de serem abordados no jornal, também contribui para um olhar mais amplo sobre aquela realidade, enfatizando, novamente, as possibilidades presentes na exploração dessa fonte.

No caso específico, acerca da Reforma Urbana, o *Correio da Manhã* apresentou-se a partir de duas facetas perceptíveis: a de comemoração pelo advento interventor que levou à reconstrução do centro da cidade e, posteriormente, na medida em que o processo foi avançando, seu discurso foi variando sobre as reformas de determinados locais em detrimento de outros, num curso de posicionamentos que, desconfiamos ao longo do trabalho, ter relação também com a defesa de interesses de seu público.

O *Correio da Manhã* surgiu como um periódico que se autodenominava defensor do povo. Tal alcunha esteve presente não só na edição de abertura, como também em outras repetidas vezes que publicava críticas à administração pública em nome dos interesses do povo, ou mesmo ressaltando as denúncias que eram provenientes do mesmo. Além disso, até a relação com parte de sua concorrência, como o periódico *A Tribuna*, foi caracterizada pelo discurso de autoafirmação enquanto uma entidade independente e imparcial, ao passo que direcionava ao oponente a acusação de que estava ligado aos posicionamentos do poder vigente.

Essa ideia de povo, portanto, inicialmente abrangente e com caráter popular em seus discursos, na prática era bastante variável, compreendendo a causa desde os moradores dos cortiços, largados à sorte em eventos do bota-abaixo, passando por comerciantes atingidos pelo processo de embelezamento e indo até proprietários de casas ou prédios demolidos em função das novas avenidas. Isso foi nos mostrando, ao longo da pesquisa, que as publicações do *Correio da Manhã* também foram feitas, sobremaneira, enfatizando aquilo que lhes era prioritário para cada momento.

Dessa forma, de acordo com as demandas de seu público, em alguns momentos a problemática contextual que envolvia o grupo de comerciantes recebia mais atenção. Em outros, quando da discussão acerca das indenizações, os proprietários atingidos ocupavam o plano de fundo dos debates no discurso de crítica ao governo, tal como em casos mais explícitos, o periódico apresentava a súplica dos moradores dos cortiços obrigados a deixar suas precárias moradias por uma nova realidade em que as mesmas sequer existiam.

Logo, observa-se que seu discurso era variável não apenas do apoio ou não a determinadas intervenções da estrutura urbana, como também no enfoque da crítica contra a arbitrariedade que detectavam nas ações do poder público. Quanto ao apelo na

defesa dos moradores dos cortiços que perdiam seus espaços, o periódico utilizava a oportunidade para ressaltar um papel que reivindicava para si, o de defensor do povo e alinhado com a autonomia, o que respaldava sua instituição enquanto empresa, reforçando sua marca naquele contexto.

O caráter mais abrangente reivindicado pelo *Correio da Manhã*, no que concerne a seus interesses de cobertura jornalística, pode ser observado em seus atos de repercussão da Reforma Urbana, mas também na divulgação da falta de atenção que os bairros periféricos ou mesmo imediatamente para além do centro recebiam. As reclamações veiculadas, tal como as opiniões sobre esses assuntos, por parte de muitos redatores mostram o empenho do periódico em repercutir a existência de outras prioridades para além do centro, o que revela a amplitude de seu alcance.

Ao passo que o periódico cedia espaço, ele recebia em troca a participação. Os cidadãos que se sentiram prejudicados e não suficientemente atendidos pelo poder público viam no jornal uma possibilidade de dar publicidade às suas demandas e, de alguma forma, tentar pressionar as instâncias de poder. Nesse sentido, pode-se dizer, o *Correio da Manhã* funcionava também como um espaço de manifestações, as quais não estavam isentas da intermediação do jornal, inclusive de forma opinativa.

Exploramos esse aspecto abordando justamente o processo de construção da cidadania. O ambiente plural e dinâmico da capital não seria pacífico diante das arbitrariedades verificadas nos governos de Rodrigues Alves e Pereira Passos. Mesmo que tenha havido a realização de um projeto de Reforma que de várias formas agitou as tensões sociais, as contestações e o tom adotado em muitas delas, conforme publicadas no periódico, indicam um nível considerável de inquietação diante do contexto pelo qual a população em sua diversidade social passou.

As reclamações tiveram suas mais distintas causas: estiveram relacionadas ao transporte público, iluminação das vias, calçamentos de ruas, segurança nos bairros, sujeira na cidade, abastecimento de água, descaso político com os bairros afastados, enfim, uma série de questões que geraram na população a necessidade de manifestar e começar a desenvolver ações de sujeitos que possuíam direitos e se reconheciam como tal.

Talvez se possa indicar que o ato da manifestação em veículo de informação de alcance considerável esteja nos primórdios de uma República em que esse reconhecimento do ser cidadão era apenas incipiente, mas que a partir dos centros urbanos

mais importantes isso ia tomando forma, pelo menos ao ponto de poder ser potencialmente reconhecido como os primórdios da cidadania no Brasil.

Os atos dos manifestantes podem ser considerados relevantes não só pela sua existência em si, mas também pelas consequências que eram as repercussões em lugar de destaque do periódico, isto é, a primeira página. Esse espaço ampliava a possibilidade do impacto político das reclamações, pois recebia mais notoriedade e, conseqüentemente, mais sujeitos poderiam refletir e gerar ou aumentar suas consciências políticas acerca das mazelas que acometiam o espaço urbano e social da cidade do Rio de Janeiro.

Em suma, o periódico acabava operando em fases contínuas: recebia e publicava a demanda, evidenciava muitas vezes a reincidência da mesma e algumas delas eram repercutidas na página principal com textos críticos e formalizados, de autoria de redatores geralmente reconhecidos. Nota-se, portanto, que determinada reclamação poderia se transformar em assunto de reflexão social com potencial, muitas vezes, de gerar reações das autoridades públicas.

Exemplos objetivos disso são aqueles em que o jornal publicava ações do poder público sobre determinadas áreas da cidade e ressaltava-as como consequência de sua constante atuação. Ou mesmo, como verificado no terceiro capítulo, situação em que o próprio presidente Rodrigues Alves se prontificou a responder a uma reclamação veiculada pelo periódico. O último caso mostra que, de fato, havia um potencial de alcance significativo das publicações do jornal, uma vez que elas chegavam aos endereçados, sobretudo, os representantes de alto escalão da política local na época.

O cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, e em especial em nosso período de análise, foi amplamente abarcado nas notícias veiculadas pelo *Correio da Manhã*. Muitas especificidades poderiam ser tratadas a partir de seu conteúdo e isso demonstra a abrangência alcançada por esse veículo de informação. Aqui, para as nossas intenções, o cotidiano da cidade interessa para a verificação das diversas forças atuantes e como elas se posicionavam nas tensões sociais cotidianas e até mesmo qual foi o papel do Estado em meio a toda dinâmica e como este fez a mediação em suas obras de intervenção no espaço urbano.

Talvez possamos concluir, preliminarmente, que o Estado fora excludente e como notório até os dias atuais, nem sempre teve um plano de ação para apoiar os prejudicados pelas modificações promovidas no espaço, naquele caso, fosse direta ou indiretamente, pois pôde ser observado que o exclusivismo da Reforma Urbana desviou as atenções de

outras necessidades paralelas de responsabilidade do poder público, o que motivou parte considerável das reclamações publicadas pelo *Correio da Manhã*.

O jornal possuiu essa capacidade de permear e veicular aspectos gerais daquela sociedade dinâmica, daí também sua potencialidade enquanto fonte histórica. Todavia, deve-se ressaltar que as concepções mais aprofundadas sobre ele necessitam mirar sua própria multiplicidade interna, capaz de abarcar a dinâmica social ao mesmo tempo em que operava também pelos seus interesses próprios, o que requer uma habilidade considerável, inclusive para manter e se possível ampliar o seu público, afinal, aí reside sua expressão de poder.

Tal poder pode ser observado num duplo sentido: primeiro, que sua popularidade aumentaria, obviamente, sua capacidade financeira; e segundo, ser um veículo de informação atuante junto à opinião pública, motivando-a ou endossando-a, o que certamente elevaria seu *status* no plano social.

A expressividade do *Correio* no período analisado, com as repercussões suscitadas, indica que seus métodos de atuação, na busca de conquistar seus leitores, mas não somente, traziam resultados, pois permaneceu operando e mantendo a regularidade de suas edições sempre se colocando como um veículo que publicava os interesses do povo, mesmo que criticamente possamos acrescentar que a defesa dessa ideia de povo, bem como de suas reivindicações, possa ser compreendida também dentro de uma estratégia de atuação do *Correio da Manhã* para se posicionar no campo concorrencial do periodismo. Dito isso o que se defendeu também complementariam os objetivos do próprio veículo jornalístico. O *Correio da Manhã*, portanto, deve ser compreendido como uma instituição que centralizou muitas das ações daquele contexto, desde as suas enquanto uma instituição de mercado, até as que envolvia a relação entre a população e os poderes constituídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Correio da Manhã (1901-1906)

Gazeta de Notícias

Jornal do Brasil

O Paiz

Fontes Secundárias

ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros de. *História e Jornais: diálogos sobre a produção historiográfica*. Trabalho apresentado ao GT História do Jornalismo do IV Encontro Regional Norte de História da Mídia, 2016.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Quando eu era vivo*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *Imprensa, poder e público* (Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920). Tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 1996.

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

- CORREIA, João Carlos. *Mediação, cultura e sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.
- DARNTON, Robert. Toda notícia que couber a gente publica. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'EU*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- FERREIRA, Tania Bessone. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- GARZONI, Leriche de Castro. Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901). *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011.
- KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1971.
- LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da política: a Capital Federal, 1892-1902*. Niterói, PPGH-UFF, 2004.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MELO, Paula Reis. Noticiabilidade, enquadramento e cultura jornalística: uma discussão teórica. *Ícone - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco*, v. 13, n.1, julho de 2011.
- MIYASAKA, Cristiane Regina. *A reforma urbana e o subúrbio carioca na historiografia*. Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, v. 3, n. 26, 2009.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Rodrigo Carvalho da. História do Jornalismo: evolução e transformação. *Revista Temática*, ano VIII, n.7, 2012.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n. 4. São Paulo: PUC, 1981.